



PLANO DIRETOR JOÃO PESSOA

A CIDADE QUE EU QUERO

P5b

Relatório de Diretrizes e Propostas

FASE III • Fevereiro/2022



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Prefeito Municipal

Cícero de Lucena Filho

Vice Prefeito Municipal

Leopoldo de Araújo Bezerra Cavalcanti

Secretaria Municipal de Planejamento

José William Montenegro Leal

Secretaria Municipal de Gestão Governamental e Articulação Política

Diego Tavares

Coordenador Geral do Programa João Pessoa Sustentável

Antônio de Fátima Elizeu de Medeiros

Secretaria Municipal Executiva de Participação Popular

Thiago Diniz

Secretaria Municipal de Administração

Ariosvaldo de Andrade Alves

Secretaria Municipal de Comunicação Visual

Marcos Vinícius

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Felipe Matos Leitão

Secretaria Municipal de Educação

Maria América de Assis Castro

Secretaria Municipal de Habitação Social

Socorro Gadelha

Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Recreação

Kaio Márcio Ferreira Costa de Almeida

Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor

Rougger Xavier Guerra Júnior

Secretaria Municipal de Saúde

Fábio Rocha

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Vaulene de Lima Rodrigues

Secretaria Municipal de Turismo

Daniel Rodrigues de Lacerda Nunes

Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia

Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz

Controladoria Geral do Município

Eudes Moacir Toscano

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

Fábio Carneiro

Secretaria Municipal de Fazenda

Adenilson de Oliveira Ferreira

Secretaria Municipal Executiva de Finanças

Brunno Sitonio de Oliveira

Secretaria Municipal Executiva da Receita

Sebastião Feitosa Alves

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Rubens Falcão da Silva Neto

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Welison Araújo Silveira

Secretaria Municipal de Política Pública para Mulheres

Nena Martins

Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Cidadania

João Almeida

Secretaria Municipal Executiva de Transparência Pública

Rafael Rosa Costa

Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana

Ricardo José Veloso

Fundação Cultural de João Pessoa

Marcus Alves

Instituto de Previdência do Município

Caroline Ferreira Agra

Superintendência de Mobilidade Urbana

George Ventura Moraes

Procuradoria Geral do Município

Bruno Nóbrega

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

Kelson de Assis Chaves

Coordenadoria de Patrimônio Cultural de João Pessoa

Daniella Bandeira

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL

Núcleo de Estudos e Análise Urbana – NEAU/SEPLAN

Presidente

Valéria von Buldring

Membro

Thália Karenina M. de Alencar Paiva

Membro

Juliana de Camargo Barbosa

Membro

Emanuella Nobre Venâncio Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL – ETIM/PMJP

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN)

Diretoria de Planejamento Urbano (DPU)

Titular

Marcos Nóbrega

Suplente

Raphaela Eiras

Coordenadoria de Patrimônio Cultural (COPAC)

Titular

Rosemildo Jacinto O. Júnior

Suplente

Leonardo Lira Amorim

DCU (Alvará de Funcionamento)

Titular

Samya Rafaella Negreiros

Suplente

Rayane Santiago da Silva

Diretoria de Geoprocessamento (DGEO)

Titular

Jordana Coimbra Nunes

Suplente

Niedja de A. Brito Lemos

Divisão de Cadastro Técnico (DICAT)

Rayssa Mendes

Diretoria de Controle Urbano (DCU)

Titular

Geórgia Martins

Suplente

Giovanni Alencar

Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU)

SEINFRA (PMJP)

Rubens Falcão

SEPLAN (PMJP)

Ayrton Lins Falcão Filho

APENGE-PB

George Cunha

SINDUSCON-PB

Fábio Sinval

CREA-PB

Otávio Falcão

SECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL (SEREM)

Titular

Adenilson Ferreira

Suplente

José Leonildo M. Cavalcanti

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO SOCIAL (SEM HAB)

Titular

Glauciene Aquino

Suplente

Kátia Cilene

SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE URBANA (SEMOB)

Titular

Sheila Freire

Suplente

Adalberto Alves de Araújo

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMAM)

Titular

José Jandui de F. Jacinto Junior

Suplente

Antônio Cláudio C. de Almeida

AUTARQUIA ESPECIAL MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (EMLUR)

Titular

José Dantas de Lima

Suplente

Josué Peixoto Flores Neto

COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (DEFESA CIVIL)

Titular

José Renato B. E. Lins

Suplente

Philippe V. Aires

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA (SEINFRA)

Titular

Rodrigo Pacheco

Suplente

Joyce Alves

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (SEDURB)

Titular

Síndio F. de A. Bisneto

Suplente

Erasmus Lucena Junior

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO (PROGEM)

Titular

Sérgio de Melo D. Júnior

Suplente

Thaciano R. de Azevedo

PARTICIPANTES CONVIDADOS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO (SEDEST)

Titular

Vaulene de Lima Rodrigues

Suplente

João Bosco Ferraz de Oliveira

SECRETARIA DE TURISMO (SETUR)

Titular

Ferdinando José L. Medeiros

Suplente

Bento Correia Lima

EQUIPE TÉCNICA DO CONSÓRCIO

Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges

Coordenador Geral Executivo: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi

Coordenadora Operacional: Arquiteta Urbanista

Manoela Fajgenbaum Feiges

Gerente de Projeto: Engenheiro Civil

Douglas Christofari Viero

Advogada

Luciane Leiria Taniguchi

Advogado

Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman

Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel

Arquiteta Urbanista

Joana Borges Doyle Lontra

Arquiteto Urbanista

Clovis Ultramari

Arquiteto Urbanista

Juliano Geraldi

Economista

Mariano de Matos Macedo

Engenheiro Ambiental

Altair Rosa

Engenheiro Ambiental

Helder Rafael Nocko

Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros

Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles

Engenheira Cartógrafa e Agrimensora

Cecília Parolim Ferraz

Engenheiro Ambiental e Sanitarista

Bruno Gomes Camargo

Geóloga

Cristiane Oliveira Moura

Geólogo

Flávio Henrique Freitas e Silva

Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira

Geógrafo

Paulo Henrique Costa

Socióloga

Fabiane Baran

Tecnologia da Informação

João Marcos Leiria

Jornalista

Sérgio Luiz Zacarias

Jornalista

Matheus Rocha Carneiro

Administradora

Viviane Cristina Cardoso

Representante Local

Rita de Cassia Xavier dos Santos

Estagiária de Arquitetura e Urbanismo

Ilana Kruchelski

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	20
2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS PARA O PDMJP	21
3. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE.....	24
3.1 OFICINAS DE PROPOSTAS.....	24
3.2 CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS VIRTUALMENTE	122
4. DIRETRIZES E PROPOSTAS	143
4.1 EIXO AMBIENTAL	144
4.2 EIXO ECONÔMICO.....	151
4.3 EIXO SOCIAL.....	160
4.4 EIXO INFRAESTRUTURA	165
4.5 EIXO DE GESTÃO	174
4.6 EIXO DE MOBILIDADE	177
4.7 EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	186
4.8 ARTICULAÇÃO METROPOLITANA.....	193
4.9 PROJETOS ESTRATÉGICOS	196
5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	212
5.1 MACROZONEAMENTO	213
5.2 ZONEAMENTO.....	218
6. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS	227
6.1 OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	227
6.2 TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR	228
6.3 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA	229
6.4 ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL	231
6.5 FACHADA ATIVA.....	232
6.6 TERRITÓRIO DE ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	233
7. REFERÊNCIAS	235

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Área proposta para o Território de Estruturação e Requalificação na Ilha do Bispo	198
Figura 2: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho	200
Figura 3: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho – cenário atual.....	201
Figura 4: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho – cenário prospectivo	201
Figura 5: Projeto estratégico para os eixos do transporte coletivo – cenário atual.....	203
Figura 6: Projeto estratégico para os eixos do transporte coletivo - cenário prospectivo	203
Figura 7: Projeto estratégico para o Centro Histórico– cenário atual.....	209
Figura 8: Projeto estratégico para Centro Histórico – cenário prospectivo.....	209
Figura 9: Projeto estratégico para requalificação da BR-230 e implantação de contornos viários	211
Figura 10: Exemplo de área sujeita à Outorga Onerosa do Direito de Construir	228
Figura 11: Exemplo de área sujeita à Transferência do Direito de Construir	229
Figura 12: Empreendimento Imobiliário sujeito ao Estudo de Impacto de Vizinhança	231
Figura 13: Exemplo de área passível de regularização e de habitação em área de risco	232
Figura 14: Exemplo de demarcação de área para ZEIS	232
Figura 15: Proposta de fachada ativa a ser adotada em algumas zonas de João Pessoa	233

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Eixo temático do transporte coletivo	183
Mapa 2: Hierarquia viária - obras previstas	184
Mapa 3: Proposta de Hierarquização Viária	185
Mapa 4: Proposta de macrozoneamento municipal	217
Mapa 5: Proposta de Zoneamento Municipal	226

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Matriz CDP Meio ambiente - OP 1	25
Quadro 2: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 2	31
Quadro 3: Matriz CDP Meio ambiente - OP 3	37
Quadro 4: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 4	43
Quadro 5: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 5	48
Quadro 6: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 6	54
Quadro 7: Matriz CDP Mobilidade - OP 1	59
Quadro 8: Matriz CDP Mobilidade - OP 2	66
Quadro 9: Matriz CDP Mobilidade - OP 3	73
Quadro 10: Propostas mobilidade - OP 3	80
Quadro 11: Propostas de Mobilidade - OP 4	80
Quadro 12: Matriz CDP Mobilidade - OP5	82
Quadro 13: Propostas de Mobilidade - OP 6	88
Quadro 14: Matriz CDP Uso do solo - OP 1	89
Quadro 15: Matriz CDP Uso do solo - OP 2	96
Quadro 16: Propostas uso do solo - OP 3	103
Quadro 17: Matriz CDP Uso do Solo - OP 4	104
Quadro 18: Matriz CDP Uso do Solo - OP 5	110
Quadro 19: Matriz CDP Uso do Solo - OP 6	116
Quadro 20: Contribuições recebidas pelos canais de comunicação do PDMJP	122
Quadro 21: Diretriz 1 – Eixo Ambiental	145
Quadro 22: Diretriz 2 – Eixo Ambiental	146
Quadro 23: Diretriz 3 – Eixo Ambiental	147
Quadro 24: Diretriz 4 – Eixo Ambiental	148
Quadro 25: Diretriz 5 – Eixo Ambiental	149
Quadro 26: Diretriz 6 – Eixo Ambiental	150
Quadro 27: Diretriz 7 – Eixo Econômico	154
Quadro 28: Diretriz 8 – Eixo Econômico	155
Quadro 29: Diretriz 9 – Eixo Econômico	157
Quadro 30: Diretriz 10 – Eixo Econômico	158
Quadro 31: Diretriz 11 – Eixo Econômico	159

Quadro 32: Diretriz 12 – Eixo Social.....	161
Quadro 33: Diretriz 13 – Eixo Infraestrutura.....	166
Quadro 34: Diretriz 14 – Eixo Infraestrutura.....	167
Quadro 35: Diretriz 15 – Eixo Infraestrutura.....	168
Quadro 36: Diretriz 16 – Eixo Infraestrutura.....	169
Quadro 37: Diretriz 17 – Eixo Infraestrutura.....	170
Quadro 38: Diretriz 18 – Eixo Infraestrutura.....	171
Quadro 39: Diretriz 19 – Eixo Infraestrutura.....	172
Quadro 40: Diretriz 20 – Eixo Infraestrutura.....	173
Quadro 41: Diretriz 21 – Eixo de Gestão.....	175
Quadro 42: Diretriz 22 – Eixo de Gestão.....	176
Quadro 43: Diretriz 23 – Eixo de Mobilidade.....	179
Quadro 44: Diretriz 24 – Eixo de Mobilidade.....	180
Quadro 45: Diretriz 25 – Eixo Mobilidade.....	181
Quadro 46: Diretriz 26 – Eixo de Mobilidade.....	182
Quadro 47: Diretriz 27 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	187
Quadro 48: Diretriz 28 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	188
Quadro 49: Diretriz 29 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	189
Quadro 50: Diretriz 30 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	190
Quadro 51: Diretriz 31 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	191
Quadro 52: Diretriz 32 – Eixo de Urbanismo e Habitação.....	192
Quadro 53: Diretriz 33 – Articulação Metropolitana.....	194
Quadro 54: Diretriz 34 – Articulação Metropolitana.....	195
Quadro 55: Índice de majoração para o cálculo da TDC.....	207
Quadro 56: Macrozoneamento municipal proposto.....	215
Quadro 57: Zoneamento municipal proposto.....	220

SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CDP	Condicionantes, Deficiências, Potencialidades
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRC	Centro de Referência da Cidadania
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DOTs	Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIC	Estudo de Impacto de Vizinhança
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FPIC	Função Pública de Interesse Comum
FUNDURB	Fundo de Urbanização
HIS	Habitação de Interesse Social
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LED	diodo emissor de luz (do inglês: <i>light-emitting diode</i>)
MAC	Macrozona Adensável Controlada
MANP	Macrozona Adensável Não Prioritária
MAP	Macrozona Adensável Prioritária
MAPA	Macrozona de Proteção Ambiental
MBD	Macrozona de Baixa Densidade
NAU	Nova Agenda Urbana
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU	Organização das Nações Unidas
OODC _{CH}	Outorga Onerosa do Direito de Construir - Centro Histórico
OP	Oficina de Propostas
P2	Relatório do Diagnóstico Técnico
P3	Relatório do Diagnóstico Comunitário
P4	Relatório Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário
P5	Relatório de Diretrizes e Propostas
P6	Relatório do Plano de Ação e Investimento (PAI) e Institucionalização do PDM
PAI	Plano de Ação e Investimento
PDMJP	Plano Diretor Municipal de João Pessoa
PGV	Polo Gerador de Viagens
PIB	Produto Interno Bruto
Planmob	Plano de Mobilidade Urbana de João Pessoa
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPP	Parceria Público-Privada
PSF	Posto de Saúde da Família
R3	Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase III
RMJP	Região Metropolitana de João Pessoa
SEMAM	Secretaria de Meio Ambiente
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SMAP	Sistema Municipal de Áreas Protegidas
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
TCR	Taxa de Coleta de Resíduos
TDC	Transferência do Direito de Construir
TER	Território de Estruturação e Requalificação
TI	Tecnologia da Informação

UC	Unidade de Conservação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
ZBD	Zona de Baixa Densidade
ZCS	Zona de Comércio e Serviço
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZEP	Zona Especial de Preservação
ZEPA	Zona Especial de Preservação Ambiental
ZH	Zona Habitacional
ZI	Zona Industrial
ZR	Zona Residencial

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Equipe Chave


Coordenadora Geral: Arquiteta Urbanista

Izabel Neves da Silva Cunha Borges


Coordenador Geral Executivo – Mobilidade e Sistema Viário: Engenheiro Civil

Gustavo Taniguchi


Legislação e Questões Institucionais: Advogada

Luciane Leiria Taniguchi


Uso do Solo: Arquiteta Urbanista

Tami Suzchman


Habitação e Moradia: Arquiteta Urbanista

Zulma Das Graças Lucena Schussel


Economia e Finanças: Economista

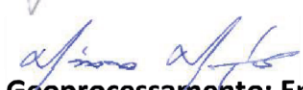
Mariano de Matos Macedo


Meio Ambiente: Engenheiro Ambiental

Altair Rosa


Infraestrutura e Serviços Públicos: Engenheiro Civil

André Luciano Malheiros


Geoprocessamento: Engenheiro Cartógrafo

Maximo Alberto S. Miquelles


Geoprocessamento: Geógrafo

Augusto dos Santos Pereira


Aspectos Sociais e Participativos: Socióloga

Fabiane Baran

1. APRESENTAÇÃO

A Fase III – Diretrizes e Propostas, do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP), consiste na definição de eixos estratégicos prioritários que conduzirão a revisão.

A fim de garantir a participação da sociedade pessoense nesta etapa, foram realizadas as Oficinas de Propostas nos dias 24, 25 e 26 de novembro e 14, 15 e 16 de dezembro de 2021. A população também apresentou suas contribuições de forma on-line, por meio de endereço eletrônico, em que todos puderam apresentar suas propostas para as políticas públicas e para o futuro de João Pessoa.

As diretrizes e propostas apresentadas neste relatório foram construídas com base nessas contribuições da sociedade pessoense e no diagnóstico da cidade, construídos na Fase II, da Análise Temática Integrada.

O presente Relatório está organizado em:

- Princípios e objetivos para o PDMJP.
- Contribuições da sociedade.
- Diretrizes e propostas.
- Ordenamento do território.
- Instrumentos urbanísticos.

2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS PARA O PDMJP

As diretrizes e propostas para a revisão do Plano Diretor de João Pessoa (PDMJP) consideram alguns temas e conceitos norteadores que, já na fase do diagnóstico, mostraram-se mais importantes, e que deveriam ser seguidos de forma tácita ou ostensiva.

Primeiramente, tem-se os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esses objetivos foram construídos em debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Desta forma, ao serem buscados, garantem que as propostas aqui apresentadas estejam em conformidade com os compromissos internacionais vigentes. Assim, ter em mente tais objetivos contribui para que as propostas da revisão do PDMJP respeitem princípios de interesse coletivo local (como a erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, respeito a diversidade, redução das desigualdades) e de interesse global (como a preocupação com mudanças climáticas e proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres).

Os ODS se apresentam de modo mais e menos impactante ou decisório na elaboração do presente plano, e, de fato, alguns se aproximam mais da realidade local, enquanto outros contam com relação indireta às questões analisadas e trabalhadas neste plano.

Estabelecidos em 2015, os 17 ODS, de maneira bastante abrangente, foram reiterados pela chamada Nova Agenda Urbana (NAU), de 2016. A NAU avança no sentido de estabelecer metas para que as cidades sejam, de fato, habitáveis, inclusivas, saudáveis, seguras e sustentáveis (não apenas no modo ambiental, mas também social e econômico, dentre outros), com suas funções urbanas organizadas de modo compacto e resiliente aos fenômenos naturais.

Esses princípios estiveram sempre presentes na elaboração do diagnóstico, nos debates e na formulação das propostas da revisão do PDMJP. As mudanças propostas no zoneamento de uso e ocupação do solo, indicadas na sequência deste Relatório, assumem a totalidade dessas preocupações, constituindo não apenas um acordo tácito internacional, mas, também, usando-os de modo operacional e metodológico, ou seja, garantindo unidade de propósito das distintas fases e diferentes propostas deste Plano.

Para além desses dois documentos (os ODS e a NAU), alguns outros princípios valem ser mencionados pelo destaque que ganharam no desenvolvimento do presente Plano. Por

razões diversas das características locais encontradas em João Pessoa, merecem ser listados à parte.

O primeiro é o Modelo de Crescimento Urbano Orientado pelo conceito de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTs), o qual objetiva estimular uma ocupação do uso do solo de modo compacto, misto, com ruas de uso mais intenso e diversificado, sendo seguras para pedestres, bicicletas, transporte público e, com menor prioridade, para o transporte individual. Sem dúvida, em cada uma das macrozonas e zonas propostas a seguir, esse conceito esteve sempre presente, configurando a totalidade de propostas referentes ao uso do solo, sistema viário e à função urbana mobilidade.

Vinculado ao conceito do DOTs, tem-se o de Mobilidade Universal e Sustentável, o qual também pode ser assimilado na revisão do PDMJP com medidas setoriais na área do transporte e sistema viário, bem como por meio de uma nova organização do uso do solo. São exemplos: a hierarquia das vias; a demanda apresentada ao transporte público a partir das reuniões comunitárias e, sobretudo, pelo modelo de cidade mais compacta e com usos mistos, conforme proposta no zoneamento indicada em capítulo específico.

O terceiro princípio é o de Cidades Sustentáveis, conceito de entendimento amplo e que agrega todas as demais preocupações priorizadas.

O quarto princípio norteador é o de *Smart Cities*. Tal conceito, inicialmente, esteve vinculado ao uso de recursos de tecnologia da comunicação, da gestão e do manuseio de dados. Mais recentemente, teve sua abrangência ampliada, chegando, muitas vezes, a confundir-se com o próprio conceito de cidade sustentável. Naquilo que diz respeito ao uso da tecnologia digital para a boa gestão da cidade, ficou evidente a importância de João Pessoa continuar avançando na modernização de suas bases de informação (cartográficas, numéricas e analíticas), para que possa responder às demandas de sua população. O próprio desenvolvimento deste Plano, de certa maneira, vivenciou e provocou esse avanço. Cita-se como exemplo a importância das informações referentes ao cadastro imobiliário, à vulnerabilidade geotécnica da cidade e os canais de comunicação com a população para os debates comunitários realizados, três exemplos de como a informação e a comunicação são importantes para a revisão do Plano e que assim o serão para sua implantação.

O quinto princípio que merece destaque é o da importância na preparação e combate às mudanças climáticas. Nesse caso, a conexão é bastante indireta, mas já buscada mesmo em planos anteriores, ao se preocuparem com o correto uso do solo. O avanço da ocupação

informal, na maioria das vezes, ocorre em parcelas já vulneráveis do município, demonstrando um cenário ainda mais preocupante se ações não forem tomadas. A legislação do uso do solo, que resultará do processo de revisão do PDMJP, tem esse princípio como norteador. Porém, sabidamente, a esta legislação devem ser adicionadas ações na área habitacional e de fiscalização, sendo a primeira dependente, sobretudo, de recursos externos ao município, mas, a segunda, perfeitamente possível de ser aprimorada pela própria administração municipal.

Por último, dois outros princípios foram importantes na construção deste plano, considerados, a priori, pelos técnicos que nele trabalharam e/ou em consequência de sinalizações trazidas pela população: a importância de se trabalhar com parcerias público-privadas, em suas diversas formas de institucionalização; e a agilidade e eficiência na gestão municipal. As sugestões para revitalização e valorização do setor histórico de João Pessoa e a constante dinamização do setor turístico-hoteleiro da cidade exemplificam esse primeiro princípio. Já o segundo, pode ser exemplificado pela reorganização do corpo legal urbanístico da cidade, com os instrumentos que lhe são mais adequados, reelaborados de modo mais claro e assimilados por usuários privados e técnicos municipais.

3. CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE

3.1 OFICINAS DE PROPOSTAS

Compondo a Fase III – Diretrizes e Propostas da revisão do PDMJP, foram realizadas Oficinas de Propostas (OP), entre os dias 24/11/2021 a 26/11/2021 e 14/12/2021 a 16/12/2021. Nesses eventos, a população pode contribuir com propostas voltadas ao município e ao desenvolvimento do PDMJP.

Para a dinâmica dos eventos, foram fornecidos aos grupos participantes os mapas e matrizes CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), organizados de forma a contemplar três temáticas: meio ambiente, mobilidade e uso do solo. As matrizes foram elaboradas pelo Consórcio, a partir do diagnóstico técnico e comunitário do município, constante no Relatório do Diagnóstico Técnico (P2), Relatório do Diagnóstico Comunitário (P3) e Relatório Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário (P4).

A seguir, são apresentadas as matrizes CDP, organizadas por temáticas, com as propostas levantadas pela população. Cabe destacar que todo esse material resultante das Oficinas, bem como as contribuições encaminhadas por meio eletrônico, foi levado em consideração para a construção das diretrizes e propostas apresentadas no Capítulo 4.

Informa-se ainda que o maior detalhamento desses eventos constará no Relatório R3 – Relatório de Registro de Eventos Participativos da Fase III, incluindo a imagem das contribuições da população.

3.1.1 Meio ambiente

Quadro 1: Matriz CDP Meio ambiente - OP 1

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Sobrecarga da rede de coleta de esgoto (com extravasamento nas estações elevatórias em horários de pico de vazão)		Reestruturação das ETE's e implementação de novas. Revitalização da rede hidrográfica. Intensificar a fiscalização de esgoto clandestinos.
	2		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em áreas com pressão urbanística por ocupação e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		Universalização da rede de esgoto. Atenção especial para áreas desprovidas de rede coletora, como: Mumbaba, Gramame, Portal do Sol e Costa do Sol.
Drenagem de águas pluviais urbanas	3		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		Recuperação das matas ciliares, dos cursos d'água e recuperação das nascentes.
	4		Armazenamento de pequenas alturas nos corpos d'água, devido a pontes de baixo gabarito		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	5		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		Aproveitamento da água da chuva para torná-la potável ou com outras finalidades, evitando o desperdício.
	6		Proliferação de vegetação na calha fluvial		
	7		Áreas ocupadas com pontos suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		Ampliação das construções populares e transferência das comunidades. Recuperação das áreas degradadas pela ocupação irregular.
	8		Aumento da impermeabilização		Ampliar o índice de permeabilidade do solo, em prédios, loteamentos e áreas urbanas em geral.
	9		Deslizamentos nas falésias, causados por falta de manutenção do sistema de drenagem de topo, ou mesmo a inexistência desse (entre outros motivos)		Manutenção e correção da destinação final das águas pluviais. Reordenamento do sistema de drenagem, visando preservação das falésias.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Resíduos sólidos	10			100% de atendimento da coleta convencional de resíduos sólidos	
	11		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		Ampliar para 100% a coleta de resíduos sólidos e eletro-eletrônicos. Criar centro de triagem de resíduos em cada bairro. Cumprir os planos de manejo e potencializar o funcionamento da USIBEN, em Mangabeira. Calendário de coleta seletiva e estímulo aos moradores.
	12	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	
Restrições ambientais	13		Áreas de relevo acentuado compartmentam a mancha urbana		
	14	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés	Suscetibilidade a enchentes e inundações		
	15		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	16	Fragmentação das áreas com restrição ambiental, com concentração nos extremos do município			
	17			Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação	
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	18	Existência de diversificadas áreas verdes, Mata do Buraquinho, demais Unidades de Conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	Intensificar a fiscalização, preservação, reflorestamento das APP's da cidade. Valorizar o Sistema Municipal de Áreas Protegidas (SMAP).
	19		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		Aumentar o quadro de fiscalização e técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
	20		De todas as Unidades de Conservação, apenas a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo possui Plano de Manejo		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	21		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		Elaboração do Plano de Manejo, respeitando a legislação. Dar autonomia às comunidades para a preservação nos bairros (comitês).
	22		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo antropização em áreas que deveriam apresentar restrições		Encerrar as alterações de zoneamento, sobretudo nas ZEP's. Alterações no zoneamento apenas por meio de lei e com a participação popular nas deliberações.
	23		Prática de turismo predatório, especialmente na zona costeira		Intensificar a fiscalização, educação ambiental, com monitoramento das ações das empresas de turismo.
	24		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		Restringir a implantação de ZEIS em áreas de preservação ambiental. Também rever as ZEIS em APP's.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	25		Aumento da poluição sonora		Intensificar a fiscalização de acordo com o zoneamento urbano, observando zonas residenciais e mistas.
	26		Deficiência na cobertura e dimensionamento da rede de esgoto e consequente incômodo com a poluição das águas superficiais		Implantação de sistema de monitoramento da qualidade do ar e intensificar o plantio de árvores nas calçadas.
	27		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		Plantio de árvore como condicionante para obter o Habite-se.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 2: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 2

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Sobrecarga da rede de coleta de esgoto (com extravasamento nas estações elevatórias em horários de pico de vazão)		Redimensionar a rede de esgoto.
	2		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em áreas com pressão urbanística por ocupação e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		Ampliação da rede de esgoto.
Drenagem de águas pluviais urbanas	3		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		Ampliação da rede de drenagem. Manutenção da rede existente. Limpeza das calhas dos rios. Desenvolvimento e execução de projetos. Os problemas podem ser constatados em vários pontos da cidade.
	4		Armazenamento de pequenas alturas nos corpos d'água, devido a pontes de baixo gabarito		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	5		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		Redimensionamento e ampliação da rede de drenagem.
	6		Proliferação de vegetação na calha fluvial		Limpeza constante da calha dos rios.
	7		Áreas ocupadas com pontos suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		Realocação das habitações existentes nessa situação para áreas seguras (dignidade da pessoa humana).
	8		Aumento da impermeabilização		Executar obras utilizando tecnologias de absorção, evitar asfalto.
	9		Deslizamentos nas falésias, causados por falta de manutenção do sistema de drenagem de topo, ou mesmo a inexistência desse (entre outros motivos)		Desenvolver e executar projeto voltado a proteção das falésias.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Resíduos sólidos	10			100% de atendimento da coleta convencional de resíduos sólidos	Investir em educação. Preparar/educar as crianças. Reforçar a coleta seletiva.
	11		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		Trabalhar com a conscientização (todas as classes sociais). Aumentar a divulgação.
	12	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	Desenvolver projeto e executá-lo, de estrutura de recepção e de manejo de recicláveis (aproveitamento da mão de obra). Só deve ir para o aterro o lixo contaminado.
Restrições ambientais	13		Áreas de relevo acentuado compartmentam a mancha urbana		Proibir edificações.
	14	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés	Suscetibilidade a enchentes e inundações		Proibir edificações.
	15		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		Maior presença do Estado/Município. Melhorar a gestão e fiscalização ambiental.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	16	Fragmentação das áreas com restrição ambiental, com concentração nos extremos do município			Maior presença do Estado, fiscalização e ampliação da política habitacional.
	17			Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação	Melhor definir as áreas com restrição ambiental.
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	18	Existência de diversificadas áreas verdes, Mata do Buraquinho, demais Unidades de Conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	Maior presença do Estado/Município e conscientização da população.
	19		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		Fiscalização
	20		De todas as Unidades de Conservação, apenas a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo possui Plano de Manejo		Desenvolver/contratar/executar os Planos de Manejo nas outras áreas, em especial: Parque das Trilhas e Mata do Buraquinho.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	21		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		Melhor definir o Macrozoneamento, fiscalização com ações efetivas.
	22		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo antropização em áreas que deveriam apresentar restrições		Melhor definição/atualização do macrozoneamento, fiscalização e maior sintonia entre as obras estaduais e municipais.
	23		Prática de turismo predatório, especialmente na zona costeira		Desenvolvimento de uma política mais efetiva de proteção ambiental e fiscalização.
	24		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		Diante da complexidade: 1) contratação de estudos a serem desenvolvidos por técnicos especializados; 2) participação do Ministério Público e; 3) Discussão com a sociedade civil organizada.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	25		Aumento da poluição sonora		Maior fiscalização e conscientização.
	26		Deficiência na cobertura e dimensionamento da rede de esgoto e consequente incômodo com a poluição das águas superficiais		Ampliação da rede de coleta. Investir em educação. Conscientização.
	27		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		Investir em educação ambiental (política pública / Secretaria de Educação), conscientização, divulgação/campanhas, incentivar multirões para plantio de árvores, doação de mudas, envolver as crianças.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 3: Matriz CDP Meio ambiente - OP 3

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Sobrecarga da rede de coleta de esgoto (com extravasamento nas estações elevatórias em horários de pico de vazão)		Fazer a estruturação e implementação da rede de esgoto, nas áreas de potencial crescimento urbano. Fazer manutenção nas redes de esgoto existentes.
	2		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em áreas com pressão urbanística por ocupação e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		
Drenagem de águas pluviais urbanas	3		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		Fazer maior fiscalização das áreas fluviais e leitos de rios. Fazer planejamento para retirada das pessoas dessas áreas, de forma humanizada. Proporcionar educação ambiental para que haja respeito ao meio ambiente.
	4		Armazenamento de pequenas alturas nos corpos d'água, devido a pontes de baixo gabarito		Fazer a drenagem da água e, se necessário, fazer uma nova ponte. Conscientizar a população sobre a importância de conservar os leitos dos rios e da preservação.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	5		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		Fiscalização e manutenção da rede de drenagem. Ampliação dos sistemas de drenagem.
	6		Proliferação de vegetação na calha fluvial		
	7		Áreas ocupadas com pontos suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		
	8		Aumento da impermeabilização		Fiscalização e manutenção da rede de drenagem.
	9		Deslizamentos nas falésias, causados por falta de manutenção do sistema de drenagem de topo, ou mesmo a inexistência desse (entre outros motivos)		Manutenção do sistema de drenagem de topo e implementação nos locais que não tem.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Resíduos sólidos	10			100% de atendimento da coleta convencional de resíduos sólidos	
	11		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		Fazer coleta seletiva em parceria com os catadores de lixo. Educação ambiental com ênfase no descarte dos resíduos. Implementar coleta seletiva pública em toda a cidade.
	12	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	Recuperar a vegetação do lugar (antigo Lixão do Roger). Fazer estudos para minimizar os impactos do chorume no meio ambiente.
Restrições ambientais	13		Áreas de relevo acentuado compartmentam a mancha urbana		
	14	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés	Suscetibilidade a enchentes e inundações		Educação ambiental com ênfase no descarte de resíduos.
	15		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		Elaborar políticas públicas ambientais nas escolas e órgãos públicos. Ademais, implementar leis mais eficientes contra a violação do meio ambiente.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	16	Fragmentação das áreas com restrição ambiental, com concentração nos extremos do município			
	17			Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação	
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	18	Existência de diversificadas áreas verdes, Mata do Buraquinho, demais Unidades de Conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	
	19		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		
	20		De todas as Unidades de Conservação, apenas a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo possui Plano de Manejo		Fazer plano de manejo para as outras florestas.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	21		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		Maior fiscalização para preservação da área. Criação de um núcleo fixo de segurança ambiental.
	22		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo antropização em áreas que deveriam apresentar restrições		Fazer um mapeamento preciso das áreas de preservação através de drones, com parceria com as universidades.
	23		Prática de turismo predatório, especialmente na zona costeira		Fazer um trabalho de conscientização para implementação do turismo ecológico e sustentável.
	24		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		Dar eficácia às leis existentes, aumentar a fiscalização e aumentar os meios punitivos para quem danifique o meio ambiente.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	25		Aumento da poluição sonora		Conscientização da população sobre o tema. Ampliação da fiscalização sonora.
	26		Deficiência na cobertura e dimensionamento da rede de esgoto e consequente incômodo com a poluição das águas superficiais		Fazer estrutura adequada para tratamento do esgoto antes deles serem liberadas no rio. Ampliação e reforma das redes existentes e fiscalização.
	27		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		Fazer reflorestamento nas áreas danificadas, além de campanhas de conscientização. É imperioso que se incentive a população a não derrubar as árvores e promover distribuição de mudas frutíferas.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 4: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 4

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em regiões com tendência de crescimento e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar serviços de coleta e tratamento de esgoto, especialmente em São José - Realizar projetos de educação ambiental - Impedir destinação de esgoto nos corpos hídricos
Drenagem de águas pluviais urbanas	2		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		<ul style="list-style-type: none"> - Promover correta destinação de resíduos sólidos urbanos - Promover limpeza dos rios - Promover regularização fundiária - Realizar abertura do mangue por dragagem
	3		Ocupações indevidas em regiões suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		<ul style="list-style-type: none"> - Realocar população habitante de ocupações irregulares - Recuperar áreas degradadas - Construir gabião e taludes de contenção
	4		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		Promover recuperação e fiscalização da área da pedreira

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	5		Deslizamentos nas falésias, causados por falha nos sistemas de drenagem de topo, impermeabilização do solo, remoção de vegetação e/ou ocupação urbana		
	6		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		
Resíduos sólidos	7	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	<ul style="list-style-type: none"> - Construir novo aterro - Promover programas de reciclagem mais eficientes - Promover programas de educação ambiental - Incentivar cooperativas e associações de reciclagem

Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	8	Áreas de relevo acentuado compartimentam a mancha urbana			Melhorar e ampliar a fiscalização
	9	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés			
	10	Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação			
	11		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		
Unidades de Conservação e APP's	12		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	13	Existência da Mata do Buraquinho, Parque Estadual das Trilhas, outras unidades de conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	
	14		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo ocupações em áreas que deveriam ser preservadas		<ul style="list-style-type: none"> - Promover programas de manejo - Promover recuperação das áreas degradadas - Promover programas de reconhecimento e mapeamento de espécies animais - Promover programas de educação ambiental - Promover fiscalização com barcos - Realizar mapeamento das habitações irregulares
	15		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		
	16		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	17		Aumento da poluição sonora		<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar cobertura de saneamento básico - Implantar cortinas verdes - Melhorar calçamento das ruas
	18		Aumento do incômodo com a poluição das águas superficiais		Aumentar a fiscalização
	19		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		Promover arborização com gincanas de replantio

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 5: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 5

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em regiões com tendência de crescimento e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a rede de esgoto e o tratamento de água, em especial na Ilha do Bispo. - Sinalizar e fiscalizar pontos de poluição e de descarte correto das indústrias e da população. - Realizar adequação ao marco de saneamento de 2020. - Realizar fiscalização e educação ambiental. - Cobrar da companhia de saneamento a conclusão das obras. - Realizar projeto de manutenção e revitalização. - Realizar plano de drenagem municipal. - Realizar manutenção das galerias existentes. - Fiscalizar as ligações clandestinas de esgoto. - Ampliar cobertura da rede de água no município, em especial na Vila do Sol. - Cumprir a lei de saneamento. - Fiscalizar poluição dos rios: Mamuaba, Jaguaribe, Gramame, Cuia e Cabelo. - Realizar campanha de educação ambiental para a proteção dos manguezais. - Proteger os mangues para que os pescadores possam trabalhar e para proteger o meio ambiente. - Fazer políticas públicas de apoio aos pescadores e comunidades tradicionais, em especial em Jacarapé.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	2		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		
	3		Ocupações indevidas em regiões suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o plano de drenagem pluvial (principalmente no centro da cidade). - Realizar manutenção das galerias existentes. - Fiscalizar as ligações clandestinas de esgoto nas galerias. - Elaborar leis para multar quem polue os rios e galerias. - Realizar manutenção dos esgotos na cidade, em especial na Ilha do Bispo.
	4		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		
	5		Deslizamentos nas falésias, causados por falha nos sistemas de drenagem de topo, impermeabilização do solo, remoção de vegetação e/ou ocupação urbana		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Resíduos sólidos	6		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		<ul style="list-style-type: none"> - Realizar campanhas educativas dentro e fora das escolas. - Fiscalizar pontos de poluição por resíduos sólidos. - Realizar plano municipal de resíduos sólidos. - Incentivar criação de cooperativas de recicláveis. - Ampliar coleta seletiva no município. - Fiscalizar empresas que geram resíduos. - Criar cooperativas de usinas para receber a coleta. - Fazer parceria com o Ministério Público para treinar profissionais da prefeitura para implementar a coleta seletiva. - Realizar programa de educação ambiental voltado ao consumo consciente e correto descarte de resíduos.
	7	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	8	Áreas de relevo acentuado compartmentam a mancha urbana			<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar efetivação das políticas ambientais. - Incentivar a verticalização. - Realizar fiscalização ambiental. - Implantar legislação ambiental.
	9	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés			<ul style="list-style-type: none"> - Fazer políticas públicas de proteção dos mananciais.
	10	Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação			<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar e penalizar quem degrada áreas de proteção ambiental.
	11		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		
Unidades de Conservação e APP's	12		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar verticalização da cidade, observando as restrições ambientais e realizando estudos para sua efetivação de modo sustentável.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	13	Existência da Mata do Buraquinho, Parque Estadual das Trilhas, outras unidades de conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar reeducação e remoção dos moradores de áreas impróprias. - Revitalizar prédios para moradia. - Incentivar parcerias público-privadas. - Realizar políticas públicas para que a sociedade pessoense conheça o tema.
	14		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo ocupações em áreas que deveriam ser preservadas		<ul style="list-style-type: none"> - Mapear essas áreas em parceria com as universidades. - Remover população da área de proteção ambiental. - Realizar educação ambiental para evitar ocupação das áreas de preservação permanente. - Realizar gestão de prédios públicos para a ocupação da população e tirar as pessoas de áreas de proteção ambiental.
	15		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		<ul style="list-style-type: none"> - Encontrar rotas alternativas.
	16		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar Porto do Capim no Rio Sanhauá. - Valorizar áreas ambientais para aproveitamento econômico e turístico sustentável.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	17		Aumento da poluição sonora		- Realizar operação conjunta das fiscalizações municipais.
	18		Aumento do incômodo com a poluição das águas superficiais		
	19		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o plantio de árvores. - Realizar políticas públicas de incentivo à manutenção das árvores existentes e plantio de novas, em especial frutíferas. - Realizar programa de plantio de uma árvore para cada nascimento no município.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 6: Matriz CDP Meio Ambiente - OP 6

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Esgotamento sanitário	1		Áreas do município sem rede coletora de esgoto, inclusive em regiões com tendência de crescimento e em áreas de interesse de manancial de abastecimento		<ul style="list-style-type: none"> - Realizar manutenção da rede de coleta de esgoto para evitar os alagamentos na época de chuvas. - Fazer campanhas para conscientização e educação ambiental, incluindo a coleta de lixo seletiva. - Realizar ampliação, vistoria e melhoria da rede de saneamento básico em Vista Alegre e Santa Clara.
Drenagem de águas pluviais urbanas	2		Ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios, potencializando as enchentes		<ul style="list-style-type: none"> - Prover infraestrutura de moradia adequada para população de ocupação indevida, assegurando seus direitos.
	3		Ocupações indevidas em regiões suscetíveis a alagamento e/ou desabamento		<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o direito a moradia para população em áreas de risco de desabamento; - Fiscalizar real necessidade de realocação e a dupla invasão. - Promover planejamento e visitas a todas as famílias em moradias em áreas de risco, com ações de assentamento com respeito.
	4		Dimensionamento inadequado do sistema de drenagem das vias públicas		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Drenagem de águas pluviais urbanas	5		Deslizamentos nas falésias, causados por falha nos sistemas de drenagem de topo, impermeabilização do solo, remoção de vegetação e/ou ocupação urbana		
Resíduos sólidos	6		Deficiência na coleta seletiva e destinação de resíduos recicláveis (apenas 43,4%)		<ul style="list-style-type: none"> - Implantar políticas de coleta seletiva em toda comunidade, com fiscalização. - Realizar controle de pragas e vetores. - Aumentar e oferecer containers na 12ª Região. - Ampliar e melhorar o serviço de coleta. - Fiscalizar o uso de animais para condução de resíduos e a limpeza das vias públicas. - Incentivar criação de cooperativas de reciclagem.
	7	Aterro Sanitário Metropolitano, Implantado em 2003, com vida útil de projeto de 25 anos	Existência do antigo Lixão do Roger	Integração regional do manejo de resíduos sólidos	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Restrições ambientais	8	Áreas de relevo acentuado compartmentam a mancha urbana			
	9	Área de interesse de preservação de mananciais do Mumbaba e Marés			
	10	Restrições legais em âmbito do macrozoneamento, das unidades de conservação e demais áreas de preservação			
	11		Inexistência ou insuficiência de ações e políticas ambientais		<ul style="list-style-type: none"> - Realizar fiscalização adequada do Rio Gramame. - Revitalizar rios poluídos. - Promover gestão de recursos hídricos. - Realizar desassoreamento dos rios Gramame e Mumbaba. - Implantar projeto de arborização e recuperação de área de APP em toda a cidade. - Fiscalizar podas das árvores. - Fomentar políticas de preservação ambiental.
Unidades de Conservação e APP's	12		Conflitos entre a preservação ambiental e a regularização fundiária		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Unidades de Conservação e Áreas de Preservação Permanente (APP)	13	Existência da Mata do Buraquinho, Parque Estadual das Trilhas, outras unidades de conservação e áreas de preservação permanente		Possibilidade de execução de projetos de educação ambiental e atividades relacionadas à preservação	
	14		Ausência de um mapeamento preciso das áreas de preservação permanente, permitindo ocupações em áreas que deveriam ser preservadas		
	15		Interrompimento do tecido urbano e do sistema viário		
	16		Pressão de expansão urbana sobre as Unidades de Conservação, em especial sobre o Parque Estadual das Trilhas		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MEIO AMBIENTE					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Poluição	17		Aumento da poluição sonora		
	18		Aumento do incômodo com a poluição das águas superficiais		<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalizar indústrias que poluem os rios. - Fiscalizar extração de areia. - Criar sistema de penalização das indústrias poluentes.
	19		Pouca arborização urbana e baixa frequência de capinas e podas nas áreas verdes		<ul style="list-style-type: none"> - Parar de cortar as árvores.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

3.1.2 Mobilidade

Quadro 7: Matriz CDP Mobilidade - OP 1

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Conexões regionais	1			Integração à região metropolitana pelo sistema de trens urbanos	Integração do passe legal de ônibus com os trens.
	2			Porto de Cabedelo	
	3			Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto a 12 km do centro de João Pessoa	Criação de uma linha direta do aeroporto para algum ponto de João Pessoa (integração com outras linhas de ônibus, trem, etc.)
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	4			A distribuição das linhas de transporte coletivo atendem a maioria dos equipamentos administrativos, culturais, esportivos e de turismo, bem como parques e polos geradores de viagens	Melhorar a manutenção dos equipamentos de locomoção e o conforto com a climatização dos mesmos. Melhorar a higienização dentro dos ônibus (dedetização).

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	5		Grandes distâncias percorridas pela população para acesso ao transporte público coletivo nas região do Mumbaba e na porção Leste do município (entre a Barra de Gramame e o Portal do Sol)		Aumentar a quantidade de linhas nos bairros e melhorar a cobertura (linhas circulares talvez). Estender a linha 1008 até o shopping Mangabeira. Linha 508 e 1001.
	6		Deficiências ao acesso por transporte coletivo para os equipamentos voltados à saúde e educação a noroeste do bairro Oitizeiro, centro sul do bairro Roger e próximo ao limite entre os bairros Torre e Expedicionário		Criação de linhas de ônibus entre os bairros (de Manaíra a São José por exemplo).
	7		Falta de acessibilidade do sistema de transporte público (tanto física quanto tarifária)		Aumento do tempo para integração temporal (de 40min para no mínimo 1 hora). Incluir os ônibus circulares na integração. Aumentar a quantidade e melhorar a manutenção dos ônibus acessíveis. Distribuir máquinas de carregar os cartões de forma despolarizada.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	8		Falta de abrigos de ônibus e manutenção nos já existentes		Rever o projeto dos abrigos de ônibus, substituindo os existentes (mais confortáveis e bonitos e que protejam melhor das intempéries. Climatizados).
	9		Falta de continuidade do sistema viário, cicloviário e pedonal (a pé)		Criação de legislação específica para a construção de calçadas (um manual, talvez).
	10		As condições precárias das calçadas, a falta de iluminação pública eficiente e de acessibilidade dificultam a escolha pelos modais ativos, prejudicam o acesso ao transporte público coletivo e aos equipamentos e serviços públicos		Obrigações da implantação do piso tátil direcional nas calçadas. Melhorar as calçadas para acesso ao transporte coletivo (calçar as ruas não calçadas). Atualizar o cadastro da prefeitura referente a pavimentação das vias públicas em cada bairro. Executar projetos existentes na entrada dos bairros (Nova Mangabeira e São José). Trocar a iluminação de vapor de sódio por led e utilizar postes mais baixos. Iluminar com refletores ou melhorar a iluminação de áreas públicas, como os campos do Poirão e do Altiplano, e praças (Manaíra). Implantação de luminárias na Comunidade Vitória (Altiplano). Intensificar a implantação de vegetação arbórea nas calçadas possíveis.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Ciclomobilidade	11		Sistema cicloviário desconectado e que não atende de forma igualitária todas as regiões da cidade		Executar a proposta da SEMOB. Linha de financiamento especial para a aquisição de bicicletas pela população de baixa renda. Estímulo a instalação de fábricas de bicicleta em João Pessoa.
	12		Falta de segurança e de manutenção nas ciclovias/ciclofaixas existentes		Ação educativa para motoristas, ciclistas e pedestres sobre as ciclovias.
	13		Inexistência de integração entre os sistemas cicloviário e de transporte público coletivo		Criação de bicicletários com vestiários.
Sistema viário, centros e subcentros	14		Sistema viário principal radial a partir do bairro Centro		Criação de sistema viário de interligação dos corredores de ônibus da cidade.
	15	Rodovias BR-230 e BR-101	Dividem a cidade e dificultam as conexões viárias	Conexão norte-sul e entre as principais vias radiais que partem do centro	Criação de paradas de ônibus previstas na BR, talvez convertendo a BR-230 em via urbana, incorporando ao sistema viário da cidade (principalmente as linhas 104, 115 e 1001).

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	16	Mata do Buraquinho configura uma grande mancha de preservação ambiental na porção central	Dificulta as ligações viárias		Manter a Mata do Buraquinho.
	17	Áreas de declividade acentuada e corpos d'água distribuídos pelo município	Dificultam as ligações viárias e compartimentam a ocupação urbana		Criação de pontes em locais indicados por estudos (por exemplo, entre Mangabeira e Valentina, Castelo Branco e Torre, Cuiá e Geisel, Manaíra e São José, etc.
	18		Concentração de viagens para o bairro Centro causando desgaste ambiental, problemas de engarrafamento e falta de estacionamento	Existência de outras centralidades distribuídas pelo município	Criação de linhas alimentadoras de bairro e terminais de bairro.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	19		Falta de acessos às áreas litorâneas da Zona Sul		Pavimentação de áreas e criação de vias de interligação.
	20		Limitação dos acessos viários a essa porção da cidade		Criação de acesso pelos bairros Castelo Branco, Bancários, Jardim Cidade Universitária e Miramar.
	21	Intensa verticalização e consequente aumento de densidade no bairro Altiplano, além de pressão por maior ocupação da região e de seu entorno	Falta de continuidade da malha viária da região, gerando congestionamentos e dificuldades ao transporte público coletivo		
	22		Dimensionamento do sistema viário abaixo do necessário para áreas de interesse de densificação		Pavimentar todas as ruas que são rotas de ônibus ou bicicletas (não apenas no Altiplano).

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Carga e descarga e estacionamentos na área central	23	Área central conta com tombamentos históricos e interesse de preservação da história			Melhorar a fiscalização nas vias públicas. Criação de porto-seco. Limitação de horários e do porte dos veículos de carga e descarga (rever Código de Posturas, ou melhorá-lo ou implantá-lo). Criação de espaços compartilhados nas ruas do Centro e compatibilizar o sistema viário com o dimensionamento necessário para a passagem dos ônibus.
	24	Grande concentração de comércios e serviços na área central			Implantar a locomoção possível através de hidrovias e suas integrações com os outros meios de transporte.
Polos Geradores de Viagens (PGVs)	25		Concentração de grandes empreendimentos em poucas vias principais, gerando tráfego intenso de veículos		Criação de uma legislação específica sobre os PGV's. Incentivo de implantação de PGV's em bairros com poucos atrativos.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 8: Matriz CDP Mobilidade - OP 2

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Conexões regionais	1			Integração à região metropolitana pelo sistema de trens urbanos	Implantar a estação de trem do Roger, melhorar a sinalização junto ao campo do 11, evitando acidentes. Incluir praça.
	2			Porto de Cabedelo	
	3			Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto a 12 km do centro de João Pessoa	Criar via de ligação do Bairro das Indústrias (Cidade Verde) com o Aterro Sanitária (Santa Rita) - Rua São Judas Tadeu.
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	4			A distribuição das linhas de transporte coletivo atendem a maioria dos equipamentos administrativos, culturais, esportivos e de turismo, bem como parques e polos geradores de viagens	Melhoria dos horários de ônibus. Criar conexões e linhas interbairros.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	5		Grandes distâncias percorridas pela população para acesso ao transporte público coletivo nas região do Mumbaba e na porção Leste do município (entre a Barra de Gramame e o Portal do Sol)		
	6		Deficiências ao acesso por transporte coletivo para os equipamentos voltados à saúde e educação a noroeste do bairro Oitizeiro, centro sul do bairro Roger e próximo ao limite entre os bairros Torre e Expedicionário		Reativar a linha 002-Roger. Incluir mais horários nas linhas do Roger/ Cidade Verde III (bairro das Indústrias).
	7		Falta de acessibilidade do sistema de transporte público (tanto física quanto tarifária)		Criar viabilidade para manobra do ônibus na Cidade Verde IV, Bairro das Indústrias. Criar linhas curtas, ligando diretamente os bairros.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	8		Falta de abrigos de ônibus e manutenção nos já existentes		Criar programa de implantação e reforma dos pontos de ônibus. Deixar todos os pontos de táxi como livre.
	9		Falta de continuidade do sistema viário, cicloviário e pedonal (a pé)		
	10		As condições precárias das calçadas, a falta de iluminação pública eficiente e de acessibilidade dificultam a escolha pelos modais ativos, prejudicam o acesso ao transporte público coletivo e aos equipamentos e serviços públicos		Implantar faixa de pedestres no ponto final do Roger / Granja V. Lucena - Ayrton Senna. Reformar vias e calçadas no ponto final do Roger (implantar praça).

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Ciclomobilidade	11		Sistema cicloviário desconectado e que não atende de forma igualitária todas as regiões da cidade		Implantar rede cicloviária.
	12		Falta de segurança e de manutenção nas ciclovias/ciclofaixas existentes		
	13		Inexistência de integração entre os sistemas cicloviário e de transporte público coletivo		Instalar bicicletários nos terminais.
Sistema viário, centros e subcentros	14		Sistema viário principal radial a partir do bairro Centro		Implantar projeto de 3 ruas: Ligação Bancários/ Universidades/ Altiplano.
	15	Rodovias BR-230 e BR-101	Dividem a cidade e dificultam as conexões viárias	Conexão norte-sul e entre as principais vias radiais que partem do centro	Implantar novo viaduto ligando Birro dos Novaes - Veneza (Corpo de Bombeiros).

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	16	Mata do Buraquinho configura uma grande mancha de preservação ambiental na porção central	Dificulta as ligações viárias		Implantar "Via Parque" (Estudar).
	17	Áreas de declividade acentuada e corpos d'água distribuídos pelo município	Dificultam as ligações viárias e compartimentam a ocupação urbana		
	18		Concentração de viagens para o bairro Centro causando desgaste ambiental, problemas de engarrafamento e falta de estacionamento	Existência de outras centralidades distribuídas pelo município	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	19		Falta de acessos às áreas litorâneas da Zona Sul		Implantar "Via Parque" (Estudar)
	20		Limitação dos acessos viários a essa porção da cidade		
	21	Intensa verticalização e consequente aumento de densidade no bairro Altiplano, além de pressão por maior ocupação da região e de seu entorno	Falta de continuidade da malha viária da região, gerando congestionamentos e dificuldades ao transporte público coletivo		
	22		Dimensionamento do sistema viário abaixo do necessário para áreas de interesse de densificação		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Carga e descarga e estacionamentos na área central	23	Área central conta com tombamentos históricos e interesse de preservação da história			Melhorar o sistema viário e a pavimentação. Melhorar a segurança.
	24	Grande concentração de comércios e serviços na área central			
Polos Geradores de Viagens (PGVs)	25		Concentração de grandes empreendimentos em poucas vias principais, gerando tráfego intenso de veículos		

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 9: Matriz CDP Mobilidade - OP 3

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Conexões regionais	1			Integração à região metropolitana pelo sistema de trens urbanos	Ampliar o sistema ferroviário. Conectar o sistema ferroviário, em integração, com os outros modais de transporte.
	2			Porto de Cabedelo	
	3			Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto a 12 km do centro de João Pessoa	Melhorar as condições dos transportes públicos coletivos que interligam os municípios e bairros de João Pessoa
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	4			A distribuição das linhas de transporte coletivo atendem a maioria dos equipamentos administrativos, culturais, esportivos e de turismo, bem como parques e polos geradores de viagens	Remodelagem total do sistema de transporte: 1) mais ônibus; 2) passagem acessível; 3) profissionais treinados para atender a população com respeito e; 3) acabar com as lotações nos ônibus

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	5		Grandes distâncias percorridas pela população para acesso ao transporte público coletivo nas região do Mumbaba e na porção Leste do município (entre a Barra de Gramame e o Portal do Sol)		
	6		Deficiências ao acesso por transporte coletivo para os equipamentos voltados à saúde e educação a noroeste do bairro Oitizeiro, centro sul do bairro Roger e próximo ao limite entre os bairros Torre e Expedicionário		
	7		Falta de acessibilidade do sistema de transporte público (tanto física quanto tarifária)		Garantia do direito da passagem gratuita à pessoa com deficiência ou dificuldade de locomoção e seu acompanhante.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	8		Falta de abrigos de ônibus e manutenção nos já existentes		Organizar e tornar acessível as paradas de ônibus para todos. Fazer a manutenção das paradas de ônibus já existentes.
	9		Falta de continuidade do sistema viário, cicloviário e pedonal (a pé)		Complementar o sistema viário, cicloviário e pedonal em toda a cidade, incluindo: 1) ligação do Geisel e novo Geisel; 2) Epitácio Pessoa e; 3) Bancários.
	10		As condições precárias das calçadas, a falta de iluminação pública eficiente e de acessibilidade dificultam a escolha pelos modais ativos, prejudicam o acesso ao transporte público coletivo e aos equipamentos e serviços públicos		Organizar e implementar um sistema de acessibilidade padronizado, estabelecendo prioridades, conforme planejado no Plano de Mobilidade. Treinamento especializado para o atendimento do serviço público para pessoas com deficiência.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Ciclomobilidade	11		Sistema cicloviário desconectado e que não atende de forma igualitária todas as regiões da cidade		Priorizar o sistema cicloviário em detrimento ao transporte privado.
	12		Falta de segurança e de manutenção nas ciclovias/ciclofaixas existentes		
	13		Inexistência de integração entre os sistemas cicloviário e de transporte público coletivo		Integrar o modal cicloviário com conexão com a ciclovias e o transporte coletivo.
Sistema viário, centros e subcentros	14		Sistema viário principal radial a partir do bairro Centro		
	15	Rodovias BR-230 e BR-101	Dividem a cidade e dificultam as conexões viárias	Conexão norte-sul e entre as principais vias radiais que partem do centro	Transformar a BR-230 e a BR-101 em uma via urbana, priorizando pedestres e transporte público coletivo.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	16	Mata do Buraquinho configura uma grande mancha de preservação ambiental na porção central	Dificulta as ligações viárias		Valorizar o entorno da Mata, auxiliando as conexões entre os bairros e preservando a reserva.
	17	Áreas de declividade acentuada e corpos d'água distribuídos pelo município	Dificultam as ligações viárias e compartimentam a ocupação urbana		
	18		Concentração de viagens para o bairro Centro causando desgaste ambiental, problemas de engarrafamento e falta de estacionamento	Existência de outras centralidades distribuídas pelo município	Incentivar o comércio e serviços nos demais bairros, não sobrecarregando o Centro.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	19		Falta de acessos às áreas litorâneas da Zona Sul		Criar rotas de transporte coletivo entre os bairros.
	20		Limitação dos acessos viários a essa porção da cidade		
	21	Intensa verticalização e consequente aumento de densidade no bairro Altiplano, além de pressão por maior ocupação da região e de seu entorno	Falta de continuidade da malha viária da região, gerando congestionamentos e dificuldades ao transporte público coletivo		
	22		Dimensionamento do sistema viário abaixo do necessário para áreas de interesse de densificação		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 26/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Carga e descarga e estacionamentos na área central	23	Área central conta com tombamentos históricos e interesse de preservação da história			
	24	Grande concentração de comércios e serviços na área central			
Polos Geradores de Viagens (PGVs)	25		Concentração de grandes empreendimentos em poucas vias principais, gerando tráfego intenso de veículos		

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

No quadro abaixo, são apresentadas outras propostas levantadas pela população na 3ª Oficina de Propostas (OP 3), na temática mobilidade:

Quadro 10: Propostas mobilidade - OP 3

Passe Livre para acompanhantes de pessoas com deficiência com grande dificuldade de locomoção e sensoriais.
Criar o serviço de transporte acessível "Porta a Porta" para buscar pessoas com deficiência, pessoas idosas e/ou pessoas com doenças incapacitantes que as deixem com dificuldade de locomoção, para realizar tratamento de saúde.
Criar cartilha e manual de acessibilidade para regulamentar a reformulação e construção de calçadas, espaços de lazer, praças, espaços públicos de forma padronizada, baseada nas leis vigentes e normas de acessibilidade universal.
Criar Lei Orgânica para fazer valer as Leis Federais existentes, inclusive a Lei 10.098/2000, onde já existe um modelo universal.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Os participantes do grupo da temática mobilidade, na Oficina de Propostas 4, não seguiram a metodologia proposta, mas apresentaram as contribuições indicadas no quadro abaixo:

Quadro 11: Propostas de Mobilidade - OP 4

4ª Região de Participação Popular	Diminuir tempo de espera do transporte coletivo
	Transporte coletivo no Sul
	Transporte coletivo para integração metropolitana, com terminal em João Pessoa
	Muito tempo de deslocamento
	Transporte coletivo que ligue a zona sul à zona norte pela PB-008
Regularização dos transportes alternativos	
Quebrar o monopólio das empresas de transporte coletivo	
Enterramento dos fios nas ruas	
Faixa preferencial para ônibus utilizada também para veículos com 3 passageiros ou mais	
Melhorar o conforto dos coletivos	
Criação de linhas de metrô principalmente nos bairros mais populosos	

Pensar em um VLT
Criação de uma via aérea centro-praia
Criação de uma via aérea ligando a Zona Sul ao centro
Fazer uma via alternativa para descida e subida do Altiplano
Semáforos inteligentes com mudança de acordo com o fluxo
Terminal de integração para o transporte dos municípios da região metropolitana ou o retorno do cartão integração
Semáforo de pedestre amarelo apenas enquanto há pedestre, como uso de faixa
Obras nas ruas e avenidas apenas à noite e nos finais de semana
Fiscalização quanto à venda de imóvel em ruas sem infraestrutura
Abertura de ruas comerciais que foram fechadas (por exemplo: Rua Duque de Caxias e Centro Histórico)
Radar para motos acima da velocidade próximo aos giradouros e travessias
Espelhos em cruzamentos de pouca visibilidade
Desocupação de comércio informal de áreas de estacionamento em via pública
Revisão de quantidade de vagas para idosos e pessoas com deficiência etc., para que seja proporcional à demanda
Analisar mudança de trânsito e proibição de estacionamento em horários de entrada e saída de algumas escolas, evitando congestionamento
Edifício garagem para aumento das vagas no centro e Centro Histórico
Desocupação de imóveis e terrenos abandonados no centro para aumento de vagas para melhorar o fluxo do comércio
Aumento/revisão das linhas de ônibus 402 Torre/Miramar, com melhorias da infraestrutura

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 12: Matriz CDP Mobilidade - OP5

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Conexões regionais	1			Integração à região metropolitana pelo sistema de trens urbanos	
	2			Porto de Cabedelo	- Construir ponte ligando Cabedelo e Lucena.
	3			Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto a 12 km do centro de João Pessoa	- Construir avenida de ligação com a BR-101 por Mumbaba/Bairro das Indústrias, de modo a ter um acesso além do existente por Bayeux.
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	4			A cobertura das linhas de transporte coletivo atendem a maioria dos equipamentos administrativos, culturais, esportivos e de turismo e parques	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar mudança do modelo radial para modelo polinuclear, ligando os bairros sem passar pelo Centro. - Aumentar número de linhas de ônibus. - Realizar integração de tarifas.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	5		Grandes distâncias percorridas pela população para acesso ao transporte coletivo, em especial nas região do Mumbaba e na porção Leste do município		
	6		Falta de acessibilidade ao sistema de transporte coletivo, no que diz respeito aos terminais, abrigos de ônibus, calçadas e veículos		
	7		O valor da tarifa funciona como limitante à atração de usuários ao serviço de transporte coletivo		- Realizar integração de tarifas.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Condições de acesso a infraestrutura e serviços	8		Falta de abrigos de ônibus e de manutenção nos já existentes		- Aumentar número de paradas dos ônibus.
	9		A falta de continuidade do sistema viário prejudica as condições de acesso e a eficácia do transporte coletivo		
	10		As condições precárias das calçadas, a falta de iluminação pública eficiente e de acessibilidade física dificultam a escolha pelos modais ativos, prejudicam o acesso ao transporte coletivo e aos equipamentos e serviços públicos		- Fornecer projetos executivos das calçadas de cada lote no âmbito das quadras e ruas para o proprietário do terreno, delimitando prazo para execução da obra.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Ciclomobilidade	11		Sistema cicloviário desconectado e que não atende de forma igualitária todas as regiões da cidade		- Implantar bicicletário público entre bairros, com tarifa social para desafogar o transporte coletivo.
	12		Falta de segurança e de manutenção nas ciclovias/ciclofaixas existentes		- Desapropriar lotes para alargamento de vias. - Aumentar câmeras de monitoramento.
	13		Inexistência de integração entre os sistemas cicloviário e de transporte coletivo		- Integrar transporte coletivo com bicicletários pelo passe legal. - Realizar incentivo fiscal para aquisição de bicicletas.
Sistema viário, centros e subcentros	14		Sistema viário principal radial, concentrado no bairro Centro		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	15		BR-230 e BR-101 dividem a cidade e dificultam as conexões viárias. Concentram a função de ligação Norte-Sul e para a região metropolitana		
	16	Área central conta com tombamentos históricos	Grande concentração de serviços e comércios no bairro Centro, como consequência, grande número de viagens, desgaste ambiental, problemas de engarrafamento e falta de estacionamento	Existência de outras centralidades distribuídas pelo município	
	17		Falta de acessos às áreas litorâneas da zona Sul		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA MOBILIDADE					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Sistema viário, centros e subcentros	18	Intensa verticalização e consequente aumento de densidade no bairro Altiplano, além de pressão por maior ocupação da região e de seu entorno	Limitação dos acessos viários a essa porção da cidade e falta de continuidade do sistema viário, gerando congestionamentos e dificuldades ao transporte coletivo e individual		- Transformação do Estádio Wilsão, em Mangabeira, em estacionamento rotativo e pátio de eventos.
	19		Dimensionamento do sistema viário abaixo do necessário para áreas de interesse de densificação		
Polos Geradores de Viagens (PGVs)	20		Concentração de grandes empreendimentos em poucas vias principais, gerando tráfego intenso de veículos		

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Os participantes do grupo da temática mobilidade, na Oficina de Propostas 6, não seguiram a metodologia proposta, mas apresentaram as contribuições indicadas no quadro abaixo:

Quadro 13: Propostas de Mobilidade - OP 6

Controle sobre a padronização de calçadas ou passeio público (definição da altura com base no greide).
Acessibilidade.
Pavimentação de vias coletoras.
Transparência do transporte público coletivo.
Concessão da empresa.
Integração nos bairros.
Tempo de espera do coletivo.
Rotatória nas vias coletoras.
Transporte alternativo regulamentado.
Uso da bicicleta (construção de ciclovias).
Manutenção das vias coletoras.
Saneamento público principalmente nas vias coletoras.
Semáforo na Rua Prof. José Holmes, em frente ao Colégio Oswaldo Pessoa, colocando no final da rua uma faixa de pedestres.
A nível de segurança viária, pavimentação de vias de acesso ao retorno recém construído na Av. Hilton Solto Maior (necessidade urgente).
Priorizar vias para estacionamento nos projetos de loteamento urbano, junto ao código de obras municipal.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

3.1.3 Uso do solo

Quadro 14: Matriz CDP Uso do solo - OP 1

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Situação das finanças públicas municipais	1		Elevadas despesas com folha de pagamento de pessoal		Concurso público, contratação temporária, fiscalização informatizada e integrada.
	2		Baixa capacidade de investimentos com recursos próprios da prefeitura		IPTU diferenciado para as áreas na beira mar. Área nobre com baixo valor de IPTU quando comparado às demais.
Educação	3		Especial desafio quanto ao atendimento à educação básica, na etapa da creche		Descentralizar de forma equitativa nos bairros.
	4		Alto percentual de domicílios vulneráveis à pobreza e sem cobertura plena de equipamentos de educação		Descentralizar de forma equitativa nos bairros.
Saúde	5		Distribuição espacial de equipamentos de saúde escassa e desigual		Descentralizar de forma equitativa nos bairros.
	6		Sobrecarga dos serviços de saúde com abrangência regional	Sede regional e macrorregional de saúde	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Assistência social	7		Déficits no atendimento da população mais vulnerável, carência de equipamentos e sobrecarga dos existentes (CRAS, CREAS e CRC)		Priorizar os bairros carentes, processo participativo das decisões.
Segurança pública	8		Carência e má distribuição dos equipamentos de segurança pública		Melhor pensar o desenho urbano, as ruas e quadras, incentivando o uso misto ("olhos da rua").
Cultura, esporte e lazer	9			Presença de equipamentos culturais e desportivos de grande porte e abrangência regional e nacional	Promoção de eventos.
	10			Rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural	Preservação, educação, políticas públicas e investimentos.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Cultura, esporte e lazer	11		Escassez de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais e/ou esportivas de bairro		Descentralizar de forma equitativa nos bairros.
	12	O município é capital de estado e sede principal da gestão estadual		Oferta de serviços (públicos e privados) em caráter regional	
13			O município tem influência regional	Respeitar o Estatuto das Metrôpoles a nível regional.	
14			Porto de Cabedelo exerce funções de centralidade regional	Transporte hidroviário, rios Sanhauá e Jaguaribe.	
15			Polo turístico com poder de atração para seu entorno	Valorização do artesanato e mão de obra local, "pegada" ecológica, transporte coletivo de baixo custo, intermobilidade, parcerias público-privadas, moradia.	
16			Centro de serviços de lazer e turismo e de economia criativa, com expressividade nas escalas nacional e internacional	Shopping a céu aberto no Centro.	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	17		Ausência de um órgão gestor metropolitano		Aprovar Plano Diretor Metropolitano, passando por debate democrático, sistêmico e integrado.
	18	Iniciativas e projetos em parceria ou de interesse dos municípios da região metropolitana		Consórcio Metropolitano do Lixo (Aterro)	
	19			Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas da Paraíba	
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	20	Adensamento	Mancha urbana ocupa grande parte da extensão do município, de modo disperso		Induzir centralidades, quadra aberta e híbrida, e o uso misto na região Sul. Combater a especulação imobiliária. Planejar a densidade habitacional e população por bairros. Debate com a academia, população e secretarias de forma continuada.
	21			Corredores existentes e previstos com potencial de conformação de novos subcentros	
	22		Algumas áreas adensadas em áreas com carência de infraestrutura e/ou de fragilidade ambiental	Em geral, as áreas mais adensadas encontram-se nas macrozonas de adensamento	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	23	Centro Histórico	Legislação estadual restritiva e dificuldade em atrair investimentos privados		Atualizar o levantamento cadastral/fundiário.
	24		Perda de dinâmica imobiliária, esvaziamento de atividades no período noturno e em finais de semana e restrições orçamentárias para conservação e valorização	Rico patrimônio histórico e cultural e grande potencial turístico	Moradia, incentivos fiscais. Consultar princípios da conservação integrada.
	25	Campi universitários		Agregam um grande número de jovens e são capazes de movimentar seus entornos imediatos durante o dia e à noite	
	26			Localizam-se entre o centro antigo e a orla, podendo contribuir para a dinamização do centro	Fábrica Matarazzo - recuperação/reabilitação para centro de ensino profissionalizante.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Vetores de crescimento	27	Tendência de crescimento metropolitano e de maior conurbação com Santa Rita, Bayeux e Conde			Qualificar a ocupação com oferta de moradia digna para população de baixa renda. Mobilidade urbana integrada.
	28	Mancha urbana com tendência de crescimento interna para as regiões Norte (Bessa e Aeroclub), Leste (Portal do Sol e Costa do Sol), Oeste e Sul	Pressão por ocupação de áreas ambientalmente frágeis	O crescimento populacional tem se direcionado para locais onde existe estoque de lotes vazios	Planejar a gestão do uso e ocupação do solo a partir dos princípios da cidade compacta, multifuncional e caminhável. Combater a especulação imobiliária.
Moradia	29		Necessidade de ampliação e aceleração dos processos de regularização fundiária		Aprovar todas as ZEIS mapeadas.
	30		Elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade social		Mudanças de zoneamento, loteamento Instância Campestre, caminho praia do sol.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 24/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Moradia	31	Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	Diversas ZEIS instituídas de forma legalmente frágil		Aprovação das ZEIS mapeadas.
	32		Grande passivo para implantação de infraestrutura nas comunidades/ZEIS		Investimentos a partir dos recursos do FUNDURB, Outorga Onerosa e Operações Urbanas Consorciadas.
	33		Existência de comunidades em áreas de risco		Realocação para áreas próximas, que mantenham laços de vizinhança.
	34		Necessidade de maior controle social sobre os instrumentos urbanísticos, fortalecendo instâncias democráticas, em especial quanto ao direcionamento dos recursos do FUNDURB		Aprovação de Conselho Gestor por região, com funções consultivas e deliberativas, em diálogo com os vereadores e secretários municipais.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 15: Matriz CDP Uso do solo - OP 2

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Situação das finanças públicas municipais	1		Elevadas despesas com folha de pagamento de pessoal		Enxugamento da máquina pública e investimento em tecnologia.
	2		Baixa capacidade de investimentos com recursos próprios da prefeitura		Incentivos às Parcerias Público-Privadas.
Educação	3		Especial desafio quanto ao atendimento à educação básica, na etapa da creche		Melhorar a distribuição espacial das creches e escolas e ampliar o atendimento das escolas em tempo integral.
	4		Alto percentual de domicílios vulneráveis à pobreza e sem cobertura plena de equipamentos de educação		Criar incentivos para os pais que matriculem seus filhos na escola e criar uma política de combate a evasão escolar.
Saúde	5		Distribuição espacial de equipamentos de saúde escassa e desigual		
	6		Sobrecarga dos serviços de saúde com abrangência regional	Sede regional e macrorregional de saúde	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Assistência social	7		Déficits no atendimento da população mais vulnerável, carência de equipamentos e sobrecarga dos existentes (CRAS, CREAS e CRC)		
Segurança pública	8		Carência e má distribuição dos equipamentos de segurança pública		
Cultura, esporte e lazer	9			Presença de equipamentos culturais e desportivos de grande porte e abrangência regional e nacional	
	10			Rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Inserção regional	11		Escassez de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais e/ou esportivas de bairro		
	12	O município é capital de estado e sede principal da gestão estadual		Oferta de serviços (públicos e privados) em caráter regional	
	13			O município tem influência regional	
	14			Porto de Cabedelo exerce funções de centralidade regional	
	15			Polo turístico com poder de atração para seu entorno	
16			Centro de serviços de lazer e turismo e de economia criativa, com expressividade nas escalas nacional e internacional		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	17		Ausência de um órgão gestor metropolitano		
	18	Iniciativas e projetos em parceria ou de interesse dos municípios da região metropolitana		Consórcio Metropolitano do Lixo (Aterro)	Melhorar e ampliar.
	19			Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas da Paraíba	Unificar e integrar os planos turísticos, com ênfase na qualidade de vida e preservação ambiental.
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	20	Adensamento	Mancha urbana ocupa grande parte da extensão do município, de modo disperso		Ajustar o zoneamento para representar essas demandas, valorizando o uso misto. Incentivar a verticalização.
	21			Corredores existentes e previstos com potencial de conformação de novos subcentros	
	22		Algumas áreas adensadas em áreas com carência de infraestrutura e/ou de fragilidade ambiental	Em geral, as áreas mais adensadas encontram-se nas macrozonas de adensamento	Adequar o zoneamento às necessidades de preservação e conformando com melhor aproveitamento de infraestrutura já existente.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	23	Centro Histórico	Legislação estadual restritiva e dificuldade em atrair investimentos privados		Atualizar as Leis: 1) Transferência de Potencial Construtivo; 2) Dar incentivos fiscais; 3) Financiamento bancário com garantia do próprio imóvel.
	24		Perda de dinâmica imobiliária, esvaziamento de atividades no período noturno e em finais de semana e restrições orçamentárias para conservação e valorização	Rico patrimônio histórico e cultural e grande potencial turístico	Criar edifícios garagem e ônibus interligando os diversos pontos. Incentivar habitações de interesse social.
	25	Campi universitários		Agregam um grande número de jovens e são capazes de movimentar seus entornos imediatos durante o dia e à noite	
	26			Localizam-se entre o centro antigo e a orla, podendo contribuir para a dinamização do centro	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Vetores de crescimento	27	Tendência de crescimento metropolitano e de maior conurbação com Santa Rita, Bayeux e Conde			Estimular maior integração das secretarias e criar planos intermunicipais de transporte, educação, etc.
	28	Mancha urbana com tendência de crescimento interna para as regiões Norte (Bessa e Aeroclub), Leste (Portal do Sol e Costa do Sol), Oeste e Sul	Pressão por ocupação de áreas ambientalmente frágeis	O crescimento populacional tem se direcionado para locais onde existe estoque de lotes vazios	Fazer infraestrutura do Altiplano (interceptor e rede de esgoto) para permitir o adensamento. Transformar os bairros da região Norte em Zona Adensável Prioritária (ZAP), permitindo diminuir as pressões imobiliárias nos bairros Manaíra, Tambaú e Cabo Branco. Criar o zoneamento do Polo Turístico, com uso misto. Ampliação das áreas urbanas na zona Sul.
Moradia	29		Necessidade de ampliação e aceleração dos processos de regularização fundiária		Programa de qualificação da população. Integração dos programas de Habitação de Interesse Social (HIS) com programas e planos para realocação.
	30		Elevada concentração de domicílios em situação de vulnerabilidade social		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 25/11/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Moradia	31	Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)	Diversas ZEIS instituídas de forma legalmente frágil		Estudo sobre usos e ocupações das populações em situação de vulnerabilidade social.
	32		Grande passivo para implantação de infraestrutura nas comunidades/ZEIS		Rever as exigências dos loteamentos. Criar Parcerias Público-Privadas (PPP's) e incentivar investimentos privados.
	33		Existência de comunidades em áreas de risco		
	34		Necessidade de maior controle social sobre os instrumentos urbanísticos, fortalecendo instâncias democráticas, em especial quanto ao direcionamento dos recursos do FUNDURB		Incentivar a participação de setores.

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

O grupo da temática uso do solo, na Oficina de Propostas 3, não utilizou a metodologia da matriz CDP adotada nos eventos, apresentando suas propostas de forma específica, conforme quadro a seguir:

Quadro 16: Propostas uso do solo - OP 3

TÓPICO	LOCAL
Abuso de poder - Mobilidade. Corrompe Código de Obras. Fiscalização (CAU e CREA)	José Américo
Alagamento. Resíduos. Árvores. Permeabilidade do Solo (rever dimensionamento)	5ª Região. Esplanada
Calçamento. Esgoto	5ª Região
“Empaçamento”. Sem ocupação - praça. Retirar as invasões, dar uso para as praças	5ª Região, Rua da Paz
Drenagem. Saneamento. Retirar invasões	Portal do Sol
Saneamento	-
Reestruturação do Centro. Parque Aero clube	Centro e Aero clube
Rever Código de Obras e de Posturas	-

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 17: Matriz CDP Uso do Solo - OP 4

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Inserção regional	1			Porto de Cabedelo exerce funções de centralidade regional	Ação para potencializar a influência do Porto de Cabedelo.
	2			Polo turístico com poder de atração para seu entorno	
	3			Centro de serviços de lazer e turismo e de economia criativa, com expressividade nas escalas nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> -Valorização da cidade como um todo, descentralizando investimentos da orla e promovendo as demais regiões. - Promover feiras de bairro/comunidade e divulgar os eventos e a cultura da cidade para seu próprio cidadão.
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	4		Ausência de um órgão gestor metropolitano		Promover uma visão conjunta no planejamento em relação à Região Metropolitana.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	5	Iniciativas e projetos em parceria ou de interesse dos municípios da região metropolitana		Consórcio Metropolitano do Lixo (Aterro Sanitário)	
	6			Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas da Paraíba	
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	7	Adensamento	Mancha urbana ocupa grande parte da extensão do município, de modo disperso		
	8			Corredores viários existentes e previstos com potencial de conformação de novos subcentros	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular o adensamento urbano em conjunto aos eixos de mobilidade urbana. - Estimular uso misto e oferta de moradias próximo aos serviços básicos.
	9			Em geral, as áreas mais adensadas encontram-se nas macrozonas de adensamento	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	10	Centro Histórico	Legislação estadual restritiva e dificuldade em atrair investimentos privados, dificultando a preservação do patrimônio histórico		Criar habitações para revitalização e conservação do Centro Histórico
	11			Rico patrimônio histórico e cultural e grande potencial turístico	Melhorar gestão e fluxo processual entre os licenciadores do Centro Histórico
Vetores de crescimento	12	Tendência de crescimento metropolitano e de maior conurbação com Santa Rita, Bayeux e Conde			Maior flexibilidade em determinar o zoneamento e uso do solo
	13	Mancha urbana com tendência de crescimento interna para as regiões Norte (Bessa e Aero clube), Leste (Portal do Sol e Costa do Sol), Oeste e Sul	Pressão por ocupação de áreas ambientalmente frágeis	O crescimento populacional tem se direcionado para locais onde existe estoque de lotes vazios	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Moradia	14		Necessidade de ampliação e aceleração dos processos de regularização fundiária		Atuação conjunta das secretarias para garantir efetividade nos processos de relação de áreas ocupadas
	15		Grande passivo para implantação de infraestrutura nas comunidades/ZEIS		
	16		Grande quantidade de habitações em áreas de risco		Análise criteriosa para liberação de áreas com estudos e anuência da Defesa Civil
	17		Necessidade de maior controle social sobre os instrumentos urbanísticos, em especial quanto ao direcionamento dos recursos do FUNDURB		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Situação das finanças públicas municipais	18		Elevadas despesas com folha de pagamento de pessoal		
	19		Baixa capacidade de investimentos com recursos próprios da prefeitura		<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar parcerias público-privadas. - Promover contrapartidas de grandes empreendimentos.
Educação	20		Especial desafio quanto ao atendimento à educação básica, na etapa da creche		Promover distribuição de escolas em relação à densidade
Saúde	21		Distribuição dos equipamentos de saúde escassa e desigual		Descentralizar serviços
	22		Sobrecarga dos serviços de saúde com abrangência regional		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 14/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Assistência social	23		Déficits no atendimento da população mais vulnerável, carência de equipamentos e sobrecarga dos existentes (CRAS, CREAS e CRC)		
	24		Alto percentual de domicílios vulneráveis à pobreza		
Segurança pública	25		Carência e má distribuição dos equipamentos de segurança pública		Promover políticas de garantia à segurança
Cultura, esporte e lazer	26			Presença de equipamentos culturais e desportivos de grande porte. Rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural	Promover esportes de competição por bairros
	27		Escassez de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais e/ou esportivas de bairro		

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 18: Matriz CDP Uso do Solo - OP 5

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Inserção regional	1			Porto de Cabedelo exerce funções de centralidade regional	- Realizar melhorias nas vias e uso das instalações e áreas abandonadas melhorando o fluxo e escoamento da produção.
	2			Polo turístico com poder de atração para seu entorno	- Cobrar conclusão, por parte do Estado, das condicionantes do licenciamento ambiental para liberação definitiva de área para os empreendimentos.
	3			Centro de serviços de lazer e turismo e de economia criativa, com expressividade nas escalas nacional e internacional	- Implantar roteiros, identidade regional e itens que identifiquem a região. - Melhorar a divulgação das riquezas locais.
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	4		Ausência de um órgão gestor metropolitano		- Criar miniprefeituras para melhorar a gestão de bairros. - Melhorar a interlocução de questões metropolitanas.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação com a Região Metropolitana (RMIP)	5	Iniciativas e projetos em parceria ou de interesse dos municípios da região metropolitana		Consórcio Metropolitano do Lixo (Aterro Sanitário)	- Melhorar política de gestão de resíduos, favorecendo a coleta seletiva.
	6			Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas da Paraíba	
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	7	Adensamento	Mancha urbana ocupa grande parte da extensão do município, de modo disperso		- Incentivar o uso de lotes e imóveis vazios com infraestrutura completa. - Favorecer o adensamento de áreas com ocupação dispersa.
	8			Corredores viários existentes e previstos com potencial de conformação de novos subcentros	- Incentivar o adensamento de uso misto nos principais corredores do município para adequação de ciclovias, calçadas etc.
	9			Em geral, as áreas mais adensadas encontram-se nas macrozonas de adensamento	- Criar políticas de incentivo à ocupação mista com iluminação, segurança etc.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	10	Centro Histórico	Legislação estadual restritiva e dificuldade em atrair investimentos privados, dificultando a preservação do patrimônio histórico		- Criar políticas públicas de atração aos empresários e usuários para o Centro Histórico, evitando o abandono dos prédios históricos.
	11			Rico patrimônio histórico e cultural e grande potencial turístico	- Definição de regras e incentivos para recuperação e utilização do Centro Histórico.
Vetores de crescimento	12	Tendência de crescimento metropolitano e de maior conurbação com Santa Rita, Bayeux e Conde			
	13	Mancha urbana com tendência de crescimento interna para as regiões Norte (Bessa e Aeroclube), Leste (Portal do Sol e Costa do Sol), Oeste e Sul	Pressão por ocupação de áreas ambientalmente frágeis	O crescimento populacional tem se direcionado para locais onde existe estoque de lotes vazios	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Moradia	14		Necessidade de ampliação e aceleração dos processos de regularização fundiária		
	15		Grande passivo para implantação de infraestrutura nas comunidades/ZEIS		- Implantar infraestrutura básica.
	16		Grande quantidade de habitações em áreas de risco		- Priorizar, nos programas habitacionais, relocação da população em habitações em áreas de riscos.
	17		Necessidade de maior controle social sobre os instrumentos urbanísticos, em especial quanto ao direcionamento dos recursos do FUNDURB		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Situação das finanças públicas municipais	18		Elevadas despesas com folha de pagamento de pessoal		- Priorizar terceirizações e contratação de concursados.
	19		Baixa capacidade de investimentos com recursos próprios da prefeitura		- Promover fortalecimento de parcerias com o Governo Federal e parcerias público-privadas.
Educação	20		Especial desafio quanto ao atendimento à educação básica, na etapa da creche		
Saúde	21		Distribuição dos equipamentos de saúde escassa e desigual		- Promover fortalecimento das UPAs e postos de saúde com a implantação de novos postos.
	22		Sobrecarga dos serviços de saúde com abrangência regional		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 15/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Assistência social	23		Déficits no atendimento da população mais vulnerável, carência de equipamentos e sobrecarga dos existentes (CRAS, CREAS e CRC)		
	24		Alto percentual de domicílios vulneráveis à pobreza		
Segurança pública	25		Carência e má distribuição dos equipamentos de segurança pública		
Cultura, esporte e lazer	26			Presença de equipamentos culturais e desportivos de grande porte. Rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural	
	27		Escassez de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais e/ou esportivas de bairro		- Intensificar uso das estruturas existentes (espaço cultural, estação ciência, centro turístico, centro histórico).

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

Quadro 19: Matriz CDP Uso do Solo - OP 6

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Inserção regional	1			Porto de Cabedelo exerce funções de centralidade regional	
	2			Polo turístico com poder de atração para seu entorno	
	3			Centro de serviços de lazer e turismo e de economia criativa, com expressividade nas escalas nacional e internacional	
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	4		Ausência de um órgão gestor metropolitano		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação com a Região Metropolitana (RMJP)	5	Iniciativas e projetos em parceria ou de interesse dos municípios da região metropolitana		Consórcio Metropolitano do Lixo (Aterro Sanitário)	
	6			Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas da Paraíba	
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	7	Adensamento	Mancha urbana ocupa grande parte da extensão do município, de modo disperso		
	8			Corredores viários existentes e previstos com potencial de conformação de novos subcentros	
	9			Em geral, as áreas mais adensadas encontram-se nas macrozonas de adensamento	

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Relação entre a legislação urbana e a ocupação efetiva	10	Centro Histórico	Legislação estadual restritiva e dificuldade em atrair investimentos privados, dificultando a preservação do patrimônio histórico		<ul style="list-style-type: none"> - Atualizar e revisar a legislação estadual. - Tornar mais atrativa a ocupação do Centro Histórico. - Gerar incentivos fiscais e políticas públicas.
	11			Rico patrimônio histórico e cultural e grande potencial turístico	
Vetores de crescimento	12	Tendência de crescimento metropolitano e de maior conurbação com Santa Rita, Bayeux e Conde			<ul style="list-style-type: none"> - Realizar regularização fundiária. - Verificar o zoneamento dentro do perímetro urbano com o poder legislativo e delimitar o município.
	13	Mancha urbana com tendência de crescimento interna para as regiões Norte (Bessa e Aeroclube), Leste (Portal do Sol e Costa do Sol), Oeste e Sul	Pressão por ocupação de áreas ambientalmente frágeis	O crescimento populacional tem se direcionado para locais onde existe estoque de lotes vazios	<ul style="list-style-type: none"> - Adequar o uso do solo à realidade da cidade.

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Moradia	14		Necessidade de ampliação e aceleração dos processos de regularização fundiária		<ul style="list-style-type: none"> - Promover interligação da Secretaria de Habitação a outras secretarias, compondo canal de participação popular. - Implantar saneamento básico e infraestrutura viária.
	15		Grande passivo para implantação de infraestrutura nas comunidades/ZEIS		<ul style="list-style-type: none"> - Promover acessibilidade.
	16		Grande quantidade de habitações em áreas de risco		<ul style="list-style-type: none"> - Repensar comunidades que são realidade no município.
	17		Necessidade de maior controle social sobre os instrumentos urbanísticos, em especial quanto ao direcionamento dos recursos do FUNDURB		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Situação das finanças públicas municipais	18		Elevadas despesas com folha de pagamento de pessoal		
	19		Baixa capacidade de investimentos com recursos próprios da prefeitura		
Educação	20		Especial desafio quanto ao atendimento à educação básica, na etapa da creche		
Saúde	21		Distribuição dos equipamentos de saúde escassa e desigual		
	22		Sobrecarga dos serviços de saúde com abrangência regional		

OFICINA DE PROPOSTAS TEMÁTICA USO DO SOLO					DATA: 16/12/2021
Subtema	Cód	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades	PROPOSTAS
Assistência social	23		Déficits no atendimento da população mais vulnerável, carência de equipamentos e sobrecarga dos existentes (CRAS, CREAS e CRC)		
	24		Alto percentual de domicílios vulneráveis à pobreza		
Segurança pública	25		Carência e má distribuição dos equipamentos de segurança pública		- Reorganizar comunidades identificando áreas de risco, construindo conjuntos habitacionais e revendo espaços de equipamentos públicos.
Cultura, esporte e lazer	26			Presença de equipamentos culturais e desportivos de grande porte. Rico patrimônio ambiental, paisagístico e histórico-cultural	- Promover parcerias entre Governo do Estado e Prefeitura.
	27		Escassez de espaços e equipamentos de promoção e incentivo das atividades e manifestações culturais e/ou esportivas de bairro		

Fonte: Consórcio PDMJP (2021)

3.2 CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS VIRTUALMENTE

Além dos momentos das oficinas comunitárias, foi disponibilizado à população um canal aberto de comunicação com a equipe da revisão do PDMJP, por meio do *site* www.pdjp.com.br e do *e-mail* contato@pdjp.com.br.

Essas contribuições foram consideradas na elaboração das diretrizes e propostas, que são indicadas no Capítulo 4, e estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 20: Contribuições recebidas pelos canais de comunicação do PDMJP

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
Thiago Sanguinetti Ferreira Ramos	Pavimentação	Há necessidade de pavimentação de ruas no Bairro do José Américo, na comunidade Laranjeiras e Loteamento Santa Veronica.
Lizandra Cordeiro Severo	Calçamento e Praça Mangabeira VIII (Cidade Verde)	Bom dia! Não sei o quão efetivo é esse canal de comunicação, mas não custa tentar. Sugiro principalmente o calçamento da Rua Marli da Silveira Paiva, Mangabeira VIII. Também sugiro uma reforma da Praça da Paróquia Nossa Senhora das Dores, também em Mangabeira VIII, que está em uma situação vergonhosa e de abandono, sendo que é uma área muito utilizada pela população (o tanto quanto possível), em especial pelas crianças.
Inocência Soares do Rosário	Criação de uma área/parque ambiental urbana no bairro Brisamar e outras sugestões complementares.	Meu nome é Inocência Soares do Rosário. Sou morador do bairro Brisamar (antigo Jardim Luna), na cidade de João Pessoa, Paraíba. Venho propor uma sugestão a quem for dessa competência de encaminhar uma proposta de transformar uma antiga Granja Bela Vista em um parque ambiental ou algo semelhante. A Granja Bela Vista fica localizada no bairro de Brisamar, na divisa entre o bairro São José e Miramar. Sendo mais exato a localização e seu contorno, o ponto inicial: esquina da Rua Rita de Alencar

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>Carvalho com a Rua Benjamin Maia. Dessa esquina segue no sentido Nordeste até a falésia com o bairro São José, deste segue nessa falésia até o muro do terreno do Espaço Gospel, deste segue contornando o muro do terreno do Espaço Gospel e do Elevatório de Água da CAGEPA até a Avenida Senador Ruy Carneiro, deste segue contornando o limite do muro do Centro de Línguas do Estado, dos condomínios residenciais Camargo Guarnieri e Jardim Imperial até a chegar na Rua Rita de Alencar Carvalho Luna, e deste segue até o ponto inicial já citado acima.</p> <p>Essa granja está abandonada faz um bom tempo. Não sei se já foi vendida, se será construído algo por lá, mas a questão é sua importância para o bairro, na qual vou expor;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro ponto: a granja é o último (e único) vestígio de granja da antiga família Luna, que tinha fazendas, sítios e granjas nessa região (não à toa em épocas atrás, parte do bairro do Brisamar de chamava "Jardim Luna"). Faz parte da história desse passado relativamente distante do imaginário dos moradores antigos do bairro. • segundo ponto: essa granja tem uma grande área verde. Com seus mais diversos tipos de árvores frutíferas e nativas da região da Mata Atlântica. Além da preservação ambiental, mantém a qualidade dos lençóis freáticos ainda limpos e abundantes para o consumo das pessoas nos condomínios residenciais. É de uma grande importância e benefício para os bairros ao redor tenham esse espaço preservado adequadamente, não permitindo a construção de nenhum outro imóvel ou derrubada dessas árvores.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>• terceiro ponto: o nosso bairro teria um ganho também de qualidade de vida se esse espaço, além de preservado, possa se tornar uma espécie de parque ambiental, na qual as pessoas possam frequentá-lo. Não temos espaços verdes e naturais nas proximidades para passear com a família. Já que o bairro do Bessa está ganhando parques ao redor dos canais, seria muito proveitoso que essa granja pudesse ser transformada num parque.</p> <p>Acredito que esses pontos são justificáveis (existindo ainda outros pontos) para ter uma ação concreta e benéfica do poder público para o bem-estar de todos que moram nas redondezas e para toda a cidade de João Pessoa. Essas vantagens podem ser observadas com a melhoria do bairro do Bessa com a incrementação do Parque Parahyba nos arredores dos canais que cortam o bairro citado.</p> <p>Gostaria de encaminhar também um complemento nessa minha sugestão de realizar também uma revitalização nas 2 (duas) praças na Rua Valda Cruz Cordeiro (já tem uma praça nesta rua que foi revitalizada recentemente, na qual na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa nomeia como "Praça Guilherme Humberto Serrano", mas na placa de inauguração está o nome "Praça Otacílio Batista"), do bairro Brisamar, e reestruturação ou requalificação de 1 (um) campinho de futebol na Rua Benjamin Maia, no mesmo bairro, pois praticamente são interligados e contínuo com a Granja Bela Vista. Daria ainda mais vida e motivação a todo esse processo que sugerir.</p>
Sileno Siqueira Bayde Filho	Coleta seletiva	Olá. Sou morador de João Pessoa, residente no bairro dos Ipês. Gostaria de sugerir uma proposta de cuidado com nosso lixo, disponibilizando

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>pontos de coleta de lixo reciclável e orgânico pelos bairros. Aqui no meu bairro, algumas esquinas ficam abarrotadas de lixo, as vezes impossibilitando o passeio dos pedestres nas calçadas. Seria ótimo uma atenção nessa área, que traz benefícios para organização, limpeza e saúde pública das pessoas.</p>
José Inocêncio Hermínio	Recuperação de áreas públicas	<p>Como morador do bairro de Jaguaribe desde 1968, gostaria que áreas públicas do bairro fossem revitalizadas;</p> <p>1) Balaustrada um monumento com mais de 100 anos construído (encontra-se abandonado pelo poder público).</p> <p>2) Mercado Público Santo Antônio - Construído na Administração de Apolônio Sales de Miranda (localizado em Jaguaribe, um equipamento público que deveria ser revitalizado).</p> <p>3) Loteamento Sítio Velho e Novo, localizado no bairro de Jaguaribe. Nessa hoje funciona uma feira livre na quarta feira, funciona também lojas de motos e etc., outros dias da semana a área fica ociosa. O que sabemos que a referida área foi destinada pelo loteamento para construção de uma praça poliesportiva.</p>
Kamila Ramos	Espaço seguro para caminhada na avenida Hilton Souto Maior	<p>Sou moradora do bairro José Américo de Almeida e todos os dias faço caminhada com meu esposo na Avenida Hilton Souto Maior (entre o supermercado Super Fácil e a rotatória do antigo CAIC), entretanto, nós, pedestres, disputamos com os ciclistas o espaço da ciclovia para que possamos fazer nossa caminhada, pois em toda a avenida não há um espaço seguro destinado para a prática da caminhada.</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>O movimento de pedestres é intenso na ciclovia que fica no canteiro central dessa avenida, porém não há segurança para quem está andando correndo, etc. Infelizmente, já presenciei acidente entre ciclista e pedestre</p> <p>Além disso, o paisagismo do canteiro central dessa avenida precisa ser revitalizado, pois há acúmulo de lixo, mato e árvores mortas em todo o percurso.</p> <p>Desde já agradeço a oportunidade e espero que os moradores sejam beneficiados com essa sugestão de melhoria para o nosso município.</p>
Marinaldo Correia	Calçamento	<p>Resido em mangabeira há 21 anos, e até a presente data não foi realizado o calçamento na minha rua e no meu quarteirão, no inverno sinto dificuldade para sair de casa por causa da minha rua alagada, precisamente na frente da minha residência, situada a rua das Gardêneas Número --, peço encarecidamente o calçamento para uma melhor mobilidade.</p>
Luiz Virgilio de Olival Fernandes	Construção de uma praça	<p>Aqui no bairro Jardim Cidade universitária tem uma área destinada a uma praça junto ao posto de saúde USF Eucaliptos na Rua Euclides Rodrigues Oliveira. Precisamos que seja feito a construção de uma praça para a comunidade com atrativos para todos do local além de evitar o descarte de entulhos e lixos.</p>
Carlos Marcelo Bezerra	Arborização	<p>Considero importante nesse plano diretor, a revisão do plantio de árvores, bem como a manutenção, conservação, do verde já existentes e implementar essa prática nos bairros mais carentes. Moro em Manaíra, e percebo várias ruas sem nenhuma árvore, outra questão é a conservação das praças, no centro da cidade monumento dedicado a João Pessoa, o canteiro central sem nenhuma planta, importante rever essa questão paisagista!</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
Daniel Augusto Santos Maciel	Recuos	Bom dia! Gostaria que os recuos do Bairro do Bessa fossem revistos, para os terrenos de duas frentes(esquina), pois ficamos com um espaço muito reduzido para que possamos fazer quaisquer construções. Com a revisão dos recuos, creio que teremos mais espaço e liberdade para a construção de casas (de um e dois pavimentos). Essa é a minha sugestão para a revisão do Plano Diretor de João Pessoa!
Wilson Miranda de Macedo	Horta Comunitária	Criação de hortas comunitárias nos bairros onde tenham espaços públicos vazios, os excedentes a comunidade vendam para outras pessoas que melhor poder aquisitivo.
Davi	Sugestão de praça	O bairro cabo branco precisa de uma praça, não tem nenhuma. E existe um terreno bom para isso.
Roberta	Transporte coletivo e acessibilidade	Voltar a linha 513; padronizar as paradas dos ônibus deixando iguais as da Av. Epitácio Pessoa, em especial no bairro Jardim Oceania. Em dias de chuva fica inviável esperar um ônibus. Com relação à Av. Fernando Luiz Henrique, colocar iluminação de Led, hoje encontramos uma avenida escura e sem segurança. Iluminar também a orla do jardim Oceania. As causadas da Av. Fernando Henrique, uma boa parte, são intransitáveis.
Marco Antonio Suassuna Lima	Cobrança transparente da Outorga Onerosa.	Bom dia pessoal, nessa revisão do PD, as fórmulas de cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir, deve estar contida na lei. Reforçamos o registro. Atenciosamente Marco Antonio Suassuna Lima.
Hypólito Ferreira	Ideia para o Plano Diretor	Sou servidor de Carreira da PMJP, vejo algumas problemáticas na cidade que poderiam ser ajustadas nesse novo Plano Diretor. Irei opinar sobre os canteiros das cidades, poderia vir algum artigo oferecendo um desconto nos tributos de empresas que adotarem um canteiro da cidade para cuidar e fazer o paisagismo, vejo

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>isso em outras capitais e poderia ser implantado facilmente em nossa cidade que é reconhecida como a mais Verde do Brasil.</p> <p>Estou à disposição para ajudar com mais ideias na ajuda do Plano Diretor como no Código de Postura Municipal.</p> <p>Obrigado.</p>
Maxwell Felix	Participação de Representação do bairro ILHA DO BISPO	Tendo em vista a falta de Representação do Bairro da Ilha do Bispo do município de João Pessoa, na última audiência pública realizada e 23/11(terça-feira), venho por meio deste pontuar alguns pontos negativos no bairro da Ilha do Bispo que merecem extrema atenção por ser um dos bairros mais antigos da cidade e também por ser entrada da cidade de João Pessoa por ser divisa com o município de Bayeux.
Eleni Mendes da Costa	Transporte publico	Os bairros da Torre e Altiplano estão servidos apenas com uma linha de ônibus. Vim morar em João Pessoa há 30 anos atrás e os ônibus do Altiplano são os mesmos, o bairro cresceu e a linha de ônibus é a mesma com ônibus velhos e poucos. A Torre não tem mais ônibus. Esse monopólio dos ônibus do Altiplano tem que acabar e a Torre precisa de uma linha de ônibus que circule pelo bairro. Desde já agradeço.
Guilherme Herculano		Olá, informo que os moradores da Rua Coronel Elias Fernandes, Bairro do Alto do Mateus, João Pessoa – PB, juntaram-se em mutirão e executaram a limpeza de um terreno baldio de propriedade da Prefeitura, situado nesta mesma rua, onde acabaram com um lixão que lá existia há anos, e fizeram a plantação de diversas mudas de árvore naquela localidade. Associado a isto, fizemos também uma singela área de esportes de areia para a prática de futevôlei e pista de caminhada, porém ainda carecem de bastante

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>infraestrutura para que fiquem minimamente dignas para a prática de caminhada e demais esportes de areia.</p> <p>Nesse diapasão, solicito a PMJP a colocação do nome da referida praça, como sendo JOÃO FERNANDES DA ROCHA "in memoriam", pois é um mecânico e renomado cidadão que morou naquele bairro e também foi o Pai de uma das maiores lideranças daquela comunidade, que lá reside há mais de 40 anos, o Sr. Vaumir do Nascimento Fernandes, conhecido popularmente como Dr. Vaumir ou Coronel Vaumir, Oficial e Médico da Polícia Militar da Paraíba, reconhecido há muito tempo como um homem que sempre ajudou e ainda ajuda aquela comunidade carente em demandas de Saúde, Segurança Pública e Assistência Social, apenas por caridade, sem cobrar nada em troca e nem tão pouco candidatar-se a nenhum cargo eletivo. Além disso, solicitamos para que, após darem nome à "praça", coloquem esta localidade na relação de praças da Zeladoria de Praças da SEDURB e executem melhorias na infraestrutura da "praça", conforme discriminado abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Construir uma calçada que rodeia a praça, para as pessoas da 3ª idade fazerem a sua caminhada diária; 2. Construir um caixão de areia, devidamente cercado por telas, no local onde pratica-se esportes de areia nesta praça, de modo a evitar a propagação de doenças provenientes das fezes de animais de rua que utilizam a área; 3. Transferir os pontos de iluminação para as laterais da quadra de areia e trocar os refletores por outros que sejam mais

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>potentes, de modo a proporcionar a prática de esportes no horário noturno;</p> <p>4. Instalar um ponto de água no meio da praça para que possamos regar as mudas que ali foram plantadas, pois atualmente fazemos isto com água das nossas próprias casas;</p> <p>5. Construir e instalar escorregos e balanços para que as crianças possam brincar e socializar com outras crianças da localidade;</p> <p>6. Instalar equipamentos de musculação, conhecido como academia de saúde, para a prática de atividade física por parte dos moradores que residem nas proximidades.</p> <p>Diante do exposto, solicito o atendimento das demandas acima elencadas em nome de toda a população que reside nas redondezas deste terreno municipal, como também em nome dos praticantes de futevôlei.</p>
Ribamar Pessoa Bezerra Júnior	Quiosques nas praças	Praças são sinônimos de família, saúde e lazer. Seria bom que os bares fossem trocados por lanchonetes sem bebidas alcoólicas e sem som alto.
Roberta Pereira	Pavimentação	Boa tarde, gostaria de solicitar mais pavimentações nos bairros Jardim Cidade Universitária, em João Pessoa. Diversas ruas onde moro não são pavimentadas, a José Ricardo M. Morais, por exemplo, não é pavimentada. Outra demanda que poderia ser incluída no plano diretor é o cuidado com a fiação elétrica pela cidade, inclusive no centro histórico, nos prédios históricos. Em muitos pontos a fiação elétrica e de telefonia fica solta, capaz de provocar acidentes e ainda deixando a Cidade descuidada. Imagino que fiação subterrânea é uma solução, não simples, mas talvez a mais adequada para uma cidade mais

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		planejada e organizada. Como pessoense ficarei muito satisfeita em ver alguma dessas demandas atendidas e a Cidade mais bonita e urbanizada.
Josilda de Araújo Silva	Construção de praças	No bairro Jardim Cidade Universitária. Não há locais para atividades físicas.
Lucas Neiva Peregrino	Rio Gramame e áreas de urbanização	Como vocês estão encaminhando a questão do crescimento da urbanização nos bairros próximos ao Rio Gramame, 4ª e 12ª regiões principalmente? É preciso estar atento aos limites de construção na área e as questões de saneamento. Não adianta apenas restringir, mas também incentivar as propriedades que fazem uso consciente do terreno (plantando árvores). Aqueles locais que não possui saneamento, devem ser abastecidos com fossas ecológicas evitando que os rejeitos se encaminhem diretamente para o Rio (com chuvas) ou lençol freático (infiltração). O investimento na limpeza urbana e coleta de lixo periódica também deve ser priorizada nesses locais. Sabemos que todo dia tem coleta de lixo em Cabo Branco (bairro de ricos) e nos bairros periféricos acontece segunda, quarta e sexta. Como explicar isso?
Francisco Costa.		<p>João pessoa, "a cidade de apenas uma avenida". (taxista de Recife em viagem minha à cidade).</p> <p>Agora, as minhas considerações e anseios:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As ruas são estreitas: Que as novas ruas tenham mais que os tradicionais 7m de largura. Vamos ser grandes! 2. As calçadas são estreitas e com alturas despadronizadas; tem umas com 30 e até 40cm de altura, principalmente em bairros mais distantes. Definir novo padrão para o recuo das construções, no sentido de aumentar a largura das calçadas. Orientar

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>as pessoas a construírem calçadas na altura padrão, conscientizando q calçada é passeio para pedestres, inclusive cadeirantes. Isso reduzirá a cultura equivocada dos enormes degraus em muitas calçadas pela cidade. Calçada larga, mais conforto na locomoção e possibilidade de plantio de árvores. vamos ser grandes! voltemos a ser a cidade verde!</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Mesmo as mais recentes - e estreitas - vias não são arborizadas. Recomendar que as novas construções plantem árvores no terreno ou nas calçadas. A cidade está ficando "pelada"! Voltemos a ser cidade verde! Mesmo que sejam árvores de menor porte. 4. Quase não temos avenidas; as poucas existentes têm apenas duas faixas, à exceção da Eptácio pessoa. Promover o surgimento de avenidas na cidade, de acordo com a definição de que avenida é uma "rua larga com canteiro central". Ora, a cidade simplesmente não tem avenidas no sentido longitudinal. (só temos ruas estreitas ou a BR-230). 5. As sarjetas são tomadas por ervas daninhas ou terra. Outras têm forma de valas fundas, oferecendo riscos de acidentes a pedestres pesquisar a causa do surgimento de mato nas sarjetas e criar soluções. Talvez, ao asfaltarem uma rua antiga de paralelepípedos, devessem esparramar a emulsão asfáltica até à guia (meio-fio). Isso vedaria os espaços entre os paralelepípedos, evitando o nascimento e enraizamento de mato. Hoje, nem a prefeitura nem os moradores se atentam para remover os matagais ou a terra

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>acumulada nesses pontos. Sinto vergonha das sarjetas da cidade.</p> <p>6. O leito de várias vias da cidade parece não ter o abaulamento transversal para escoamento de água para as laterais. Poças de água se formam em pleno leito dessas vias, denunciando o erro de projeto/execução (com a palavra, os engenheiros da prefeitura...)</p>
Marcos		<p>Moro no bairro João Agripino II, próximo ao q hoje em dia chamam de bairro São José mas q na realidade nunca se tornou bairro, continua sendo uma enorme favela com crescimento desordenado, sem ordenação de construção de casas, eles estão derrubando a Mata Atlântica e subindo as construções desordenadas em direção ao nosso bairro aqui em cima, logo, logo, viraremos também uma favela, por enquanto aqui no bairro João Agripino II, temos q seguir as leis de recuos em nossas construções de casa mas já, já, vamos virar o prolongamento da Favela São José, vamos abrir o olho enquanto há tempo, deve-se pavimentar as margens do Rio, criando uma grande via transitável pra dá acesso ao bairro Manaíra, desafogando principalmente a Av. Flávio Ribeiro Coutinho mas também o trânsito da Av. Maria Rosa q desemboca na Av. Ruy Carneiro, isso seria feito através de pontes sob o rio pra o bairro de Manaíra e, do outro lado deveria ser feito o reflorestamento da Mata Atlântica, com cercado impedindo a invasão territorial da Mata.</p>
Marcos Paiva	Bairro/Favela São José	<p>Moro no Conjunto João Agripino II, aquele bem próximo ao São José, nós aqui estamos fadados a ser engolidos por eles lá debaixo, nós aqui temos q respeitar a lei de recuos na construção de casas mas eles lá embaixo fazem diferença jeito q querem, é uma puxadinho pra lá outro pra cá, e assim vão invadindo a barreira, destruindo a</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>floresta q sustenta essa barreira, aqui de minha casa q é na rua principal, já vejo os telhados das casas de lá aparecendo na rua vindo desde lá debaixo, não entendo como numa região vizinha, uma tem lei de ordenação de construção e outra é livre pra fazer o q quiser, além do mais, eles tem todo controle sobre nós aqui no q se refere a negócios, nós já tivemos várias tentativas de criar um mercadinho pra atender ao nosso bairro mas eles atacam, intimidam, assaltam e roubam até q somos obrigados a fechar o nosso e ficamos reféns deles lá debaixo, são muitas discrepâncias, nós estamos sendo pressionados a aceitar a interferência deles e digo uma coisa, nós aqui vamos ser o crescimento dessa favela lá debaixo, imagina aí como vai ficar lindo essa invasão vista de quem passa na BR.</p> <p>Se o poder público não tomar uma providência drástica será assim no futuro próximo e aí será ainda mais difícil resolver esse problema, a chance é agora, o prefeito anterior, Luciano Cartaxo, iniciou, mas não foi suficiente, é preciso q o prefeito atual tome atitude pra evitar o pior, podemos ver inclusive o q foi feito ser reocupado pela população ribeirinha.</p> <p>Eu vi uma pessoa da área de segurança pública dizer q ruas pavimentadas dentro de favela ajuda a diminuir a aglomeração de criminosos por ter vias onde a polícia poderá agir, nessa direção eu imagino uma grande via com quatro mãos sendo construída no lugar dessa favela, dando suporte ao trânsito pra dentro do bairro de Manaíra através de pontes como tem q em boa parte da cidade de Recife, dessa forma pavimentava as margens do Rio e do outro lado poderia reflorestar e cercar pra evitar a invasão territorial de floresta.</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		Vocês podem até dizer q isso seria muito difícil, mas digo, se não for assim, a favela só vai crescer e aí certamente vai ficar muito mais difícil ainda, talvez poderemos dizer até impossível de se resolver, vamos aproveitar esse momento, colocar como prioridade pra esse momento deixado pelo prefeito anterior, Luciano Cartaxo.
Kivio Wanderley	Construção Indevida	Na frente da igreja do Santo Antônio na rua Rejane Freire no bairro de Jard. Cid. Univ. há uma depressão conhecida como "buracão" onde não passa coleta e os moradores tocam fogo nos resíduos além de construções inadequadas e desordenadas. Deveria ser uma área verde de preservação pois nas chuvas vira um braço do rio Timbó com muitas espécies de flora e fauna nativas de mata atlântica.
Michelly Teixeira	Utilidade pública	Colocar banheiros públicos na praia e centro da cidade! Sou moradora de João Pessoa ensino a maior dificuldade em ir ao banheiro na praia e no centro. Acredito que a instalação de banheiros químicos evitaria muita sujeira e odores que a cidade tem e resolveria o problema de turistas e clientes.
Adeny Mascarenhas	Limpeza	Deveria a coleta de lixo na sobre e sob às do mar, especialmente na área de banho. Assim, fazer um movimento singular de cuidado com a natureza.
Cleane Maria Santos da Silva	Limpeza de terrenos	Limpeza de terrenos baldios e particulares, ninguém merece um terreno cheio de lixo como vizinho e punição pra o dono e quem colocar lixo nele.
Libório Lacerda dos Santos	Construção de Obras e projetos sociais.	Seria fundamental a Construção do Restaurante popular do Valentina, a construção do Centro de Cultura do Valentina, projeto dos BRTS para João Pessoa, construção do parque Sanhaua, construção do museu de João Pessoa na Estação Ciência e Artes, construção de escolas no Valentina, Construção do Terminal Metropolitano do Varadouro, ponto digital na saúde e na

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>educação, circuito de câmaras, construção de piscinas no Centro de Treinamento Ivan Tomaz, Sinal de Trânsito na curva da entrada do Valentina e redutores de velocidades na avenida Clodoaldo Peixoto filho nas mediações da futura agência da Caixa Económica do Valentina. Construção do novo Félix Caino do Valentina, instalação de placas de identificação do Centro de treinamento Ivan Thomaz, Detran do Valentina, UPA do Valentina, SESC Gravata, futuro Senac do Valentina, Viveiro Central de Plantas do Valentina,5 Batalhão de polícia militar placas em todos estabelecimento citado.</p> <p>Constelação do Cemitério Municipal do Valentina, Construção de um centro de línguas estrangeiras para o Valentina com cursos de inglês, francês espanhol e libras.</p> <p>Construção da casa do idoso do Valentin Valentina. Colocar um monumento do Cristo Redentor no Parque da Lagoa em Homenagem às vítimas do Covid.</p> <p>Climatizar as paradas de ônibus da Lagoa de João Pessoa.</p> <p>Fazer Concursos para SEMOB, guarda municipal, educação, e concurso para SEDURB. Fazer a casa da mulher Brasileira com parceria com o Governo Federal, transferir o Trauminha de Mangueira e fazer uma nova cede do Trauminha no Bairro do Valentina estabelecendo um complexo hospitalar, facilitando os atendimentos na UPA do Valentina e Hospital Infantil do Valentina formando um complexo hospital da Zona Sul. Construção de apartamentos no Valentina aumentando o número de moradias habitacionais. Colocar o nome do novo terminal de Integração do Valentina Wilson Leite Braga fundador do Conjunto do Valentina homenagear os familiares do Ilustre Wilson Braga e resgatar sua cultura no</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		Bairro do Valentina e colocar uma estátua metálica do Wilson Braga no novo Terminal de Integração do Valentina.
Carlos Kennedy da Costa Rodrigues	Praça	Eu moro aqui no Geisel próximo ao ponto final da linha 202, aqui próximo tem uma praça abandonada que precisa, de uma organização o povo despeja lixo e entulhos gostaria que tivesse um planejamento para revitalizar calçar, colocar espaço para praticar esportes, quadras, melhorar a segurança, poda das árvores.
Lucas Medeiros Cardoso	Patrimônios culturais	Aconselho que montem um mapeamento ponto a ponto dos locais que devem ser enxergados como patrimônios culturais, pois existem muitas construções que não são tombadas, mas tem o seu valor histórico cultural, dentre elas locais ocupados e importantes, como também locais desocupados quase arruinados, mas também importantes para preservar a memória da cidade.
Edilberto Brito	Área do Cidade Recreio	O Bairro Cidade Recreio Cabo Branco, possui uma vasta área denominada de "amenização ambiental" onde não pode ser construído nada além de dois andares. Na vizinha cidade de Natal tem uma área bastante parecida na Ladeira do Sol, onde ao contrário, são construídos e prédio em uma escala denominada ZR-5 e a cidade ganhou muito com isso, sem ter ocorrido nenhum dano ao meio ambiente. Eu sugiro que essa área do Cidade Recreio e outras que não causarem nenhum impacto relevante ao meio ambiente, seja revista e o uso para construção, pelo menos no modelo ZR-3, seja aprovada, para o bem da população do Bairro com maior potencial de crescimento da região sul de João Pessoa. Grato.
Ana Paula Taigy	Coleta de lixo seletiva	Olá! Gostaria de sugerir 2 PL para a cidade: 1º) que fosse estimulado, através de desconto no IPTU ou Taxa de coleta de lixo urbano, que as residências adotassem aqueles expositores de lixos altos, para

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		<p>evitar que o lixo fosse colocado no chão/calçada, evitando que animais (especialmente cachorros), rasgassem os sacos e espalhassem os lixos;</p> <p>3) que houvesse dias distintos para a coleta de lixo reciclável. De uma vez por todas, precisamos reorganizar as cooperativas de coleta de lixo reciclável. Não dá mais para ignorar isso.</p>
Alberto Correia Gomes Filho	Pavimentação das ruas	Venho por meio desta pedir a pavimentação das ruas do bairro PORTAL DO SOL, pois pagamos um alto valor de IPTU e não temos infraestrutura nem de ruas pavimentadas.
João Paulo	Mobilidade Urbana	<p>Investimento em transporte público de qualidade (BRTs e Ônibus elétricos), alinhando ao VLT da Grande João Pessoa;</p> <p>Disponibilização de mais faixas exclusivas de ônibus;</p> <p>Alargamento de vias principais;</p> <p>Construções de mais Integrações; e</p> <p>Aumentar o número de ciclovias.</p>
Gedeão Ferreira	Plano diretor	Priorizar alargamento de avenidas. Ampliar ciclovias. Coibir Construções que avancem calçadas e areia da praia (no Jardim Oceania e Praia do Bessa, tem alguns absurdos). Jamais permitir “arranhas céu” na orla.
Luiz	Acessibilidade	Devemos dar às calçadas a mesma prioridade que damos às ruas. Se onde trânsito automotores precisa de cuidado, onde trânsito pessoas, cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção também. Queremos calçadas dignas e seguras para todos.
Tassiana Farias	Infraestrutura	Estamos na expectativa dos calçamentos para melhor acesso e locomoção.

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
Cristiano José Ferreira de Lima	Fundação de apoio aos portadores de autismo no sertão da Paraíba	Fiz um levantamento em 5 cidades do sertão da Paraíba e nenhuma delas tem apoio ao portador de autismo.
Ricardo de Holanda	Áreas verdes - espaço lazer/caminhada	<p>Solicito que o plano diretor preveja o aproveitamento e revitalização das seguintes áreas verdes: no bairro Treze de maio - Parque Municipal Lauro Pires Xavier (-7.113899, -34.86873); (2) Mandacaru (-7.106834, -34.864633); no bairro dos Ipês (-7.104133, -34.850188).</p> <p>Esses espaços podem ter pistas de caminhadas com preservação permanente do espaço verde, brinquedos para crianças.</p> <p>São três áreas que não são aproveitadas na cidade.</p>
Ana Rafaela Pessoa Alcoforado	Construções na orla	Acredito que a orla de nossa cidade seja um grande diferencial por não possuir prédios altos que bloqueariam a circulação de vento no restante da cidade e que impossibilitariam o uso da praia. Tal medida deve ser mantida
Lays Kristina Varela da Costa	Opinião de uma pessoense que ama e quer o melhor para a cidade!	<p>Trocar a luz amarela dos postes da cidade por aquela azul, além de gastar menos, ilumina a cidade de verdade, e assim não favorece o crime! É muito melhor! Outra coisa que precisa mudar é a quantidade de fios expostos entre os postes, isso precisa mudar e ir para o subsolo, é muito arriscado para população, além deixar a cidade muito feia! Os anos passam e muitas ruas seguem sem ser calçadas, mal iluminadas, com lixo e esgoto a céu aberto, isso não pode continuar! As UPAs e PSFs também precisam ser fiscalizadas, pois o atendimento é terrível e falta material e bons profissionais em todas, pois muitos não tratam bem as pessoas que já chegam doentes e ainda tem que enfrentar o mau humor dos que ali trabalham!</p>

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
Maria do Carmo Ribeiro da Silva	Área descoberta em Muçumagro	Moro na rua Orlando do rego Luna Muçumagro e a minha área é descoberta não temos PSF. Tem como resolver minha situação.
Prof. ^a . Dra. Juliana Carla Bastos	Sugestão para PD: Inclusão de políticas públicas sobre o som	<p>Prezados,</p> <p>acabo de responder ao questionário. Entre questões muito importantes, ficou bastante tímida a menção feita ao aspecto sonoro. Ele aparece apenas como um subitem dos tipos de incômodo. Contudo, o aspecto sonoro de um lugar é primordial para determinar questões como o potencial turístico ou a desvalorização imobiliária. Gostaria de ver incluído no PD revisado um debate um pouco mais robusto sobre o som. Em 2016, durante minha pesquisa de campo do doutorado, fui à prefeitura para propor uma entrevista à equipe me surpreendi ao ser informada de que o som não fazia parte do PD vigente. Eu me prontifico a atuar e auxiliar como puder, dentro das minhas possibilidades profissionais.</p> <p>Sou professora de música da UFPB, membro do CDMA - Coletivo em Defesa do Meio Ambiente (ainda em fase de formalização) e coordenadora do LABETS - Laboratório de Ética Sonora da UFPB. Defendi a tese "Ética Sonora e suas implicações na sociedade de João Pessoa", na qual cito essa ausência que mencionei acima.</p>
José Elias da Cunha Metri	Plano diretor de João Pessoa	Desejo um plano diretor inclusivo que beneficie a população mais humilde. Só assim construiremos uma cidade com mais justiça social e mais confortante para toda população.
José Thiago Gama dos Santos	Plano diretor	Gostaria de ver o engenho velho com ruas calçadas e ali seria um futuro bairro
Tallys Henrique Oliveira de Medeiros	Ônibus sonho da comunidade do TAIPA	nos do bairro do costa e silva comunidade do taipa temos um sonho em ter uma linha de ônibus circulando na nossa comunidade e nós tínhamos

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
		ganhado deste o ano retrasa na gestão passada um linha 103 Gramame engenho velho ou a linha 123 no mesmo percurso venha pela Hortência Ribeiro de Luna entra na rua batista pereira e vai na rua JOÃO Lourenço de Souza e cruzar com a rua Aurélia Lins rabelo e vai pela sargento Otaviano Mangueira e pela a principal do costa e silva Graciliano delgado centro bairro sonho desta comunidade
Tallys Henrique Oliveira Dê Medeiros	Quero ver a atenção da gestão.	Sem infraestrutura na rua, o final da rua da paz a Luz Américo de Oliveira não terminou nem os calçamentos nem o saneamento básico de esgoto, não tem de coletar de lixo pra a rua não tem condição.
Tallys Henrique Oliveira Dê Medeiros	Melhorias pra nossa comunidade do Taipa e bairro do Costa e Silva.	Na comunidade da taipa temos vários terrenos da prefeitura Municipal de João Pessoa sem uso, dos quais, alguns possuem projetos implementados pela SEPLAN, porém muitos ainda aguardam projetos. Queremos que fosse feito algo em prol dos moradores, como áreas de esporte, cultura e lazer. Muitos desses terrenos se encontram totalmente abandonados, sem iluminação, cercamento e com descarte de entulho.
Osman Nunes	Zoneamento e Legislação para Regularização	Gostaria de saber se existe algum estudo pra a atualização de áreas verdes (ZEP2) que hoje se encontram descaracterizadas. O segundo ponto é, existe algum estudo de como será tratada as edificações que necessitam de uma regularização arquitetônica (avanço de recuos frontal, lateral e fundos), observando que temos grandes irregularidades principalmente na zona sul da cidade e temos a área central (parte mais antiga) que praticamente não possui os recuos. como serão tratados esses temas?
Jackson Emanuel	Plano Diretor – Solicitação de alteração	alteração do traçado do zoneamento para que seja ampliada a ZR2 (Zona Residencial 2), em conformidade com a legislação federal e o projeto que segue em anexo (doc. 02).

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS		
AUTOR	ASSUNTO	MENSAGEM
Jackson Emanuel	Plano Diretor	<p>1)SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO DE LOTE DE TERRENO LOCALIZADO NO BAIRRO DO BESSA.</p> <p>Alteração do zoneamento do lote de terreno no bairro Bessa, para que ele retorne à condição anterior de Zona Residencial 1 (ZR1).</p> <p>2)SOLICITAÇÃO DE ACRÉSCIMO DO USO "S3 – SERVIÇO ESPECIAL", OU ALTERAÇÃO DO ZONEAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CEMITÉRIO PARQUE NO BAIRRO PLANALTO DA BOA ESPERANÇA</p> <p>acréscimo do uso especial do solo na área acima identificada ou a alteração do zoneamento, a fim de que se possibilite a implantação no local do Cemitério Parque Parahyba, mediante a prévia aprovação dos projetos e licenças pelos órgãos competentes.</p> <p>3)SOLICITAÇÃO DE ADEQUAÇÃO/AJUSTE NO TRAÇADO DO ZONEAMENTO EXISTENTE EM ÁREA LOCALIZADA ENTRE OS BAIRROS CUIÁ / VALENTINA / PLANALTO DA BOA ESPERANÇA</p> <p>alteração do traçado do zoneamento para que seja ampliada a ZR2 (Zona Residencial 2), em conformidade com a legislação federal e os projetos que seguem em anexo (doc. 09 e 10).</p>
Rodrigo Cavalcante	Proposta de modificação e zoneamento	Proposta para modificação de zoneamento e readequação dos limites do parque municipal do Rio Jaguaribe.

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4. DIRETRIZES E PROPOSTAS

O presente capítulo tem por objetivo apresentar as diretrizes e propostas para a revisão do Plano Diretor Municipal de João Pessoa (PDMJP). O conteúdo apresentado está estruturado em sete eixos temáticos: (I) ambiental; (II) econômico; (III) social; (IV) infraestrutura; (V) gestão; (VI) mobilidade; e (VII) urbanismo e habitação. Além disso, foram destinados outros dois itens específicos para tratar de Questões Metropolitanas e de Projetos Estratégicos, conforme 4.8 e 4.9 deste relatório, respectivamente.

Para cada eixo temático, foram considerados os temas e conceitos norteadores, indicados no capítulo 2. Foram elaboradas, no total, 34 diretrizes, junto às suas respectivas propostas estratégicas, que serão detalhadas no Relatório P6 - Plano de Ação e Investimento (PAI) Institucionalização do PDM, da Fase IV. As proposições levantadas visam guiar a atuação do poder público municipal nos próximos anos, em sua política de desenvolvimento municipal e de expansão urbana.

Destaca-se que as diretrizes e propostas aqui indicadas foram elaboradas a partir dos diagnósticos técnico e comunitário do município, realizados na Fase II – Análise Temática Integrada, e constantes no Relatório do Diagnóstico Técnico (P2), Relatório do Diagnóstico Comunitário (P3) e Relatório Síntese do Diagnóstico Técnico e Comunitário (P4). São baseadas, ainda, na realização das Oficinas de Propostas (OP) e demais consultas junto à população, conforme indicado no Capítulo 3.

4.1 EIXO AMBIENTAL

A partir do diagnóstico realizado para o município de João Pessoa foi possível levantar as principais condicionantes ambientais, relacionadas tanto à fragilidade natural do meio físico, quanto das áreas legalmente restritas, instituídas por normativas de âmbito nacional, estadual e municipal. A partir da interpretação criteriosa desse diagnóstico e das contribuições da população nas oficinas realizadas, pode-se elaborar as diretrizes e propostas que estarão indicadas mais adiante.

Na análise das condicionantes, foram identificadas questões gerais, como cobertura da terra, relevo, falésias, recursos hídricos e manguezais, bem como, questões específicas pontuadas pela população local, como a percepção de pouca fiscalização sobre os infratores do meio ambiente. Ambas as questões merecem atenção do poder público com vistas ao alcance de um desenvolvimento mais próximo do que se considera ambientalmente sustentável.

Cabe destaque às tratativas a serem dadas às áreas legais de proteção de manancial de abastecimento. Ao definir que uma determinada bacia é um manancial de abastecimento, todos os demais usos devem ser definidos de forma a garantir a qualidade e disponibilidade para uso, legalmente considerado prioritário pela Política Nacional de Recursos Hídricos.

Portanto, o uso e ocupação de áreas de mananciais apresentam restrições que devem ser observadas nessa revisão do PDMJP, e nos processos de planejamento e gestão metropolitana exercidos em conjunto com o governo estadual, a fim de se assegurar a disponibilidade de água para a atual e as futuras gerações.

Diante do exposto, os quadros a seguir apresentam os cenários, diretrizes e propostas para os temas ambientais, concebidos a partir da análise técnica do diagnóstico e dos principais anseios da população.

Quadro 21: Diretriz 1 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>Algumas áreas com restrições ambientais legais e/ou naturais estão ocupadas por usos e atividades indevidas que removeram ou degradaram a vegetação nativa. Tal quadro prejudica a oferta de serviços ambientais e ecossistêmicos, compromete a qualidade e quantidade de água e a própria qualidade e segurança de vida da população. As ocupações nas margens dos rios estão expostas a eventos de enchentes e inundações, podendo causar prejuízos materiais, financeiros e humanos. Sem mata ciliar, alguns rios sofrem com assoreamento e exposição a poluição difusa, materializada pela presença de algas, odor e degradação paisagística.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Permanência e aumento de usos e atividades em áreas protegidas que comprometem funções ambientais, desvalorizando a paisagem e encadeando maiores problemas, conflitos e impactos ambientais. Redução dos habitats de fauna e flora e menos capacidade de suporte ambiental com empobrecimento da biodiversidade.</p>	<p>Redução dos usos e atividades que comprometem as funções ambientais das áreas protegidas. Menos residências em áreas de risco a enchentes e inundações e menores perdas materiais e humanas na ocorrência de eventos extremos. Maior capacidade de suporte e resiliência do meio natural frente as alterações antrópicas urbanas. Maior oferta de habitat para fauna e flora.</p>
Diretriz 1	<p>Promover a resolução e mitigação de problemas, conflitos e impactos ambientais existentes</p>
Propostas estratégicas	<p>1.1 Executar ações para remoção de usos e atividades nocivas ao meio ambiente nas áreas com restrição ambiental, especialmente as matas ciliares (OP 1).</p> <p>1.2 Realizar a limpeza das calhas dos corpos hídricos naturais e artificiais com maior frequência temporal, incluindo maior número de cursos hídricos.</p> <p>1.3 Executar, em parceria com empresas e poder público, a recuperação de áreas degradadas.</p> <p>1.4 Remover, de forma gradual e negociada, as edificações em áreas de risco de enchentes e de inundações com posterior replantio de espécies nativas.</p> <p>1.5 Realizar campanhas de remoção de resíduos em áreas ambientalmente frágeis como manguezais, dunas, restingas e florestas.</p> <p>1.6 Realizar o plantio de árvores em vias, parques e canteiros, bem como a instalação de dispositivos e equipamentos para valorizar e conectar as áreas verdes com as necessidades e hábitos dos munícipes.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 22: Diretriz 2 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>Embora sejam responsáveis por abrigar a maior parte da vegetação arbórea, possibilitando valorização paisagística e maior qualidade ambiental urbana, os componentes naturais existentes em João Pessoa, como rios, matas ciliares, áreas com maior declividade, falésias e unidades de conservação, são apontados como entraves para o crescimento e expansão urbana, gerando impactos no dimensionamento de usos e na mobilidade urbana. Além disso, não há mapeamentos precisos sobre os locais ambientalmente restritos, o que corrobora para quadros de conflito ambiental e fundiário</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Os componentes ambientais continuarão sendo tratados como entraves ao desenvolvimento urbano com pouca ou nenhuma valorização. Os conflitos ambientais e fundiários poderão se espalhar para mais áreas, atingindo um maior número de comunidades.</p>	<p>Os componentes ambientais serão planejados e gerenciados para compor e valorizar a qualidade de vida da população, a qualidade ambiental urbana e o desenvolvimento sustentável, trazendo benefícios para a natureza, economia e população de João Pessoa.</p>
Diretriz 2	Aperfeiçoar e complementar o planejamento ambiental municipal
Propostas estratégicas	<p>2.1 Elaborar o Plano de Manejo para todas as Unidades de Conservação, prevendo estratégias de proteção e conservação da natureza, amortecimento de impactos antrópicos, valorização paisagística e oferta de usos e atividades que atraiam e valorizem a prática de lazer, recreação, contemplação e educação ambiental (OP 1, 2 e 3).</p> <p>2.2 Realizar o mapeamento preciso das áreas de preservação ambiental e implementar ações para demarcação e conscientização dos usos e atividades permissíveis nessas áreas (OP 2).</p> <p>2.3 Realizar o mapeamento das áreas de mananciais e definir os parâmetros de uso e ocupação do solo.</p> <p>2.4 Elaborar e/ou solicitar junto às empresas, projetos de recuperação de áreas degradadas e recomposição florestal de áreas com restrição ambiental.</p> <p>2.5 Elaborar projetos de utilização sustentável e integração de áreas verdes junto à comunidade, empresas e poder público estadual.</p> <p>2.6 Ampliar o Sistema Integrado de Áreas Verdes no Município, visando a integração de parques, praças, coberturas vegetais e percursos, especialmente na Área Urbana Consolidada (OP 1).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 23: Diretriz 3 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>O município de João Pessoa, assim como vários outros do país, sofre com lacunas processuais e indisponibilidade de dados confiáveis capazes de embasar tecnicamente e juridicamente algumas decisões do poder público. A falta de dados, parâmetros e regras bem definidas para monitorar questões ambientais específicas, atrasa a implementação de políticas públicas capazes de prevenir, mitigar, solucionar e remediar problemas e impactos ambientais.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A política ambiental municipal poderá ficar pouco integrada e sem o embasamento técnico, científico e jurídico necessário para a plena defesa do meio ambiente. As ações do cotidiano tendem a ser executadas com pouco ou nenhum alinhamento junto aos planos setoriais, comprometendo a eficácia e eficiência das mesmas.</p>	<p>A política ambiental municipal estará dotada de dados técnicos e científicos capazes de embasar e justificar parâmetros de comparação a serem adotados em regramentos ambientais legais. As ações dos planos setoriais serão revistas e monitoradas periodicamente. Com uma legislação ambiental robusta, a política ambiental estará apta a ser implementada em sua integridade.</p>
Diretriz 3	Complementar a regulação e o gerenciamento ambiental
Propostas estratégicas	<p>3.1 Prever a execução de monitoramentos ambientais de qualidade do ar, do solo e da água, bem como elaboração e execução de pequenos projetos hidro ambientais, no âmbito do licenciamento ambiental e urbanístico de empreendimentos potencialmente poluidores.</p> <p>3.2 Sistematizar e monitorar as metas, programas e projetos da área ambiental contidas em Planos Setoriais municipais e regionais.</p> <p>3.3 Prever regulamentação com a indicação de espécies para o plantio de árvores, colocando esta prática como condicionante para obtenção do Habite-se (OP 1).</p> <p>3.4 Criar legislação ambiental municipal com regulamento de questões específicas relacionadas ao meio ambiente que ainda não possuem aparato legal, como manejo de águas pluviais na fonte, ruído urbano, largura de áreas de preservação permanente, caracterização de cursos hídricos, fiscalização ambiental, entre outros.</p> <p>3.5 Realizar o tratamento prioritário das ZEIS em áreas de preservação permanente, coibindo novas ocupações e promovendo, quando possível, a remoção da população para áreas mais adequadas (OP 1).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 24: Diretriz 4 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>O meio ambiente é um tema transdisciplinar e deve ser gerenciado de forma conjunta entre poder público, sociedade, academia e iniciativa privada.</p> <p>Embora o planejamento e gerenciamento das questões ambientais seja objeto de trabalho de várias instituições, percebe-se pouca ou nenhuma integração entre os atores, comprometendo o alcance e a eficiência dos programas, projetos e ações.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Os programas, projetos e ações na área ambiental continuarão sendo realizados de forma pontual ou desarticulada. Alguns atores continuarão sofrendo mais impactos do que outros e alguns atores continuarão tendo maiores ônus e maiores bônus do que outros.</p>	<p>Os programas, projetos e ações na área ambiental serão elaborados e implementados de maneira integrada, buscando a participação coletiva nas responsabilidades, nos custos e nos benefícios. O Estado, a sociedade, a academia e a iniciativa privada atuarão em conjunto desde o planejamento, até a execução e o monitoramento das questões ambientais a nível local, municipal e regional.</p>
Diretriz 4	Democratizar e ampliar as parcerias na gestão ambiental
Propostas estratégicas	<p>4.1 Desenvolver mecanismos para facilitar a participação das comunidades e dar maior autonomia para as mesmas nos temas que envolvem a temática ambiental nos bairros, como a criação de Comitês Comunitários (OP 1).</p> <p>4.2 Fomentar parcerias com órgãos estatais, empresas e instituições de ensino, para realização de monitoramento ambiental a partir do acompanhamento sistemático (implantação de estações) ou eventual (campanhas específicas) da qualidade da água, do solo e do ar, incluindo ruído ambiental.</p> <p>4.3 Garantir e efetivar a participação do município nas entidades e instâncias de governança regional: Comitê de Bacia Hidrográfica, Conselhos Regionais e Metropolitanos, Câmaras Temáticas, etc.</p> <p>4.4 Cobrar do Estado, por mais ações de fiscalização ambiental em UCs, especialmente nos arredores do Parque das Trilhas.</p> <p>4.5 Debater e elaborar políticas públicas ambientais nas escolas e órgãos públicos, visando ter leis mais eficientes contra a violação do meio ambiente.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 25: Diretriz 5 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>Durante os eventos de participação social, a população manifestou grande preocupação com temas ambientais, salientando sobre a necessidade de regras mais rígidas contra os causadores de problemas e impactos ambientais. Um dos pontos mais citados foi a necessidade de uma fiscalização ambiental mais atuante e enérgica para combater práticas nocivas ao meio ambiente como o lançamento de esgotos clandestinos, desmatamento de áreas verdes, disposição inadequada de resíduos sólidos, entre outras.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A população continuará tendo a percepção de baixa efetividade das ações de acompanhamento, monitoramento e fiscalização ambiental. Possível aumento de práticas nocivas em função da sensação de impunidade.</p>	<p>Com um quadro profissional qualificado e reforçado, a SEMAM poderá ampliar as ações de acompanhamento e fiscalização ambiental, informando a população sobre os trabalhos realizados. A sociedade poderá consultar o que está sendo feito na área ambiental, incluindo o acompanhamento de condicionantes e monitoramentos ambientais dos empreendimentos próximos de suas casas.</p>
Diretriz 5	Promover a fiscalização e o acompanhamento ambiental municipal
Propostas estratégicas	<p>5.1 Aumentar o quadro técnico de fiscalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (OP 1) e prever mecanismos de qualificação continuada dos profissionais.</p> <p>5.2 Priorizar a fiscalização ambiental de usos e atividades potencialmente poluidoras, como estabelecimentos com captações individuais de água, estabelecimentos com lançamento de efluentes fora da rede geral, indústrias emissoras de efluentes líquidos ou gasosos, atividades que emitem ruídos ou que atraem o tráfego de veículos pesados.</p> <p>5.3 Criar um núcleo fixo de segurança ambiental para monitorar atividades nocivas ao meio ambiente nas áreas protegidas do município, com foco no combate ao desmatamento e a exposição prolongada do solo.</p> <p>5.4 Readequar a regulamentação ambiental, prevendo o endurecimento de regras e aumento das punições para usos e atividades que desrespeitem a legislação urbana e ambiental.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 26: Diretriz 6 – Eixo Ambiental

EIXO AMBIENTAL	
Cenário atual	
<p>O município de João Pessoa vem realizando diversos serviços voltados a educação ambiental, incluindo a identificação de problemas ambientais em comunidades e a realização de eventos e publicações sobre questões relacionadas a proteção do meio ambiente.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>As ações continuarão existindo, mas nem sempre serão plenamente reconhecidas pela população. Novas demandas temáticas e ambientais poderão ficar à margem do escopo de atuação do Departamento.</p>	<p>As ações de educação ambiental estarão cada vez mais próximas da realidade e das demandas da população, sendo plenamente reconhecidas pela sociedade. A educação ambiental contribuirá para uma efetiva redução dos problemas e conflitos ambientais, atuando principalmente na conscientização dos temas e na prevenção dos problemas.</p>
Diretriz 6	Fortalecer e direcionar a educação ambiental
Propostas estratégicas	<p>6.1 Ampliar e atualizar as ações de educação ambiental em escolas e nas comunidades, a partir de ações comunitárias, de publicidade e de programas setoriais na área de saneamento básico e recursos hídricos.</p> <p>6.2 Desenvolver programas específicos de conscientização da população sobre a importância de conservar os leitos dos rios, matas ciliares, áreas permeáveis e arborização urbana.</p> <p>6.3 Desenvolver programa de sensibilização ambiental em áreas turísticas, visando a redução de práticas nocivas ao meio ambiente e qualificação do turismo ecológico e sustentável.</p> <p>6.4 Criar e manter um programa de distribuição de mudas, priorizando espécies nativas frutíferas e de maior adequação ao ambiente urbano.</p> <p>6.5 Criar campanha sobre os impactos da poluição sonora, visando conscientizar a população.</p> <p>6.6 Criar um comitê permanente interinstitucional de Educação Ambiental.</p> <p>6.7 Sensibilizar os pescadores artesanais sobre os riscos da pesca predatória.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.2 EIXO ECONÔMICO

Grande parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município de João Pessoa decorre de suas atividades industriais e de serviços. De elevado potencial no município de João Pessoa, merecem destaques as seguintes atividades econômicas: Educação; Saúde; Turismo; Fabricação de produtos cerâmicos; Fabricação de produtos têxteis; Atividades dos serviços de tecnologia da informação; e Economia Criativa.

As diretrizes e propostas relativas ao eixo econômico terão como foco essas atividades econômicas.

Na atividade Educação, João Pessoa apresenta uma importância regional, que extrapola a sua Região Metropolitana e, até mesmo, o Estado da Paraíba. No município, merecem destaque a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB).

Atualmente, instituições dessa natureza estão servindo de base para iniciativas de empreendedorismo, inclusive de organizações empresariais ou societárias, nascentes, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados (startups).

Fortalecer a UFPB e o IFPB, tornando os seus campi mais integrados à malha urbana, e promover iniciativas de empreendedorismo, com apoio dessas instituições e do SEBRAE local, é uma das diretrizes do eixo econômico. Nesse sentido, quatro propostas podem ser feitas:

1. Promover o Extremotec - Polo de Tecnologia Extremo Oriental das Américas, criado pela Lei Municipal nº 13.546, de 29/12/2017. Esse polo, voltado para o setor de Tecnologia da Informação (TI), está localizado no bairro Água Fria, dentro do prédio da nova sede da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Município e relativamente próximo aos campi da UFPB e do IFPB (Jaguaribe).
2. Consolidar o Parque Tecnológico Horizontes de Inovação, lançado em janeiro de 2021, com sede no antigo Colégio Nossa Senhora das Neves, no centro histórico de João Pessoa.
3. Transformar o Hotel Tambaú (caso desapropriado) no Polo de Economia Criativa de João Pessoa, em especial nas áreas de artes visuais (pinturas,

esculturas e antiguidades), de artesanato e de artes cênicas (música, teatro, etc.).

4. Incentivar e apoiar tecnicamente empreendimentos, a exemplo das associações de catadores e centros de triagem de materiais recicláveis, como forma de agregar valor a esses resíduos e gerar emprego e renda.

A atividade de atenção à saúde humana de João Pessoa atende a uma demanda local e regional. Esse segmento de atividade econômica vem apresentando, em geral, uma elevada taxa de crescimento, com alto grau de endogenia e de intensidade tecnológica (hospitais, serviços laboratoriais, clínicas médicas, farmácias, serviços de apoio - alimentação, alojamento, transporte e etc.). Vale destacar a importância e a diversidade local da prestação de serviços ligados às especialidades médicas, em particular de alta complexidade, o que vem reforçando o papel polarizador do município de João Pessoa.

Merece ser destacado que vários hospitais de João Pessoa apresentam uma relativa proximidade, a exemplo dos seguintes: Hospital São Vicente de Paulo (Centro), Hospital Infantil Arlinda Marques (Jaguaribe), Hospital Napoleão Laureano (Jaguaribe), HUNE - Hospital Universitário Nova Esperança (Jaguaribe), Complexo de Doenças Infecto Contagiosas Clementino Fraga (Jaguaribe), Hospital Alberto Urquiza Wanderley, (Torre), Hospital Nossa Senhora das Neves (Torre) e Hospital Universitário Lauro Wanderley - UFPB (Torre).

Nesse sentido, esses hospitais podem se constituir em âncoras de uma *knowledge location* na malha urbana do município de João Pessoa, em particular no arco Jaguaribe-Torre, em articulação com os Campus I da UFPB (Cidade Universitária), o Campus João Pessoa do IFPB (Jaguaribe) e a SECITEC (Água Fria).

No município de João Pessoa, as atividades econômicas típicas do turismo (hotéis e similares, agências de viagem, operadores turísticos e serviços de reservas) são muito relevantes e apresentam um elevado efeito multiplicador na economia municipal.

A geografia dos espaços turísticos do município de João Pessoa está concentrada no Centro Histórico e, principalmente, na Orla Marítima, em Tambaú e no eixo dado pela avenida Cabo Branco, em direção ao Farol do Cabo Branco.

O Polo Turístico Cabo Branco, na forma de um grande projeto urbano, vem promovendo a extensão dessa geografia mais ao sul de João Pessoa. O Plano Diretor vigente da Cidade de João Pessoa, já especifica, no seu Art. 90, que o Polo Turístico do Cabo Branco

viria a merecer do Poder Público Municipal “atenção especial e prioritária”, o que também merece ser afirmado na atual revisão desse Plano.

Também é importante mencionar o potencial turístico do Rio Paraíba/Sanhauá e do litoral da cidade de João Pessoa para passeios de barco.

As principais diretrizes e propostas relativas à atividade turística em João Pessoa têm por base as dimensões analisadas pelo Índice de Competitividade do Turismo em João Pessoa (FGV/MTUR/SEBRAE, 2015). As dimensões com os maiores índices são “Capacidade empresarial” e “Marketing e promoção do destino”, cujos resultados atingiram o nível 5, o mais alto de competitividade na escala utilizada. As demais dimensões alcançaram o nível 4 (Infraestrutura Geral, Aspectos Ambientais, Serviço e Equipamentos Turísticos, Políticas Públicas, Acesso e Atrativos Turísticos), exceto a dimensão “Cooperação regional”, com nível 2.

No caso da indústria de transformação, merecem destaque as atividades relativas à fabricação de produtos cerâmicos e de produtos têxteis, com vários empreendimentos relevantes localizados no Distrito Industrial. Nesse sentido, torna-se relevante resguardar esse Distrito das pressões da urbanização dos bairros do entorno (por exemplo, bairro das Indústrias, loteamento Nossa Senhora das Graças e bairro Costa e Silva) e avaliar as possibilidades de modernização de sua infraestrutura logística.

Além disso, segundo o Art. 40 do Estatuto da Cidade (Lei Federal No 10.257/2001), o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, como um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, deve englobar o território do município como um todo - o urbano e o rural.

O Plano Diretor do Município (Lei Complementar Nº 3/1992), no seu capítulo II (“ Do Desenvolvimento Econômico”), Seção II (” Do Abastecimento”), definiu que “a política de abastecimento incentivará a organização de produtores na Área Rural, para produção de alimentos, especialmente hortifrutigranjeiros, estimulando a distribuição direta à população”. (Art. 84). Assim, em que pese uma das proposições do macrozoneamento ser a incorporação das áreas de características rurais na Zona Urbana Municipal, com a finalidade de maior controle sobre a ocupação dessa área evitando a proliferação de áreas clandestinas e desvirtuadas de suas funções principais, a revisão do Plano Diretor deve prever a definição de políticas de abastecimento para o município de João Pessoa.

Uma referência para a definição dessa política, incluindo a organização dos produtores, pode ser dada pela importância crescente do tema da agricultura urbana e periurbana (AUP) na agenda das políticas de desenvolvimento urbano. “[A] concepção de AUP está fortemente ligada aos espaços intraurbanos (interior de um perímetro urbano/regiões metropolitanas) ou periurbanos (transição entre os espaços completamente rurais e áreas urbanas), articulada com a organização do território e gestão ambiental das cidades. [...] A AUP pode contribuir para melhoria de vida, aproximando a área de produção ao consumo e motivando a produção familiar e ecológica, consequentemente a sustentabilidade das cidades” (SUSTENTAREA, 2019).

Na sequência, são apresentados os quadros com as diretrizes do eixo econômico.

Quadro 27: Diretriz 7 – Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	
Cenário atual	
O potencial da agricultura urbana e periurbana do município ainda é pouco explorado e carece de um plano de desenvolvimento estratégico, além do Programa Cinturão Verde, compatível com as normas a serem estabelecidas pelo Plano Diretor.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Potencial da agricultura urbana e periurbana do município pouco explorado. Possibilidades de iniciativas não aderentes ao Plano Diretor do Município.	João Pessoa como referência no desenvolvimento sustentável de iniciativas de agricultura urbana e periurbana.
Diretriz 7	Elaborar o Plano Municipal de Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana de João Pessoa
Propostas estratégicas	<p>7.1 Desenvolver Plano de Segurança Alimentar de João Pessoa, tendo como referência a abordagem da agricultura urbana e periurbana e orientado pelo Projeto de Lei Nº 353/2017 (em trâmite no Congresso Nacional). Esse plano deverá incentivar a ocupação de lotes urbanos desocupados e aumento do aproveitamento dos lotes subutilizados e fornecer assistência técnica e capacitação aos produtores, sempre vinculado a preservação ambiental.</p> <p>7.2 Fortalecer o Programa Cinturão Verde, da CECAF/SEDURB, que já contempla agricultores da atual zona rural de João Pessoa (Gramame, Cuiá, Valentina e Paratibe).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 28: Diretriz 8 – Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	
Cenário atual	
Crescentes limitações de acesso a mercados de trabalho formal e tradicionalmente organizados pela norma salarial. Crescentes possibilidades de empreendedorismo em decorrência do novo padrão de desenvolvimento, centrado nas tecnologias de informação e comunicação.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Crescente desocupação da População Economicamente Ativa - PEA.	Oportunidades crescentes da PEA e melhoria da sua qualidade de vida.
Diretriz 8	Promover iniciativas de empreendedorismo, inclusive espaços especializados para essas iniciativas
Propostas estratégicas	<p>8.1 Incentivar as instituições de ensino superior existentes no município a promover o empreendedorismo e o apoio técnico a esse tipo de iniciativa.</p> <p>8.2 Promover o Polo de Tecnologia Extremo Oriental das Américas (Extremotec), criado pela Lei Municipal nº 13.546, de 29/12/2017.</p> <p>8.3 Consolidar o Parque Tecnológico Horizontes de Inovação, lançado em janeiro de 2021, com sede no antigo Colégio Nossa Senhora das Neves, no Centro Histórico de João Pessoa.</p> <p>8.4 Fomentar iniciativas de Economia Criativa, mantendo João Pessoa na Rede de Cidades Criativas da UNESCO.</p> <p>8.5 De forma articulada com o Programa Cidade Empreendedora do SEBRAE e com o Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, desenvolver um Programa de Inclusão Produtiva, que pode ser entendido como o “processo que conduz à formação de cidadãos, integrados ao mundo pelo trabalho, superando a exclusão social na forma do trabalho decente, com renda e estabilidade. Os CRAS são a porta de entrada da assistência social no Brasil. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.</p> <p>8.6 Incentivar e apoiar tecnicamente empreendimento informais, a exemplo das associações de catadores e centros de triagem de materiais recicláveis, como forma de agregar valor aos resíduos e gerar emprego e renda.</p> <p>8.7 Transformar o Hotel Tambaú (a ser desapropriado) no Polo de Economia Criativa de João Pessoa, em especial nas áreas de artes visuais</p>

(pinturas, esculturas e antiguidades), de artesanato e de artes cênicas (música, teatro, etc.).

8.8 Fomentar o pequeno e médio empreendedor

8.9 Atrair investimentos para o Município

8.10 Incentivar o empreendedorismo nas escolas municipais, desde as séries iniciais

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 29: Diretriz 9 – Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	
Cenário atual	
<p>O segmento de atividades voltadas para a atenção à saúde humana vem apresentando uma elevada taxa de crescimento em várias cidades, no Brasil e no mundo, com alto grau de integração e endogenia, e alta intensidade tecnológica. No entanto, em João Pessoa, ainda é baixo o aproveitamento das sinergias que podem ser potencializadas em decorrência da aglomeração de unidades de prestação de serviços de saúde no arco Jaguaribe-Torre.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Pequeno Grau de Endogenia e aproveitamento do potencial de dinamismo da aglomeração de unidades de prestação de serviços de saúde existentes o arco Jaguaribe-Torre.</p>	<p>Existência de um Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde (<i>knowledge location</i>) na malha urbana do município, no arco Jaguaribe-Torre, com elevando grau de endogenia, dinamismo tecnológico e inovador, alta geração de empregos e renda, além da capacidade de atração de novos empreendimentos na área.</p>
Diretriz 9	<p>Criar um Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde na malha urbana do município de João Pessoa, no arco Jaguaribe-Torre, com base nos empreendimentos de prestação de serviços de saúde já existentes nessa região</p>
Propostas estratégicas	<p>9.1 Implantar um Distrito de Inovação em Prestação de Serviços de Saúde (<i>knowledge location</i>) na malha urbana do município de João Pessoa, no arco Jaguaribe-Torre, com base nos empreendimentos de prestação de serviços de saúde já existentes na região, em articulação com a UFPB, o IFPB e a SECITEC. Os Projetos de Intervenção Urbana (PIU) são os estudos técnicos necessários a promover o ordenamento e a reestruturação urbana em áreas com potencial de transformação na cidade</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 30: Diretriz 10 – Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	
Cenário atual	
<p>No município de João Pessoa, as atividades econômicas típicas do turismo (hotéis e similares, agências de viagem, operadores turísticos e serviços de reservas) são muito relevantes e apresentam um elevado efeito multiplicador na economia municipal. Mas ainda existem possibilidades de tornar essa atividade ainda mais dinâmica.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Continuidade do dinamismo da economia local do turismo, mas sem o aproveitamento de todo o seu potencial para a criação de empregos e renda no município.</p>	<p>João Pessoa como um dos principais polos de turismo no Brasil.</p>
Diretriz 10	<p>Fomentar a atividade turística ou a economia do turismo no município</p>
Propostas estratégicas	<p>10.1 Potencializar as dimensões analisadas pelo Índice de Competitividade do Turismo em João Pessoa (FGV/MTUR/SEBRAE, 2015). As dimensões que já apresentam índices favoráveis são “Capacidade empresarial” e “Marketing e promoção do destino”. As dimensões “Infraestrutura Geral”, “Aspectos Ambientais”, “Serviço e Equipamentos Turísticos”, “Políticas Públicas”, “Acesso”, “Atrativos Turísticos” e “Cooperação regional” ainda apresentam fragilidades a serem superadas.</p> <p>10.2 Fomentar o Polo Turístico do Cabo Branco.</p> <p>10.3 Desenvolver um plano de desenvolvimento para explorar as possibilidades do turismo náutico no litoral da cidade de João Pessoa. Explorar o potencial turístico do rio Paraíba/Sanhauá.</p> <p>10.4 Explorar o potencial turístico do rio Paraíba e Sanhauá</p> <p>10.5 Explorar o potencial turístico do Centro Histórico por meio de sua conservação e valorização, criando um Programa de Recuperação do Centro Histórico, com a previsão de pacotes de obras em áreas públicas, agenda de eventos, aplicação de instrumentos urbanísticos específicos.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 31: Diretriz 11 – Eixo Econômico

EIXO ECONÔMICO	
Cenário atual	
Vários empreendimentos relevantes da indústria de transformação do município encontram-se localizados no Distrito Industrial. Vários bairros estão se desenvolvendo no seu entorno.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Maiores pressões da urbanização dos bairros do entorno sobre o Distrito Industrial do município.	Um padrão inserção urbana que preserve o Distrito Industrial de João Pessoa, de forma amigável com o seu entorno.
Diretriz 11	Resguardar a inserção urbana do Distrito Industrial de João Pessoa e melhorar as condições de sua infraestrutura
Propostas estratégicas	<p>11.1 Melhorar a infraestrutura logística do Distrito Industrial (acessibilidade, telecomunicações, etc.)</p> <p>11.2 Explorar as possibilidades de cooperação das empresas localizadas no Distrito Industrial, visando a melhoria das condições de vida do seu entorno.</p> <p>11.3 Promover a criação de empregos no setor industrial.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.3 EIXO SOCIAL

A análise dos equipamentos públicos comunitários e sociais revelaram dificuldades da capital paraibana para garantir o acesso e a cobertura dos serviços sociais básicos, especialmente para os grupos mais carentes da população.

Face a um cenário de concentração e desigualdade de renda, João Pessoa apresenta relevantes desafios a serem enfrentados para qualificar e ampliar o atendimento nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.

Todas essas áreas, considerando os diferentes níveis de intensidade, apresentam déficits de atendimento e de cobertura dos serviços em função das carências de espaços e/ou equipamentos, de qualificação das infraestruturas físicas existentes e de recursos humanos.

Foi possível então dimensionar as principais demandas das diferentes porções do território pessoense, bem como a identificação de áreas/regiões com situações mais críticas, ou ainda, prioritárias para o direcionamento das políticas públicas de ampliação do acesso aos serviços sociais básicos, tendo em vista o pressuposto de pleno atendimento dos grupos mais carentes.

As áreas prioritárias identificadas para cada tema de análise deram origem às diretrizes e propostas específicas para o eixo social que são apresentadas a seguir:

Quadro 32: Diretriz 12 – Eixo Social

EIXO SOCIAL	
Cenário atual	
<p>A análise dos equipamentos públicos comunitários e sociais presentes no território municipal revela dificuldades da capital paraibana em garantir o acesso e a cobertura dos serviços sociais básicos, especialmente dos grupos mais carentes da população. Face a um cenário de concentração e desigualdade de renda, com um crescente e significativo contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade, e de elevada expansão demográfica em regiões já carentes de serviços e equipamentos públicos, João Pessoa apresenta relevantes desafios a serem enfrentados para qualificar e ampliar o atendimento nas áreas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Aumento dos déficits de atendimento e de cobertura dos serviços de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer; maior comprometimento da qualidade das infraestruturas físicas dos equipamentos públicos comunitários e sociais existentes; manutenção do elevado e crescente contingente de populações em situação de vulnerabilidade e acirramento das desigualdades sociais.</p>	<p>Melhoria da qualidade, incremento da cobertura e descentralização dos serviços de educação, saúde, assistência social, segurança pública, cultura, esporte e lazer; melhoria das infraestruturas físicas dos equipamentos públicos comunitários e sociais existentes; maior inclusão, proteção social e redução de situações de vulnerabilidade.</p>
Diretriz 12	Qualificar os serviços sociais
Propostas estratégicas	<p>12.1 Reordenar e/ou implantar equipamentos e serviços para a etapa da creche da educação infantil, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Muçumagro, Paratibe, Ilha do Bispo, Gramame, São José, Grotão, Distrito Industrial, Indústrias, Jardim Veneza, Alto do Mateus, Alto do Céu, Padre Zé, Portal do Sol, Manaíra, Mangabeira, Costa e Silva, Funcionários, João Paulo II, José Américo, Cristo Redentor, Varjão, Cruz das Armas, Oitizeiro, Varadouro, Roger, Treze de Maio, Mandacarú, Jardim Cidade Universitária, Mumbaba, Trincheiras e Altiplano Cabo Branco.</p> <p>12.2 Reordenar e/ou implantar equipamentos e serviços para a etapa da pré-escola da educação infantil, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Muçumagro, Ilha do Bispo, São José, Grotão, Jardim Veneza, Alto do Céu, Padre Zé, Cidade dos Colibris, João Paulo II, Varjão, Cruz das Armas, Mandacarú, Paratibe, Mumbaba, Gramame, Indústrias, Alto do Mateus e Trincheiras.</p> <p>12.3 Reordenar e/ou implantar equipamentos e serviços para a etapa dos anos iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Muçumagro, Ilha do Bispo, São José, Indústrias, Alto do Céu, Portal do Sol, Cuiá, Bessa, Cidade dos Colibris, João Paulo II, Varjão, Roger, Miramar, Jardim Cidade Universitária, Paratibe, Mumbaba, Gramame, Grotão, Distrito Industrial, Jardim Veneza, Alto do Mateus, Trincheiras e Padre Zé.</p>

12.4 Reordenar e/ou implantar equipamentos e serviços para a etapa dos anos finais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Castelo Branco, Jardim Cidade Universitária, Miramar, João Paulo II, São José, Portal do Sol, Muçumagro, Cidade dos Colibris, Ernani Sátiro, Ilha do Bispo, Trincheiras, Roger, Alto do Céu, Jardim Veneza, Bancários, Indústrias, Gramame e Torre.

12.5 Viabilizar junto ao poder público estadual o reordenamento e/ou implantação de equipamentos e serviços para o ensino médio, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Jardim Veneza, Jardim Cidade Universitária, Gramame, Grotão, José Américo, São José, Costa do Sol, Muçumagro, Paratibe, Planalto da Boa Esperança, Costa e Silva, Mumbaba, Varjão, Cruz das Armas, Oitizeiro, Alto do Mateus, Ilha do Bispo, Trincheiras, Roger, Alto do Céu, Mandacarú, Padre Zé, Bancários, Castelo Branco, Indústrias, Torre e João Paulo II.

12.6 Reordenar e/ou implantar novas Unidades de Saúde da Família (USF), de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Muçumagro, Grotão, Padre Zé, São José, Barra de Gramame, Costa do Sol, Ilha do Bispo, Jardim Cidade Universitária, Mumbaba, Gramame, Mandacarú, Portal do Sol, Jardim São Paulo, Bessa, Manaíra, Miramar, Torre, Paratibe, Trincheiras, Alto do Mateus, Cruz das Armas, Oitizeiro, Alto do Céu, Água Fria, Anatólia, Varadouro, Estados, Aeroclube, Brisamar, Jardim Oceania, João Agripino, Cabo Branco, Ponta do Seixas, Tambaú, Pedro Gondim e Tambauzinho.

12.7 Reordenar e/ou implantar novos equipamentos e serviços especializados de assistência à saúde, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura das 6ª e 12ª Regiões de Participação Popular, sobrepostas, respectivamente, aos territórios dos Distritos Sanitários I e V.

12.8 Implantar os seguintes equipamentos e serviços de assistência à saúde: uma nova Unidade Odontológica Móvel; 6 novas Academias de Saúde; uma unidade de Serviço Residencial Terapêutico no Distrito Sanitário IV, abrangendo o bairro Tambaú e arredores; um novo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo I no Distrito Sanitário I, abrangendo o bairro das Indústrias e arredores; um novo CAPS tipo III no Distrito Sanitário I, abrangendo o bairro Alto do Mateus e arredores; um novo CAPS tipo Álcool e Drogas (AD) no Distrito Sanitário III, abrangendo os bairros Mangabeira e Valentina e arredores; duas Unidades de Acolhimento Adulto, sendo uma no Distrito Sanitário II, abrangendo o bairro Varjão e arredores, e outra no Distrito Sanitário III, abrangendo os bairros Mangabeira e Valentina e arredores; uma nova Policlínica no Distrito Sanitário III, abrangendo o bairro Valentina e arredores; e serviços de diagnóstico por imagem na Policlínica do bairro Mandacaru, no Distrito Sanitário IV, e na Policlínica do bairro Tambaú, no Distrito Sanitário V.

12.9 Reordenar e/ou implantar novos equipamentos e serviços socioassistenciais no nível da Proteção Social Básica, especialmente Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência da Cidadania (CRC), de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura das seguintes Regiões de Participação Popular: 5ª, 6ª, 3ª, 4ª, 14ª, 10ª, 8ª, 13ª e 2ª.

12.10 Implantar os seguintes equipamentos e serviços socioassistenciais no nível da Proteção Social Especial, de forma a atender a demanda atual e projetada: 3 novos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) nas 4ª, 6ª e 8ª Regiões de Participação Popular, abrangendo, respectivamente, os bairros Valentina, Indústrias e Cruz das Armas; um novo Centro Pop; e 4 novas Unidades de Acolhimento, sendo duas Repúblicas, uma Casa de Acolhida Adulta e uma Instituição de Longa Permanência para Idosos; um Núcleo de Atendimento Integrado (NAI); e um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

12.11 Reordenar e/ou implantar novas bases permanentes da Guarda Civil Municipal, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura da 2ª Área Integrada de Segurança Pública e Defesa Social (AISP).

12.12 Implantar ações e medidas que garantam segurança para os munícipes quando do uso dos espaços e equipamentos comunitários e sociais, priorizando os locais de convívio e permanência comunitária.

12.13 Implantar novos espaços e equipamentos de cultura, esporte e lazer, de caráter local e cotidiano, que sirvam para vizinhança imediata, de forma a atender a demanda atual e projetada, priorizando a cobertura dos seguintes bairros: Gramame, Mangabeira, Muçumagro, Paratibe, Mumbaba, Ilha do Bispo, Planalto da Boa Esperança, São José, Grotão, Indústrias, Alto do Céu, Cidade dos Colibris, Costa e Silva, Funcionários, João Paulo II, Cruz das Armas Oitizeiro, Mandacarú, Cuiá, Água Fria, José Américo, Jardim Cidade Universitária, Costa do Sol, Jardim Veneza, Trincheiras, Ipês, Bancários, Ernesto Geisel, Castelo Branco, Torre, Padre Zé, Ernani Sátiro, Cristo Redentor, Treze de Maio e Bessa.

12.14 Melhorar a infraestrutura física dos espaços e equipamentos comunitários e sociais existentes, por meio de reforma, ampliação e/ou reestruturação e de acordo com as normas de acessibilidade, priorizando os equipamentos de educação infantil e ensino fundamental, as Unidades de Saúde da Família (USF), os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência da Cidadania (CRC), as áreas verdes e os locais desportivos e de lazer.

12.15 Implantar ações e medidas que garantam a manutenção periódica das estruturas físicas dos espaços e equipamentos comunitários e sociais.

12.16 Equipar com materiais e mobiliários adequados os espaços e equipamentos comunitários e sociais, de forma a garantir a plena condição de uso e funcionamento e a efetiva execução dos serviços.

12.17 Melhorar e/ou implantar sistemas de informatização de equipamentos e serviços sociais, priorizando as áreas de educação, saúde e assistência social.

12.18 Ampliar o quadro de profissionais e qualificar, de forma continuada, as equipes técnicas dos serviços sociais, priorizando as áreas de educação, saúde e assistência social.

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.4 EIXO INFRAESTRUTURA

A partir da interpretação criteriosa das fases anteriores, foram elaborados diretrizes e propostas que contemplassem o município de João Pessoa como um todo.

No tocante às questões de abastecimento de água e esgotamento sanitário, observa-se que algumas áreas do município não possuem rede coletora de esgoto, incluindo parcelas de suas áreas regulares e áreas irregulares. Foram verificados, em campo, alguns locais com lançamento irregular de efluente não tratado diretamente nos rios e córregos. Esses pontos de lançamento estão localizados tanto no mar quanto nos rios urbanos, o que pode acelerar os processos de erosão.

Já em relação à drenagem de águas pluviais, são identificados os seguintes problemas em João pessoa: ocupação indevida das planícies fluviais e de leitos de rios; problemas de estrangulamento da calha, com armazenamento de pequenas alturas (decorrentes de interferências como pontes de baixo gabarito), dimensionamento inadequado da microdrenagem, bueiros com diâmetros insuficientes e proliferação da vegetação na calha fluvial, aumentando o depósito de sedimentos, reduzindo a velocidade média da vazão fluvial e favorecendo ocorrência de inundações e enchentes.

Com base no diagnóstico apresentado, verificou-se que o principal problema relacionado aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do município de João Pessoa é a coleta seletiva de resíduos recicláveis. Conforme os dados do SNIS referentes ao ano de 2019, o índice de atendimento equivale a 43,4% da população urbana. Dessa forma, nota-se que o município ainda está distante de alcançar a universalização dos serviços de coleta seletiva, e a necessidade de ampliação é urgente.

Evidencia-se que a ampliação da coleta seletiva, além de cumprir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), também trará benefícios na geração de trabalho e renda para as associações de catadores do município e na ampliação da vida útil do Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa.

Na sequência são apresentados os quadros com as diretrizes e propostas do eixo de infraestrutura.

Quadro 33: Diretriz 13 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>Desde 2019, o sistema de abastecimento de água em João Pessoa passou a atender 809.015 habitantes, chegando assim à cobertura total da população urbana nesse eixo. A coleta de água bruta ocorre principalmente em mananciais superficiais e subterrâneos, com uma capacidade total de exploração de 3.320 l/s. O tratamento dessa água ocorre em duas Estações de Tratamento de Água, com um índice de perdas de cerca de 47%, acima da média nacional de 39,20%.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A cobertura do abastecimento de água será mantida nos 100%, com o sistema de distribuição e tratamento sendo sempre ampliado de modo a acompanhar o crescimento populacional. Os índices de perda na rede de tratamento e distribuição se manterão altos em relação à média nacional, implicando em maiores gastos em um sistema mais ineficiente, além de menos sustentável ambientalmente.</p>	<p>A cobertura do abastecimento de água será mantida nos 100%, com o sistema de distribuição e tratamento sendo sempre ampliado de modo a acompanhar o crescimento populacional. Os índices de perda na rede de tratamento e distribuição serão reduzidos para valores abaixo da média atual do estado da Paraíba (38%), proporcionando uma maior eficiência ao sistema e, portanto, uma maior segurança hídrica e redução de gastos.</p>
Diretriz 13	<p>Melhorar a estrutura do sistema de abastecimento de água (SAA) e universalizar o acesso à água potável</p>
Propostas estratégicas	<p>13.1 Investimento nas trocas de equipamentos e tubulações com vazamentos.</p> <p>13.2 Investimento em equipamentos como georadares, de forma a identificar e fiscalizar fraudes e ligações clandestinas na rede de distribuição.</p> <p>13.3 Implementação de equipamentos de aproveitamento de água da chuva para fins potáveis (OP-2).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 34: Diretriz 14 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
Nos horários de pico, é possível observar uma sobrecarga na rede de coleta de esgoto sanitário. Assim, ocorre o extravasamento do efluente nas estações elevatórias de esgoto (EEE), gerando pontos de poluição no município.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
A tendência de extravasamento do esgoto nas Estações Elevatórias da rede de coleta durante os horários de pico se manterá inalterada. Assim, durante esses horários os pontos de poluição por efluente domiciliar continuarão causando danos morais e sanitários aos habitantes do entorno.	A tendência de extravasamento do esgoto nas Estações Elevatórias da rede de coleta durante os horários de pico será reduzida, de maneira a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos moradores das regiões previamente afetadas pelos ditos extravasamentos.
Diretriz 14	Aumentar a capacidade de carga do sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário
Propostas estratégicas	<p>14.1 Reestruturar as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) existentes e implementar novas, além de reestruturar a rede de coleta existente (OP-2).</p> <p>14.2 Intensificar a fiscalização de ligações clandestinas na rede de coleta de esgoto domiciliar (OP-2).</p> <p>14.3 Realizar manutenção nas redes de esgoto existentes (OP-2).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 35: Diretriz 15 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>O município não possui Plano Diretor de Drenagem, utilizando o Plano Municipal de Saneamento Básico como referencial técnico de serviços de drenagem. Algumas regiões do município apresentam uma declividade alta, como as vertentes do Cabo Branco, Roger, Varjão e outras. Essas áreas são caracterizadas também pela ocupação irregular e não planejada, assim como planícies fluviais e leitos de rios. São encontrados problemas como o estrangulamento das calhas dos rios, pontes de baixa altura, dimensionamento inadequado da microdrenagem e proliferação da vegetação na calha fluvial. Essas questões aumentam o depósito de sedimentos e reduzem a velocidade média da vazão fluvial, favorecendo os eventos de alagamentos e inundações.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A urbanização acelerada do município fará com que a ocupação irregular nessas áreas de alta declividade e leitos de rio aumente. Somado a isso, os problemas de dimensionamento nos sistemas de drenagem, a sedimentação nos corpos d'água e o estrangulamento das calhas dos rios, potencializarão a ocorrência de enchentes e deslizamentos de terra.</p>	<p>A ocupação irregular nas áreas de risco de deslizamento será desencorajada por meio de ações estratégicas de planejamento urbano, e o sistema de drenagem será desenvolvido de forma a reduzir o impacto de tais eventos. Assim, se reduzirá o número de habitantes em situação de risco de deslizamento de terra e enchentes.</p>
Diretriz 15	<p>Reduzir as ocorrências de enchentes e inundações e o impacto com deslizamentos, principalmente em áreas de alta declividade</p>
Propostas estratégicas	<p>15.1 Elaborar o Plano Diretor de Drenagem do município de João Pessoa.</p> <p>15.2 Ampliação da construção de habitações populares e realocação das comunidades em áreas de risco de deslizamento (OP-2).</p> <p>15.3 Recuperação das áreas degradadas pela ocupação irregular (OP-2).</p> <p>15.4 Reordenamento do sistema de drenagem, visando preservação das falésias (OP-2).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 36: Diretriz 16 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>Em geral, a microdrenagem em João Pessoa tem sido implantada à medida que se realiza a pavimentação das ruas. Contudo, cerca de 31,20% das vias não apresentavam pavimentação e conseqüentemente não há infraestrutura adequada de drenagem urbana nessas áreas. Já o sistema de macrodrenagem envolve principalmente os rios Camurupim, Cuiá, Jacarapé, Aratu, Cabedelo e o Jaguaribe, que desaguam no oceano atlântico. Nessa rede de drenagem de água pluvial, ocorrem lançamentos indevidos de esgoto nas tubulações, o carreamento de material de ruas não pavimentadas, além de resíduos sólidos e entulhos acumulados que causam obstruções na rede.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Com a acumulação contínua de esgoto, materiais e resíduos sólidos no sistema de drenagem de águas pluviais, os danos às tubulações e equipamentos crescerá com o tempo. Assim, além do risco de se ver elevar a quantidade de inundações, enchentes e deslizamento, também será necessário um maior investimento em manutenção e conserto do sistema.</p>	<p>O sistema de drenagem será melhorado, com base em planejamento e investimentos. Ainda, a população do município estará conscientizada das complicações geradas pelo lançamento indevido de esgoto na rede de drenagem, bem como o carreamento de resíduos e materiais sólidos despejados em vias públicas. Assim, o sistema de drenagem será mais eficiente de um modo geral.</p>
Diretriz 16	<p>Reduzir o lançamento indevido de esgoto e resíduos sólidos na rede de drenagem urbana de água pluvial, e melhorar o sistema de drenagem existente</p>
Propostas estratégicas	<p>16.1 Fiscalização, manutenção e ampliação dos sistemas de drenagem (OP-2).</p> <p>16.2 Conscientizar os habitantes do município sobre a importância de conservar os leitos dos rios e da preservação ambiental (OP-2).</p> <p>16.3 Ampliar o índice de permeabilidade do solo em áreas urbanas no geral, desenvolvendo projetos de pavimentação alternativa ao asfalto por exemplo (OP-2).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 37: Diretriz 17 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>O índice de atendimento da coleta de resíduos sólidos domiciliares no município corresponde a 100%, sendo que atualmente a coleta ocorre com uma frequência de 2 a 3 vezes por semana para 83,6% da população e diariamente para 16,4%. Porém, apenas 43,4% da população é atendida pela coleta seletiva, sendo que apenas 1% desses resíduos coletados vão para a adequada reciclagem.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Por mais que o índice de atendimento do serviço de coleta de resíduos sólidos se mantenha em 100%, acompanhando o crescimento populacional, a taxa de reciclagem e coleta seletiva seria cada vez menor. Assim, seria ainda mais necessária a instalação de aterros e outras formas de destinação final de resíduos. Portanto, um maior problema de sustentabilidade e para a qualidade de vida dos habitantes.</p>	<p>Com os investimentos e a instalação de unidades de triagem e reciclagem, unidos à ampliação da rede de coleta seletiva, a taxa de reciclagem no município se elevaria. Dessa forma, a vida útil do aterro sanitário aumentaria.</p>
Diretriz 17	<p>Ampliar o atendimento da rede pública de coleta seletiva de resíduos sólidos</p>
Propostas estratégicas	<p>17.1 Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos e eletroeletrônicos, além de criar centro de triagem de resíduos em cada bairro (OP-2).</p> <p>17.2 Realizar a coleta seletiva em parceria com os catadores de resíduos recicláveis (OP-2).</p> <p>17.3 Educação ambiental com ênfase no descarte dos resíduos de maneira adequada (OP-2).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 38: Diretriz 18 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>Em 2003, o Aterro Sanitário Metropolitano de João Pessoa (ASMJP) foi implantado por meio de um consórcio intermunicipal com mais seis municípios vizinhos. Esse aterro é cercado, impermeabilizado, drenado e seus resíduos são cobertos diariamente. Foi projetado para que sua vida útil fosse de 25 anos; 18 desses anos úteis já se passaram. Assim, é necessário um estudo e planejamento das alternativas de destinação dos resíduos sólidos de João Pessoa e suas cidades vizinhas. Além disso, como mencionado no cenário da drenagem de águas pluviais, é perceptível no município a existência de pontos de descarte inadequado de resíduos sólidos.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Por mais que exista um aterro com capacidade de receber os resíduos sólidos de João Pessoa e seus municípios vizinhos, a vida útil desse sítio irá acabar. Assim, um novo aterro será construído, e o número de pontos de descarte inadequado dos resíduos sólidos irá aumentar. Desta forma, os pontos de poluição por resíduos sólidos serão mais frequentes na paisagem local.</p>	<p>A criação de unidades de tratamento de resíduos sólidos, a exemplo de centros de triagem e reciclagem exercerá um alívio sobre a quantidade de resíduos tratada no aterro sanitário. Além disso, a conscientização da população e a educação ambiental serão responsáveis por direcionar os resíduos produzidos em todos os municípios para um descarte mais adequado, melhorando a qualidade paisagística do município e a qualidade de vida dos moradores.</p>
Diretriz 18	Reduzir os pontos de descarte indevido de resíduos sólidos no município
Propostas estratégicas	<p>18.1 Cumprir os planos de manejo e potencializar o funcionamento da Usina de Beneficiamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (Usiben), localizada no bairro José Américo (OP-2).</p> <p>18.2 Elaborar um calendário de coleta seletiva e programas de estímulo aos moradores para realizar esse tipo de separação (OP-2).</p> <p>18.3 Investir em educação ambiental, principalmente para as crianças do município, reforçando a coleta seletiva (OP-2).</p> <p>18.4 Elaborar políticas públicas ambientais e leis mais eficientes contra o descarte indevido de resíduos sólidos.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 39: Diretriz 19 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
<p>É realizada a cobrança da população pelos serviços de coleta e manejo de resíduos sólidos domiciliares, feita por meio de Taxa de Coleta de Resíduos (TCR). No entanto, o valor arrecadado é insuficiente para custear as despesas dos serviços. A receita arrecadada com a TCR equivale a R\$ 34,46 por habitante, enquanto a despesa per capita com o manejo de resíduos sólidos urbanos corresponde a R\$ 145,16, conforme os dados do SNIS para o ano de referência de 2020.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Com a taxa de cobrança para os serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos sendo mantida inalterada, prevalecerá o déficit financeiro desse eixo no município. Assim, as ações mencionadas nas duas últimas diretrizes terão sua realização dificultada. Esse cenário impossibilitará o desenvolvimento da estrutura de coleta e tratamento de resíduos sólidos, além de colocar em risco a situação financeira de João Pessoa.</p>	<p>Uma reestruturação da taxa de cobrança para os serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos, unida a uma busca por fundos e programas de apoio estaduais e federais, permitirão um maior desenvolvimento da estrutura em questão no município. Assim, as duas últimas diretrizes apresentadas serão de mais fácil realização.</p>
Diretriz 19	<p>Buscar projetos, fundos e programas que auxiliem no custeio do sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos e adequação da taxa cobrada</p>
Propostas estratégicas	<p>19.1 Tratar com órgãos estaduais e federais sobre a captação de recursos em fundos específicos para implementação de sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos.</p> <p>19.2 Reestruturar a taxa cobrada à população pelos serviços de coleta e tratamento de resíduos sólidos.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 40: Diretriz 20 – Eixo Infraestrutura

EIXO DE INFRAESTRUTURA	
Cenário atual	
O município de João Pessoa conta com a operação de duas usinas termelétricas, denominadas Termoparaíba e Termonordeste. Além disso, cerca de 2,10% dos domicílios apresentam ligação autorizada à rede de fornecimento de gás natural.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Com o crescimento da população, aumenta também a demanda por energia. A dependência da matriz energética hidrelétrica e térmica causa riscos de desabastecimento e encarece a tarifa paga em períodos de estiagem.	O investimento em fontes renováveis de energia criará alternativas à dependência da matriz energética hidrelétrica e térmica. Assim, será garantida uma maior estabilidade ao fornecimento de energia, acompanhando o crescimento populacional.
Diretriz 20	Incentivar fontes renováveis e sustentáveis de geração de energia elétrica
Propostas estratégicas	20.1 Realização de estudos e pesquisas visando compreender a viabilidade da instalação de diferentes fontes de energia renovável à nível municipal. 20.2 Fomento a instalação de usinas de energia que fazem uso de fontes renováveis, como fazendas eólicas e solares por exemplo.

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.5 EIXO DE GESTÃO

A revisão do PDMJP está sendo desenvolvida a partir de uma sólida articulação entre a empresa consultora, equipe técnica da prefeitura, com maior aderência com seus temas, e com a sociedade organizada, em diferentes modos temáticos e territoriais. A despeito dessa articulação, a implantação do plano contará com a distinção do papel da gestão municipal para que possa, de fato, respeitar seus princípios originais, e assim, adotar a legislação urbanística proposta e implantar ações estratégicas, pontuais e/ou cotidianas.

De fato, a relação do planejamento e da gestão passa agora a ser ainda mais valorizada. Tal relação se fará a partir de estatutos legais, que deverão compor os processos técnico-administrativos da prefeitura, mas também a partir de iniciativas que dependerão do protagonismo e dinamismo da administração pública municipal.

Chama a atenção para esse segundo caso, minimamente, a importância de: (i) uma forte decisão em se fiscalizar e penalizar irregularidades de uso e ocupação do solo; e (ii) ações que confirmem ao cidadão a presença da prefeitura na criação de um ambiente urbano saudável. Para esse caso, são exemplos: serviços de limpeza de locais públicos, garantia da acessibilidade universal, garantia de paisagem urbana valorizada pelo turista, implantação de projetos icônicos, constante manutenção da orla e intervenções no setor histórico capazes de serem feitas com recursos próprios.

A primeira diretriz que visa dar capacidade técnica e administrativa é a instituição do Sistema Municipal de Planejamento, com o objetivo de garantir os meios para o planejamento e gestão adequada do território, de maneira democrática, baseada em dados públicos atualizados. O sistema irá interligar a base de dados da prefeitura, centralizada em um Cadastro Técnico Multifinalitário, com o sistema de decisão sobre os rumos da cidade, a partir do Conselho de Desenvolvimento Urbano e outros instrumentos de participação pública.

A segunda diretriz diz respeito à implantação e consolidação de uma gestão cada vez mais democrática e participativa. Isso é feito pelos instrumentos já utilizados e outros que são indicados na proposta. O objetivo maior é fazer com que a Administração Pública tenha uma atuação mais próxima e sintonizada com os anseios da sociedade e, para isso, é preciso criar canais de diálogo e de tomada de decisão compartilhada entre sociedade e prefeitura.

Quadro 41: Diretriz 21 – Eixo de Gestão

EIXO DE GESTÃO	
Cenário atual	
<p>João Pessoa possui uma administração pública que concentra o processo de decisão na Secretaria de Planejamento, com instrumentos de gestão e planejamento em fase de consolidação. Isso acarreta em um ambiente de informação restrita e incompleta, levando às decisões estabelecidas em um cenário de gestão de curto prazo ao invés de planejamento de longo prazo.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A capacidade operacional fica comprometida com a circulação de informações de maneira parcial e restrita, levando a menor integração das políticas públicas e diminuindo sua eficiência. A falta de um melhor conhecimento sobre os processos territoriais leva a políticas públicas definidas de forma mais intuitiva do que baseada em evidências.</p>	<p>A implantação plena de um sistema municipal de planejamento garante a livre circulação de informações, qualificando a tomada de decisão da prefeitura como um todo, integrando as áreas correlatas e estabelecendo um sistema mais democrático, auditável e com melhor publicidade. A prestação de contas de forma continuada e pública estabelece junto à população a capacidade de estabelecer prioridades a partir de políticas de estado, ficando menos vulnerável às mudanças político-partidárias.</p>
Diretriz 21	Instituir o Sistema Municipal de Planejamento de João Pessoa
Propostas estratégicas	<p>21.1 Implantar Cadastro Técnico Geoprocessado Multifinalitário para o devido conhecimento do território.</p> <p>21.2 Garantir meios administrativos, financeiros, operacionais e políticos para o controle e gestão do uso do solo assim como para a implantação das ações prioritizadas pelo Plano Diretor.</p> <p>21.3 Possuir quadro técnico em quantidade e qualidade suficiente para realizar as ações necessárias, construído, principalmente, a partir de concursos públicos para captação de profissionais de alta formação técnica.</p> <p>21.4 Realizar alterações em zoneamento apenas por meio de leis complementares, com o devido processo participativo, atendendo ao Estatuto da Cidade</p> <p>21.5 Realizar o monitoramento e controle do Plano de Ação do Plano Diretor, garantindo sua publicização junto à população de João Pessoa e ao Conselho de Desenvolvimento Urbano.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 42: Diretriz 22 – Eixo de Gestão

EIXO DE GESTÃO	
Cenário atual	
<p>O município possui estrutura para a gestão democrática da política urbana, nomeadamente o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), com restrições de participação em respeito à sua complexidade social e política. A complexidade social e política impõe dificuldades de comunicação e publicidade que precisam ser transpassadas. Além disso, a falta de uma cultura participativa mais estruturada, seja por parte dos órgãos públicos ou da sociedade, torna o conselho não só o principal instrumento como um dos únicos em utilização.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Consolidação do CDU como local de gestão democrática, mantendo restrições de participação de representações não tradicionais ou então da população menos organizada. As dificuldades de publicização das ações governamentais tenderão a um maior descolamento entre os órgãos públicos e as demandas da sociedade</p>	<p>Com uma gestão democrática plena, João Pessoa consegue tanto responder às demandas mais prioritárias da população como também estabelecer uma sociedade civil mais qualificada e informada para a participação</p>
Diretriz 22	<p>Consolidar o Conselho de Desenvolvimento Urbano como espaço democrático de decisão sobre a política de desenvolvimento urbano apoiando a garantia da gestão democrática na elaboração, revisão e implantação do Plano Diretor e das políticas dele derivadas.</p>
Propostas estratégicas	<p>22.1 Ampliar a participação social no CDU, visando garantir a gestão democrática do espaço urbano.</p> <p>22.2 Realizar conferências, debates, reuniões e audiências públicas para a elaboração e implantação da política de desenvolvimento urbano.</p> <p>22.3 Garantir a publicidade sobre os atos públicos para a tomada de decisão e na prestação de contas, utilizando dos meios de comunicação disponíveis e de mais fácil acesso da população.</p> <p>22.4 Estabelecer campanhas educativas sobre os processos de planejamento urbano e territorial para facilitar a participação da população no processo decisório.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.6 EIXO DE MOBILIDADE

No eixo de mobilidade foram considerados aspectos de conexões viárias regionais, transporte público coletivo, modais ativos, conectividade do tecido urbano e centralidades.

A conexão de João Pessoa aos municípios vizinhos é dada por poucas vias municipais, por rodovias e pelo sistema de trens urbanos. Há, também, o Aeroporto Internacional Presidente Castro Pinto, situado em Santa Rita e que, segundo apontamentos da população, carece de conexão por transporte público coletivo a partir dos bairros de João Pessoa.

Em relação ao transporte público coletivo, verifica-se que suas linhas atendem à proximidade da maioria dos equipamentos públicos do município. No entanto, há regiões em que é necessária extensão da rede, principalmente nas áreas mais periféricas, em áreas rurais e quilombola, ocupações irregulares e comunidades. Conforme apontamentos da população nas Reuniões Comunitárias, a infraestrutura desse modal também exige melhorias, em especial no que diz respeito a: número de veículos da frota em operação; horários; frequência; tarifa; quantidade e manutenção de abrigos e acessibilidade.

Os modais ativos, como locomoção pedonal e por bicicleta, requerem atenção quanto à sua acessibilidade, a fim de oferecer boas condições de locomoção e segurança a todos os cidadãos. Dimensões inadequadas de calçadas, existência de barreiras (como postes ou outros elementos), vagas de estacionamento perpendiculares à via, falta de pavimentação, falta de ciclovias e da manutenção das existentes, falta de iluminação pública e outros problemas foram apontados pela população nas Reuniões Comunitárias e Reuniões Técnicas Setoriais. Verifica-se, ainda, ausência de conexão entre os sistemas cicloviário e o de transporte público coletivo.

A falta de acessibilidade, tanto física quanto tarifária, afeta fortemente o cotidiano da população pessoense, impactando no acesso aos equipamentos e serviços públicos e na escolha pelo uso de modais alternativos, em lugar do transporte automotivo individual. Por consequência, são verificados no município problemas de congestionamento, acidentes e poluição sonora e atmosférica, devido à sobrecarga do sistema viário.

Outra importante questão do município é a descontinuidade de seu sistema viário. As rodovias BR-230 e BR-101 realizam a principal conexão sentido norte-sul, mas seccionam o tecido urbano. Essas rodovias ainda são a principal forma de acesso ao Porto de Cabedelo. Existem, ainda, diversos pontos de declividade acentuada distribuídos pelo município e uma grande zona de preservação ambiental na região central (Mata do Buraquinho). Tais

características, somadas às rodovias BR-230 e BR-101, compõem desafios à conectividade do tecido urbano de João Pessoa.

Agravando esse cenário, a dependência do bairro Centro para comércio, serviços e como atrativo de deslocamentos pelo transporte coletivo gera diversos problemas relacionados à concentração de fluxo de veículos individuais.

Ao mesmo tempo que o deslocamento no sentido centro, por uso de modais ativos e/ou transporte público, deve ser estimulado, mantendo a dinâmica na área central do município e incentivando sua revitalização, cabe estímulo ao desenvolvimento de novas centralidades e consolidação das existentes, distribuídas nas diferentes regiões de concentração de população.

Essas ações, adicionadas à proposição de uma malha urbana mais conectada, à melhoria da infraestrutura de caminhabilidade e ciclomobilidade e à integração intermodal, acabariam por compor o caminho mais sustentável a ser adotado para a mobilidade em João Pessoa.

A partir dos pontos levantados no diagnóstico técnico e comunitário, foram elaboradas as diretrizes e suas respectivas propostas estratégicas, indicadas nos quadros a seguir:

Quadro 43: Diretriz 23 – Eixo de Mobilidade

EIXO DE MOBILIDADE	
Cenário atual	
<p>Sistema viário com pouca continuidade e também bastante radial, com grande dependência do Centro e da BR-230 para complementação, para ligações Norte-Sul e ligações entre bairros e com a região metropolitana.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Novas áreas adensadas e desconectadas do tecido urbano; sobrecarga do sistema viário, em especial da BR-230. Riscos à preservação do Patrimônio Histórico na região central.</p>	<p>Tecido urbano conectado, com vias alternativas para reduzir o tráfego das vias principais. Patrimônio histórico preservado na área central, com redução de viagens para essa área e maior procura pelos modais ativos e pelo transporte público coletivo.</p>
Diretriz 23	Promover a conectividade do sistema viário
Propostas estratégicas	<p>23.1 Implantar uma via marginal à linha férrea, conectada ao corredor Acesso Oeste, reduzindo o tráfego pesado que hoje corta o tecido urbano do município pela BR-230, com destino ao Porto de Cabedelo.</p> <p>23.2 Encaminhar a municipalização da BR-230, tornando-a uma via de configuração urbana, de conexão entre as regiões e de interligação perimetral entre os corredores radiais que partem do Centro, com foco no transporte público coletivo (OP-1).</p> <p>23.3 Reivindicar, junto ao governo estadual, a continuidade do projeto e implantação do Arco Metropolitano e da ponte que ligará Cabedelo a Santa Rita, que, em conjunto à BR-230, BR-101, PB-11 e PB-16, constituirão importante alternativa para tráfego de cargas até o Porto de Cabedelo.</p> <p>23.4 Implantar as diretrizes viárias da SEMOB, planejadas de acordo com os resultados do Planmob e que ampliarão as conexões viárias entre as regiões da cidade, em especial ao Sul e servirão de alternativa aos deslocamentos Norte-Sul, entre os bairros da capital (OP-5).</p> <p>23.5 Melhorar a capacidade de tráfego das vias principais existentes.</p> <p>23.6 Reduzir o fluxo de veículos, em especial os de grande porte e resguardar a área da falésia do bairro Cabo Branco</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 44: Diretriz 24 – Eixo de Mobilidade

EIXO DE MOBILIDADE	
Cenário atual	
<p>Grande desigualdade na distribuição das infraestruturas de mobilidade ativa. Falta de incentivos aos modais ativos de deslocamentos, incluindo: inexistência de calçadas e/ou falta de padronização/acessibilidade delas, falta de ciclovias e de conexão entre elas, falta de manutenção/segurança nas calçadas e ciclovias, falhas na cobertura do sistema de iluminação pública, em especial de iluminação eficiente de LED, concentrada na região do centro, nos principais corredores viários e na região Oeste (Alto do Mateus, Alto do Céu, Jardim Veneza e Distrito Industrial).</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Sobrecarga do sistema viário pelo uso do transporte individual, com conseqüente aumento da poluição (ambiental, sonora); exclusão dos grupos sem condições de acesso ao veículo automotivo individual; exclusão dos grupos com necessidades especiais devido à falta de acessibilidade.</p>	<p>Controle da sobrecarga no sistema viário gerada pelo transporte automotivo individual; distribuição igualitária de infraestrutura; acessibilidade universal; desenvolvimento de outras centralidades no município (além da região central), em especial nos principais corredores viários, com a realização de deslocamentos menores da população.</p>
Diretriz 24	Incentivar o uso de modais ativos nos deslocamentos intraurbanos
<p>Propostas estratégicas</p>	<p>24.1 Criar, regulamentar e implantar o Sistema Cicloviário do Município de João Pessoa.</p> <p>24.2 Implantar infraestrutura cicloviária de forma conectada, com a promoção de parques lineares com ciclovias (OP-2), prevendo conexão ao transporte coletivo, incluindo a implantação de vestiários e de locais para guarda segura de bicicletas nos futuros terminais de integração do sistema de transporte coletivo (OP-1, OP-2, OP-3 e OP-5).</p> <p>24.3 Promover manutenção da infraestrutura cicloviária existente.</p> <p>24.4 Ampliar a rede de iluminação pública com uso de tecnologias mais eficientes, como LED.</p> <p>24.5 Criar regras para a padronização de calçadas, garantindo a acessibilidade universal (OP-1 e OP-3).</p> <p>24.6 Promover a construção de calçadas em regiões não atendidas e manutenção das existentes. (OP-1 e OP-2).</p> <p>24.7 Promover distribuição igualitária das infraestruturas, levando-as às regiões mais periféricas.</p> <p>24.8 Proibir vagas de estacionamento sobre o recuo frontal e regulamentar as vagas de estacionamento paralelas às vias.</p> <p>24.9 Ampliar arborização das vias públicas (OP-1).</p> <p>24.10 Realizar ações educativas sobre segurança dos ciclistas e pedestres (OP-1).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 45: Diretriz 25 – Eixo Mobilidade

EIXO DE MOBILIDADE	
Cenário atual	
Transporte público coletivo com falhas no atendimento na Região Leste (entre Portal do Sol e Barra do Gramame) e Oeste (Mumbaba). Falta de acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte coletivo, em especial nos veículos/equipamentos.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Sobrecarga do sistema viário pelo tráfego automotivo individual, com consequente aumento da poluição (ambiental, sonora); exclusão dos grupos sem condições de acesso ao transporte automotivo individual; exclusão dos grupos com necessidades especiais, devido à falta de acessibilidade.	Controle da sobrecarga no sistema viário gerada pelo transporte automotivo individual; distribuição igualitária de infraestrutura; acessibilidade universal; acesso a equipamentos sociais e comunitários.
Diretriz 25	Incentivar a priorização do uso de transporte público coletivo
Propostas estratégicas	<p>25.1 Implantar linhas de transporte público coletivo que contemplem os serviços públicos na região do Mumbaba, na porção Leste do município (no trecho entre a Barra de Gramame e Portal do Sol) e na região Sul.</p> <p>25.2 Implantar linhas de transporte público coletivo para acesso a equipamentos voltados à saúde e educação a noroeste do bairro Oitizeiro, centro sul do bairro Roger e próximo ao limite entre os bairros Torre e Expedicionário.</p> <p>25.3 Ampliar a oferta de viagens do transporte público, consequentemente melhorando a frequência e reduzindo o tempo de espera dos passageiros, para manter o equilíbrio entre oferta/demanda, com bons níveis de qualidade e eficiência. (OP-1 e OP-2)</p> <p>25.4 Buscar formas de tornar o transporte público coletivo mais atraente à população, inclusive no que diz respeito às tarifas, com subsídios e/ou tarifas gratuitas para a população mais carente. (OP-3)</p> <p>25.5 Construir abrigos nos pontos de ônibus e realizar manutenção nos existentes. (OP-1, OP-2 e OP-3)</p> <p>25.6 Implantar a proposta de reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo Público do Município, planejado pela SEMOB, em consonância aos resultados do Planmob, promovendo a integração intermodal, inclusive com a região metropolitana (OP-4). Garantir maior compatibilização desse modal com outros (OP-1 e OP-2).</p> <p>25.7 Fornecer treinamento aos funcionários do transporte público coletivo para melhoria do atendimento às pessoas com deficiência e melhorar a acessibilidade dos veículos e estruturas físicas do sistema de transporte (OP-3).</p> <p>25.8 Buscar, junto aos órgãos federais, a instalação de estação de trem no Roger e a ampliação e integração do modal ferroviário aos demais (OP-2 e OP-3).</p> <p>25.9 Priorizar investimentos de pavimentação em vias com fluxo de veículos do transporte público coletivo.</p> <p>25.10 Implantar serviço de transporte público acessível para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, realizando o trajeto de suas casas para equipamentos públicos de saúde. (OP-3).</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 46: Diretriz 26 – Eixo de Mobilidade

EIXO DE MOBILIDADE	
Cenário atual	
Grande dependência de viagens à região do Centro/Centro Histórico, causando sobrecarga do sistema viário e do transporte coletivo e risco ao Patrimônio Histórico. Concentração das infraestruturas viárias no corredor Centro-Tambaú.	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
Sobrecarga do sistema viário na região central do município, nas proximidades de Polos Geradores de Viagens (PGVs) e em áreas densificadas; degradação do Patrimônio Histórico da região central; áreas periféricas carentes de infraestruturas de circulação viária.	Controle da sobrecarga do sistema viário; preservação do Patrimônio Histórico da região central do município; ampliação do uso de modais ativos e do sistema de transporte público coletivo e infraestrutura viária melhor distribuída pelos territórios do município.
Diretriz 26	Promover a criação de novas centralidades e o fortalecimento das já existentes e incentivar o uso de modais ativos e do transporte público coletivo na região do Centro Histórico
Propostas estratégicas	<p>26.1 Restringir o uso de transporte automotivo individual, em especial de veículos de maior porte, em pontos do Centro Histórico do município. (OP-1)</p> <p>26.2 Estabelecer normas para estacionamento rotativo e carga e descarga na área central do município. Incentivar a criação de estacionamentos privados, em consonância com a preservação do patrimônio histórico e o Plano de Requalificação da área central, proposto pelo Planmob (OP-4).</p> <p>26.3 Incentivar o uso de modal ativo e coletivo no Centro Histórico, com implantação de infraestrutura cicloviária.</p> <p>26.4 Utilizar os novos terminais de integração a serem implantados como forma de reduzir os deslocamentos ao Centro, com criação de linhas entre terminais/bairros.</p> <p>26.5 Apropriar-se dos atuais e futuros corredores do transporte coletivo para conformação de novas centralidades e redução da necessidade de grandes deslocamentos da população.</p> <p>26.6 Criação de vias de trânsito compartilhado no Centro Histórico, com priorização de ciclistas e pedestres e permissão para acesso de moradores e de serviços por transporte motorizado em baixas velocidades (OP-1).</p>

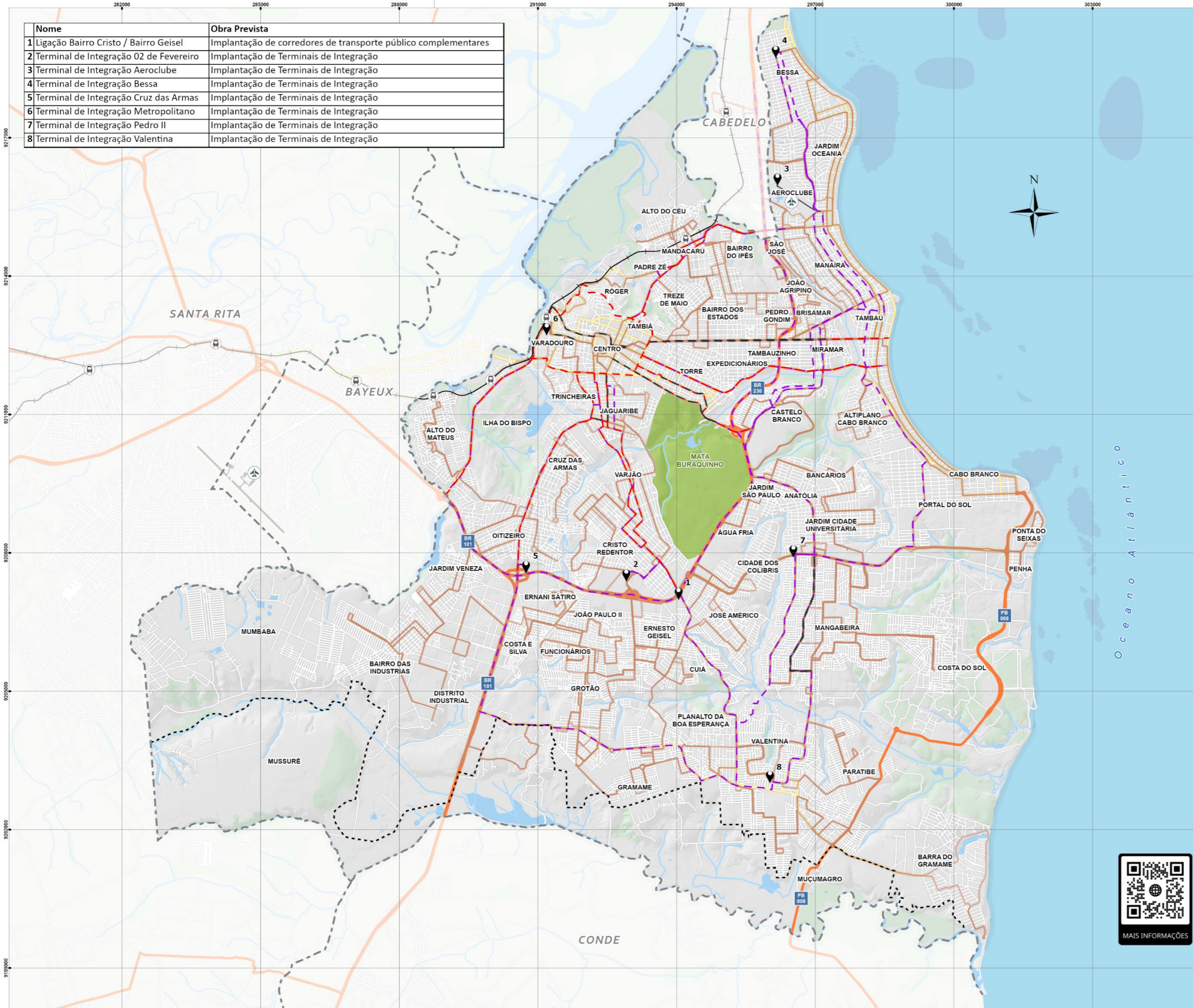
Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Na sequência, são apresentados os mapas com as diretrizes viárias e propostas de obras para complementação desse sistema, o sistema de transporte coletivo e obras para sua complementação e a proposta de hierarquização viária para o município.

Nome	Obra Prevista
1 Ligação Bairro Cristo / Bairro Geisel	Implantação de corredores de transporte público complementares
2 Terminal de Integração O2 de Fevereiro	Implantação de Terminais de Integração
3 Terminal de Integração Aeroclub	Implantação de Terminais de Integração
4 Terminal de Integração Bessa	Implantação de Terminais de Integração
5 Terminal de Integração Cruz das Armas	Implantação de Terminais de Integração
6 Terminal de Integração Metropolitano	Implantação de Terminais de Integração
7 Terminal de Integração Pedro II	Implantação de Terminais de Integração
8 Terminal de Integração Valentina	Implantação de Terminais de Integração

CONVENÇÕES:

- Aeroportos
 - Estações Ferroviárias
 - Obras Previstas
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites Municipais
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Linhas de Transporte Coletivo
 - Rodovias
 - Vias Principais
 - Vias
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Corais Oceano
 - Remanescentes Florestais
- Infraestrutura de Transporte Coletivo**
- Corredores de Ônibus
 - Faixas Exclusivas de Ônibus
 - Obras Previstas



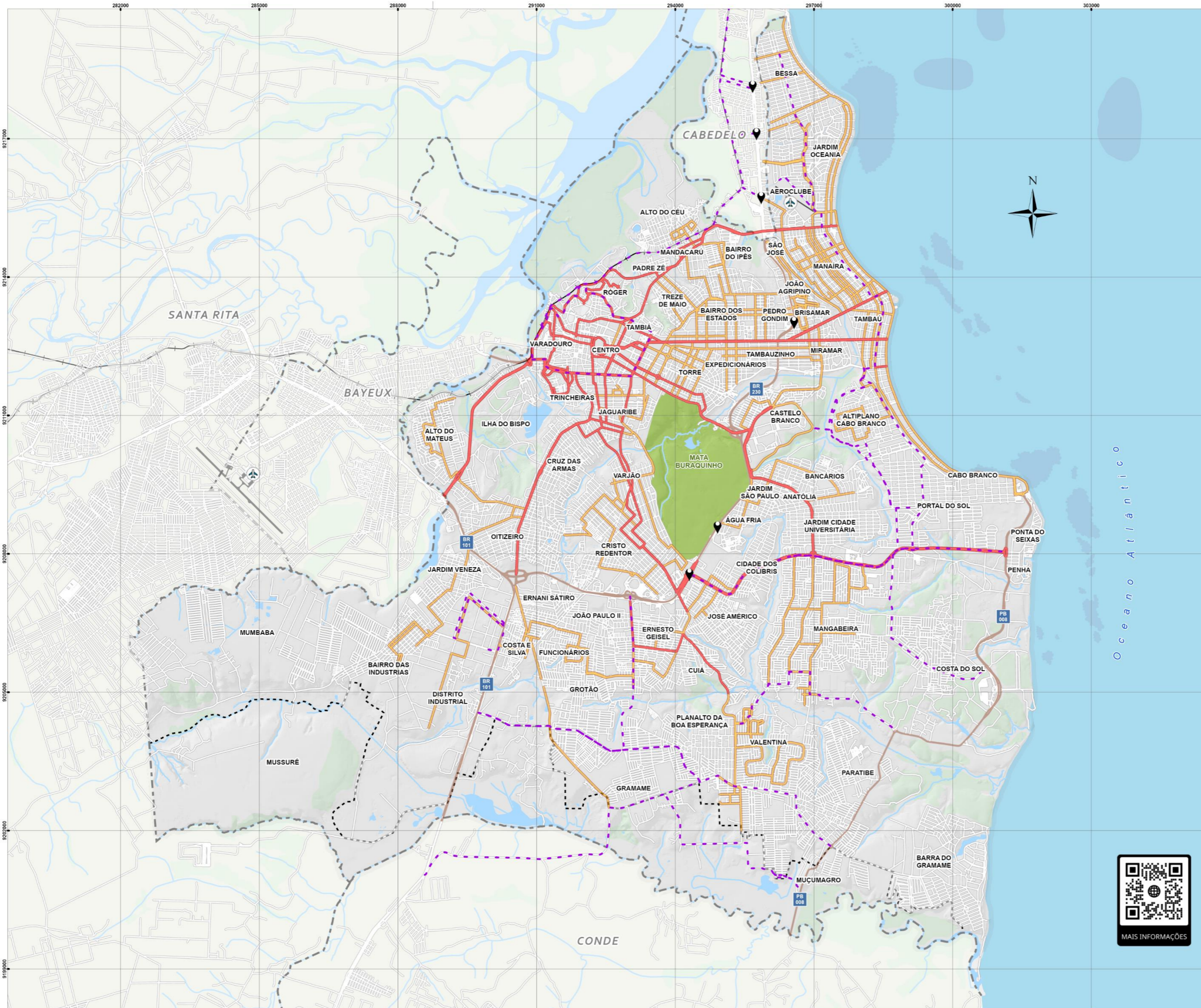
REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: novembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



MAIS INFORMAÇÕES



- CONVENÇÕES:**
- Aeroportos
 - Obras Previstas
 - Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites Municipais
 - Limite do Perímetro Urbano
 - Malha Viária
 - Obras Previstas
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
 - Remanescentes Florestais
- Hierarquia Viária**
- Via Arterial
 - Via Coletora
 - Via Expressa
 - Via Local



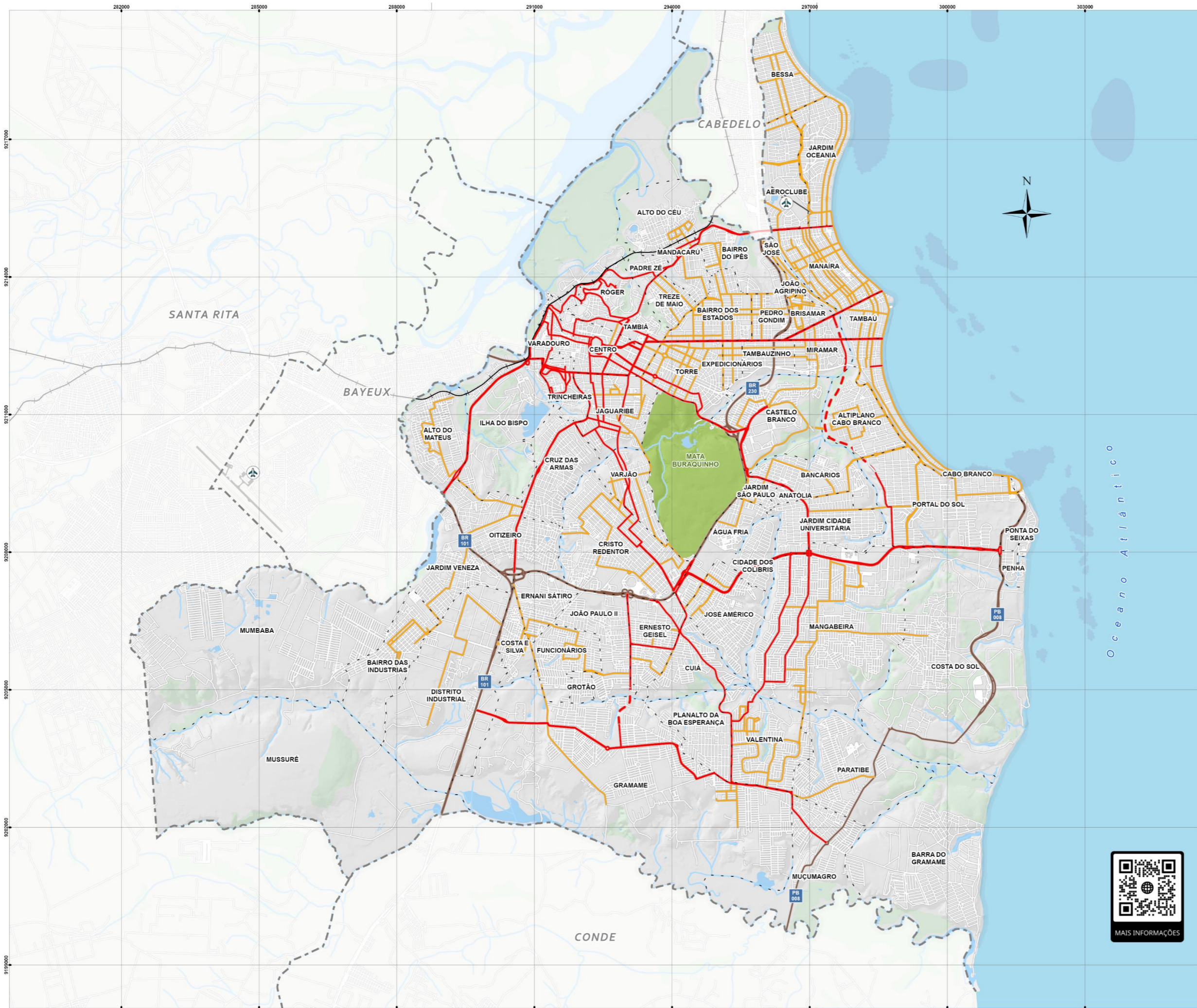
REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2021] | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: novembro de 2021
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



HIERARQUIA VIÁRIA - OBRAS PREVISTAS



CONVENÇÕES:

- Aeroportos
- Limites Municipais
- Limites de Bairros
- Ferrovias
- Hidrografia
- Massa D'água
- Mata Buraquinho
- Corais Oceano
- Remanescentes Florestais

Hierarquia Viária - Proposta¹

- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Expressa
- Via Local

Diretrizes Viárias - Proposta¹

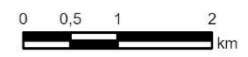
- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Expressa
- Via Local



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2022]¹ | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: fevereiro de 2022
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



PROPOSTA DE HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA

4.7 EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO

O eixo de urbanismo e uso do solo elabora propostas segundo seis grandes cenários, dos quais cada um recebe um conjunto de diretrizes:

- Problemas generalizados no corpo da legislação de uso do solo, sendo necessários: revisão no macrozoneamento, acertos pontuais em algumas zonas, maior clareza de delimitações cartográficas, nomenclatura e parâmetros.
- Grandes sinais de desrespeito à legislação, seja edilícia, seja de uso de espaços públicos, provocando o comprometimento da fluidez de pessoas e mercadorias, impactos ambientais de difícil reversão e apropriação individual daquilo que é coletivo.
- Problemas de clareza no corpo legal de ordenamento do território municipal, o qual muitas vezes não explicita seus princípios de forma clara.
- Existência de um patrimônio histórico-arquitetônico em João Pessoa significativo e com valor nacional, atestado pelo seu tombamento estadual e federal, porém, com perda de valor imobiliário, subutilização e degradação de seus valores.
- Grande número de ZEIS, porém, a grande maioria delas não possuem leis específicas, tendo sido definidas apenas pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), apresentando assim fragilidades legais.
- Dificuldades para ampliação do estoque de terras para habitação e um significativo volume de vazios no interior da área ocupada de João Pessoa.

Os quadros a seguir detalham o encaminhamento dado a esse conjunto de cenários, sempre tendo em mente os princípios que nortearam o presente Plano Diretor de João Pessoa.

Quadro 47: Diretriz 27 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>Problemas generalizados no corpo da legislação de uso do solo, sendo necessários: revisão no macrozoneamento, acertos pontuais em algumas zonas, maior clareza de delimitações cartográficas, nomenclatura e parâmetros. O fato de se ter uma legislação em grande parte sendo aplicada por meio de decretos, igualmente, exige uma consolidação daquilo que se chama de legislação urbana mínima.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Sem a revisão e aprovação do Plano Diretor e legislação complementar, o corpo técnico do município seguirá enfrentando problemas de entendimento legal dos parâmetros urbanísticos a serem seguidos, causando fragilidade na discussão. A população de modo geral seria impactada por usos não sustentáveis do solo urbano.</p>	<p>A aprovação da Lei do Plano Diretor e da legislação complementar, com parâmetros claros para todos os agentes envolvidos, garante a aplicabilidade da legislação urbanística, facilita a fiscalização a ser exercida pelos órgãos públicos e garante transparência junto a sociedade, contribuindo para a garantia da função social da cidade e da propriedade.</p>
Diretriz 27	<p>Adequar a legislação urbanística para melhorar o controle do território, sob os princípios da transparência, eficiência administrativa e desenvolvimento sustentável</p>
Propostas Estratégicas	<p>27.1 Adequar, revisar e elaborar a legislação urbanística municipal de forma clara e simplificada, de modo a facilitar os meios de controle da ocupação e uso do território.</p> <p>27.2 Enviar ao legislativo para aprovação as minutas de projeto de lei referentes à: i) lei do perímetro urbano, ii) lei de uso e ocupação do solo, iii) lei do sistema viário, iv) lei do parcelamento do solo urbano, v) código de obras, vi) código de postura, vii) código ambiental, viii) lei de condomínios, ix) regulamentações de instrumentos urbanísticos e procedimentos administrativos.</p> <p>27.3 Elaborar campanhas informativas sobre a legislação urbanística municipal de forma a padronizar seu entendimento, contribuir para que a população a conheça e a fiscalize e, assim, garantir sua boa aplicação.</p> <p>27.4 Garantir equipe técnica qualificada e em quantidade suficiente para o cumprimento das ações de licenciamento urbanístico.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 48: Diretriz 28 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>Grandes sinais de desrespeito à legislação, seja edilícia, seja de uso de espaços públicos, provocando o comprometimento da fluidez de pessoas e mercadorias, impactos ambientais de difícil reversão e apropriação individual daquilo que é coletivo. Em termos de ocupação para habitação, por exemplo, Joao Pessoa conta com mais de 90% de seus bairros com núcleos urbanos informais, correspondendo a 100 mil pessoas vivendo em condições subnormais (dentre seus 64 bairros, João Pessoa conta com núcleos informais em 59 deles).</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>A falta de quadros funcionais em quantidade suficiente para atuar na prevenção de irregularidades e na fiscalização do uso e ocupação do solo faz a situação se consolidar como regra no município. O resultado coloca em risco a qualidade de vida da população na medida em que a expõe ao risco e às condições de habitabilidade sem dignidade humana.</p>	<p>Com capacidade operacional adequada e atuação conjunta com diferentes órgãos na fiscalização, prevenção e mitigação de riscos, o município pode estabelecer um padrão de referência e qualidade no cumprimento da legislação urbanística.</p>
Diretriz 28	<p>Atuar na fiscalização, prevenção e mitigação de riscos na aplicação da legislação urbanística</p>
Propostas Estratégicas	<p>28.1 Integrar as ações de prevenção, fiscalização e mitigação com outros órgãos públicos, sociais e privados para a aplicação das posturas municipais e legislação urbanística.</p> <p>28.2 Manter equipe qualificada e em quantidade adequada ao cumprimento das ações de fiscalização das posturas municipais e legislação urbanística.</p> <p>28.3 Implantar programa de mitigação para edificações em situação de risco.</p> <p>28.4 Elaborar campanha informativa em conjunto com outros órgãos públicos, sociais e privados para a aplicação das posturas municipais e legislação urbanística.</p> <p>28.5 Garantir o acesso à informação e o controle social sobre os resultados das ações de prevenção, fiscalização e mitigação.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 49: Diretriz 29 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>O atual corpo legal de ordenamento do território municipal não explicita seus princípios de forma clara. Tais princípios são fundamentais para que, eventuais mudanças na legislação de uso e ocupação do solo sejam feitas com a segurança da manutenção dos mesmos princípios de interesse coletivo, transparência e preocupações ambientais, sociais, econômicas e de patrimônio local.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>É usual que novas administrações proponham mudanças pontuais na legislação urbana; tais mudanças podem significar a perda do interesse maior do Plano Diretor, prejudicando o interesse coletivo que ele estabelece.</p>	<p>O fato de se ter claros os princípios que norteiam o Plano Diretor no seu Macrozoneamento contribui para que interesses menores no trato do uso e ocupação do solo de João Pessoa sejam explicitados e mais facilmente combatidos. Tais princípios devem estar difundidos junto ao próprio corpo técnico da prefeitura, assim como da população de modo geral.</p>
Diretriz 29	<p>Ordenar o uso e ocupação do território municipal de forma a garantir a qualidade de vida da população e o desenvolvimento das atividades humanas de forma plena e sustentável</p>
Propostas Estratégicas	<p>29.1 Estabelecer zoneamento municipal em conformidade com as aptidões do solo e capacidade de suporte do território, levando em consideração suas características e potenciais, assim como garantindo o acesso à informação e o controle social no acompanhamento e monitoramento dos resultados da política de uso e ocupação do solo.</p> <p>29.2 Salvar o patrimônio ambiental de João Pessoa a partir da devida identificação, no zoneamento municipal, das áreas naturais protegidas legalmente ou com interesse de proteção.</p> <p>29.3 Distribuir a ocupação da população e das atividades humanas a depender da capacidade de suporte do território, no que diz respeito às infraestruturas urbanas já existentes ou na viabilidade da sua implantação.</p> <p>29.4 Respeitar a hierarquia do sistema viário em conformidade com a estrutura e dinâmica urbana, garantindo uma mobilidade digna e sustentável.</p> <p>29.5 Aplicar incentivos construtivos no uso e ocupação do solo com objetivo de dinamizar a ocupação do espaço público, incluindo, mas não se limitando, a fachadas ativas, fruição pública e ocupação de logradouros públicos.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 50: Diretriz 30 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>João Pessoa conta com um patrimônio histórico e arquitetônico significativo, atestado pelo seu tombamento estadual e federal. A partir da década de 1970, porém, esse patrimônio perdeu seu valor imobiliário, impactando negativamente nos bens aí existentes, na imagem na cidade e no sentido de pertencimento de sua população. Além disso, tal processo deixa subutilizadas infraestruturas e serviços disponibilizados pelo poder público.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Crescente desvalorização imobiliária, incremento no número de imóveis vagos, baixa arrecadação e dinâmica comercial e de serviços, perda de patrimônio histórico-arquitetônico, subutilização de infraestruturas públicas.</p>	<p>Ações que incentivem o mercado investidor a atuar prioritariamente no perímetro tombado e ações que explicitem o seu valor histórico e arquitetônico junto à população, são medidas urgentes que podem contribuir para a reversão desse cenário.</p>
Diretriz 30	Atuar na preservação do patrimônio histórico e cultural
Propostas estratégicas	<p>30.1 Elaborar um programa municipal de preservação do Centro Histórico, em conjunto com os órgãos públicos, sociais e privados, e em consonância com a legislação existente sobre o tema.</p> <p>30.2 Adequar a legislação referente à comunicação e propaganda no espaço público, garantindo a qualidade da paisagem e a preservação do patrimônio.</p> <p>30.3 Garantir a acessibilidade das vias do Centro Histórico a partir da definição de trechos prioritários.</p> <p>30.4 Adequar os serviços de coleta de resíduos e limpeza urbana com as características do setor histórico.</p> <p>30.5 Implementar programa de incentivo da utilização do potencial construtivo para a preservação do patrimônio.</p> <p>30.6 Apoiar e organizar a realização de atividades, feiras e eventos no Centro Histórico com o objetivo de dinamizar a região.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 51: Diretriz 31 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>João Pessoa conta com 94 ZEIS. Porém, a grande maioria das ZEIS não possuem leis específicas, tendo sido definidas apenas pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, apresentando assim, fragilidades legais. Para além dessas ZEIS, a criação de outras integra um processo capaz de atender a novas demandas (como, por exemplo, a do Complexo do Beira Rio). A cultura histórica de ocupação irregular e posterior regularização contribui fortemente para o processo de ocupação desordenada do solo e propicia a continuidade de desobediência à legislação urbana e ambiental do município.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Possibilidade de transformação do instrumento da ZEIS no verdadeiro instrumento de planejamento do município, criando um processo custoso de ocupação ilegal seguida de anos de tentativa de regularização e urbanização.</p>	<p>Continuidade dos esforços do município para reurbanização das ZEIS com simplificação dos processos técnico-burocráticos, tornando-os menos complexos, com apoio de parâmetros e correspondentes termos legais para sua utilização. Coibir a ocupação irregular para mudança de cultura e inibição da proliferação de ZEIS.</p>
Diretriz 31	Garantir a função social da propriedade
Propostas Estratégicas	<p>31.1 Estabelecer uma política municipal de regularização fundiária priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.</p> <p>31.2 Garantir a realocação de famílias em áreas de risco.</p> <p>31.3 Regulamentar a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas modalidades ZEIS de regularização fundiária e ZEIS de vazio urbano, garantindo o acesso à informação e o controle social na análise, instituição e monitoramento das ZEIS.</p> <p>31.4 Dar prioridade às áreas de ZEIS na aplicação de recursos do Fundo de Urbanização.</p> <p>31.5 Garantir a implantação das infraestruturas urbanas nas áreas de ZEIS.</p> <p>31.6 Combate à ocupação irregular, com coibição a novas ocupações e sensibilização da comunidade para apoio e fiscalização.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 52: Diretriz 32 – Eixo de Urbanismo e Habitação

EIXO DE URBANISMO E HABITAÇÃO	
Cenário atual	
<p>Há uma dificuldade para ampliação do estoque de terras para habitação e um significativo volume de vazios no interior da área ocupada de João Pessoa. Em 2021, os 45.773 lotes vazios existentes perfazem 25% dos 183.233 lotes totais. O número de famílias inscritas para obtenção de uma moradia é de aproximadamente 46 mil (também referenciado ao ano de 2021). Estimativas da Fundação João Pinheiro para a RMJP atestam um déficit habitacional de 4.475 domicílios em habitação precária, 12.033 em coabitação e 15.079 em ônus excessivo (2016).</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Incremento do déficit habitacional no município e ampliação dos prazos de espera para obtenção da casa própria. A reduzida oferta de programas habitacionais em João Pessoa, ainda que esse município conte com atuação da agência estadual de habitação, compromete a necessária conservação de áreas de interesse ambiental, devido ao intenso processo de ocupação irregular e informal do solo.</p>	<p>A despeito de quedas no crescimento demográfico de João Pessoa, a melhoria do parque habitacional auxilia no controle do déficit habitacional, trazendo qualidade de vida e moradia digna para a população.</p>
Diretriz 32	Garantir o direito à moradia digna
Propostas Estratégicas	<p>32.1 Estabelecer um programa de produção de moradia de interesse social para combate ao déficit habitacional, priorizando a ocupação de vazios urbanos, integrados ao tecido existente, em condições de habitabilidade.</p> <p>32.2 Manter cadastro de famílias para provisão de moradia atualizado e documentado.</p> <p>32.3 Implantar programas de apoio municipal, incluindo, mas não se limitando, ao aluguel social e a primeira moradia.</p> <p>32.4 Incentivar a dinâmica urbana na produção da moradia ao garantir acesso a áreas de comércio e serviço vicinal e de bairro, transporte coletivo e equipamentos e serviços públicos.</p> <p>32.5 Estabelecer um banco de terras públicas, com o levantamento e cadastro de terras de propriedade municipal e de interesse de aquisição para produção de moradias sociais.</p> <p>32.6 Manter e apoiar o diálogo com as comunidades localizadas áreas de risco e que são afetadas por programas de relocação.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.8 ARTICULAÇÃO METROPOLITANA

A Região Metropolitana de João Pessoa (RMJP) conta com ato legal que a cria, porém não conta com agência que se responsabilize pelo seu planejamento e sua gestão. Foi criada pela Lei Complementar Nº 59/2003, alterada pelas Leis Complementares Nº 90/2009 e Nº 93/2009, e conta hoje, formalmente, com 13 municípios, porém, um número menor de municípios são os que, de fato, apresentam características metropolitanas de integração e dependência.

Considerando-se as três Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) consideradas prioritárias (meio ambiente, mobilidade e uso do solo) pelo Estatuto da MetrÓpole – Lei Federal Nº 13.089/2015, o diagnóstico deste processo de revisão do PDMJP sintetiza os degraus metropolitanos da seguinte maneira: verdadeiramente metropolitanos são os municípios de João Pessoa (polo), Bayeux e Cabedelo. Esses seriam prioritários para a constituição imediata de articulações em nível regional. Num segundo momento, com tendências a se integrarem a médio prazo no processo metropolitano de modo intenso, estão os municípios de Alhandra, Caaporã, Conde, Cruz do Espírito Santo, Lucena, Pedras de Fogo e Santa Rita. Por último, tem-se Pitimbu e Rio Tinto, os quais ainda não apresentam dinâmicas metropolitanas.

Mesmo não contando com uma organização metropolitana capaz de planejar e gerir seu território, uma série de projetos que lhe dizem respeito são formulados e implementados. Uma série desses projetos já conta com um aval de instituições governamentais e sinalização de recursos para suas obras. O papel do município de João Pessoa, como o maior interessado nessas obras, é de suma importância para que sua execução corresponda aos interesses do conjunto de municípios metropolitanos, no menor recorte de tempo possível.

Os dois quadros a seguir sintetizam propostas de interesse metropolitano, porém, com a consciência de se tratar de uma atribuição do governo do Estado da Paraíba. Esse é um fato legal, definido no próprio Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal Nº 13.089/2015), revisado em 2018, mas que, sabidamente, conta com o protagonismo do município polo para qualquer encaminhamento.

Quadro 53: Diretriz 33 – Articulação Metropolitana

ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	
Cenário atual	
<p>A Região Metropolitana de João Pessoa conta com ato legal que a cria, porém não conta com agência que se responsabilize pelo seu planejamento e sua gestão.</p> <p>Sua lei de criação é Lei Complementar Nº 59/2003, alterada pelas Leis Complementares Nº 90/2009 e Nº 93/2009. A RMJP conta hoje, formalmente, com 13 municípios, porém, um número menor de municípios são os que, de fato, apresentam, características metropolitanas de integração e dependência.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Comprometimento dos interesses metropolitanos, minimamente para as três principais funções públicas de interesse comum: uso do solo, meio ambiente e mobilidade. Custos adicionais à economia regional e perda de qualidade de vida metropolitana. Conflitos jurídicos que podem implicar em perda de investimentos na região devido à insegurança legal referente sobretudo ao uso do solo.</p>	<p>A criação de uma agência metropolitana de planejamento e gestão, de um Plano Metropolitano de Desenvolvimento Urbano Integrado e práticas técnico-administrativas de aprovação de empreendimentos no território da região metropolitana definida legalmente, terão impactos positivos generalizados, seja do ponto de vista econômico, social e ambiental.</p>
Diretriz 33	<p>Fomentar e apoiar a organização metropolitana, formulação e manutenção da Agência Metropolitana, da realização do Plano Metropolitano e definição de seu adequado recorte territorial</p>
Propostas estratégicas	<p>33.1 Envidar esforços para uma organização de municípios metropolitanos, no sentido de sensibilizar os integrantes da atual Região Metropolitana e, assim, iniciar tratativas para melhor definição de sua composição.</p> <p>33.2 Envidar esforços para a organização de uma agência metropolitana de forma interfederativa, em conjunto com o governo estadual e os outros municípios.</p> <p>33.3 Envidar esforços para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de João Pessoa.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quadro 54: Diretriz 34 – Articulação Metropolitana

ARTICULAÇÃO METROPOLITANA	
Cenário atual	
<p>A despeito de não se contar com uma organização metropolitana capaz de planejar e gerir seu território, uma série de projetos que lhe dizem respeito são formulados e mesmo implementados. No momento, uma série de projetos dessa importância já contam com um aval de várias instituições governamentais e mesmo sinalização de recursos para suas obras. O papel do município de João Pessoa como o maior interessado nestas obras é importante para que sua execução corresponda aos interesses do conjunto de municípios metropolitanos e no menor recorte de tempo possível.</p>	
Cenário tendencial	Cenário prospectivo
<p>Adiamento de definições projetuais e operacionais, implicando no atraso de obras importantes para a RMJP e para seu município polo. Situação econômica com poucos recursos disponíveis pode colocar em risco as propostas feitas ou mesmo o seu abandono por completo.</p>	<p>A maior integração metropolitana e maior capacidade de gestão trazem maior desenvolvimento social e econômico para a região favorecendo a formação de melhores condições de vida para a população</p>
Diretriz 34	<p>Agir técnica, política e financeiramente para a implantação de programas, projetos e obras segundo interesses político-metropolitanos e da coletividade</p>
Propostas estratégicas	<p>34.1 Apoiar o Plano Estadual de Parcerias Público Privadas da Paraíba, o qual prevê obras de interesse metropolitano.</p> <p style="padding-left: 20px;">a. O Arco Metropolitano, em concessão administrativa para construção do Arco Rodoviário, contornando trechos da BR-101 e da BR-230, objetivando reduzir o tráfego de veículos que passam por elas e facilitar ligações entre João Pessoa, Recife, Natal e o interior da Paraíba.</p> <p style="padding-left: 20px;">b. Ponte sobre o Rio Paraíba, com previsão de 2 mil metros de vão, interligando Cabedelo e Santa Rita, objetivando reduzir custos no transporte de cargas entre João Pessoa e Cabedelo e o Litoral Norte.</p> <p style="padding-left: 20px;">c. Modernização do Porto de Cabedelo por meio de concessão para obras de dragagem, aprofundamento do canal de acesso, ampliação da bacia de evolução, construção e exploração do pátio regulador de caminhões e do terminal portuário de passageiros.</p> <p>34.2 Assegurar a continuidade do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal para a gestão do Aterro Sanitário Metropolitano, a partir de ações como o Plano de Ação João Pessoa Sustentável.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.9 PROJETOS ESTRATÉGICOS

Além das diretrizes e propostas contempladas no processo de reviso do Plano Diretor de João Pessoa, são propostos alguns projetos estratégicos com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento territorial sustentável da cidade.

4.9.1 ILHA DO BISPO

A produção de cimento na Paraíba conta com tradição que remonta ao final do século XIX. A região litorânea tem solo rico em calcário e conta com localização estratégica no Nordeste. Tais fatos explicam a localização da empresa deste setor na chamada Ilha do Bispo.

Esta é uma grande área, localizada no Oeste da área urbana de João Pessoa, com aproximadamente 450 hectares e uma população que pode ser estimada em dez mil pessoas (apesar de não ter sido encontrado nenhum cadastro dessas famílias que aí moram, algumas análises estimam valores próximos a dez mil habitantes). De qualquer modo, para o desenvolvimento da proposta, é necessário realizar um estudo da área levando em consideração a população local e a delimitação da área a ser contemplada no projeto de desenvolvimento urbano.

De uma maneira geral, trata-se de uma área de localização estratégica na malha urbana, próxima ao Centro Histórico e de proporção de tamanho quase comparável com a Mata do Buraquinho, que conta hoje com pouco mais de 500 hectares.

Segundo levantamentos preliminares, tem-se que a Ilha do Bispo conta com um grande proprietário, com área ocupada no passado para atividade industrial, além de área de interesse de conservação ambiental (remanescentes de vegetação e faixas de rio) e outras que poderiam contar com projetos de urbanização diversos, destacando-se a oportunidade de inclusão de habitação.

O que se sugere como projeto estratégico para essa área é a definição de um Território de Estruturação e Requalificação (detalhado no Capítulo 6.6), a ser desenvolvido por meio de estudos e formatação de um projeto de urbanização específico, que indique o uso e a ocupação de cada parte do território, como a delimitação física de:

- Áreas destinadas a atividades de maior porte e de geração de emprego e renda, como por exemplo a continuidade da atividade industrial (caso essa

atividade seja retomada) ou atividades que exijam maiores dimensões territoriais e sejam capazes de induzir o desenvolvimento urbano sustentável.

- Área para parque municipal.
- Abertura de via ligando a avenida Gal. Aurélio de Lyra Tavares com a avenida Cruz das Armas.

A área inicialmente proposta limita-se com áreas residenciais em quase totalidade de suas bordas, compreendendo atualmente a Zona Industrial 2, onde encontra-se a planta da cimenteira e a Zona Especial de Preservação 2.

Com a presente proposta, a parte da área passível de ocupação será considerada Zona Habitacional 2 e parte será considerada Zona Especial de Proteção Ambiental 1 e 2, porém deverão ser desenvolvidas a partir de um projeto específico para toda a área, com uma visão integrada e que poderá inclusive adotar condições específicas de desenvolvimento, tais como alteração de parâmetros urbanístico e aplicação de instrumentos urbanísticos.

Para tanto, deverão ser desenvolvidos estudos, com a participação dos envolvidos direta e indiretamente com a área, considerando a área preliminarmente proposta, apresentada na Figura 1, podendo ter delimitação ratificada e diretriz de desenvolvimento emitida por equipe de projeto da prefeitura e desenvolvimento de estudos necessários conforme indicado por este Plano Diretor.

O projeto estratégico deverá ser submetido à consulta pública e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano. Após aprovado pela prefeitura, deverá culminar em um Plano de Ocupação que formalize os compromissos firmados entre as partes, poder público e empreendedores interessados, a ser aprovado por ato do poder executivo ou lei complementar em caso de necessidade de alteração de parâmetros urbanísticos ou aplicação de instrumentos urbanísticos. A lei complementar deve se basear no conceito de Território de Estruturação e Requalificação, detalhado no Capítulo 6.6.

A proposta preliminar, para melhor compreensão da área abrangida e distribuição pretendida das atividades é ilustrada pela figura a seguir.

Figura 1: Área proposta para o Território de Estruturação e Requalificação na Ilha do Bispo



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.9.2 MATA DO BURQUINHO

A área com aproximadamente 515 hectares — considerada uma das maiores reservas de Mata Atlântica em perímetro urbano no Brasil —, é definida, segundo o Decreto Nº 35.195, de 23 de junho de 2014, como Unidade de Conservação de Proteção Integral no âmbito da gestão estadual, sendo delimitada pelo Decreto Nº 36.955, de 11 de outubro de 2016.

Classificada como Refúgio de Vida Silvestre, tem como objetivos garantir a conservação das condições naturais do meio ambiente, do remanescente florestal, das populações de flora e da fauna, do aquífero para manutenção da capacidade hídrica do manancial e do microclima de João Pessoa, colaborar com as atividades de visitação e educação e estimular pesquisas científicas.

Abriga, em cerca de 350 hectares, o Jardim Botânico Benjamin Maranhão (JBBM), criado em 2000 e localizado na Avenida Dom Pedro II, Bairro Torre.

A área é constituída por áreas públicas de domínio do Estado da Paraíba e da União, composição que dificulta a plena gestão da área.

Atualmente a UC não conta com Plano de Manejo, embora esteja em processo de elaboração, sendo que as atividades realizadas são aquelas exercidas pelo Jardim Botânico, inclusive as abertas ao público, das quais é destaque a visitação permitida por meio de agendamento para caminhadas em trilhas guiadas.

A proposta apresentada pelo processo de revisão do PDMJP é a elaboração de um Projeto Estratégico para que a área assuma sua plena posição como Unidade de Conservação, servindo aos objetivos para a qual foi criada, e atenda, ao mesmo tempo, sua condição de estar situada em meio a uma área urbana, permitindo a devida integração com o seu entorno.

Assim, o primeiro passo será a ação do município junto ao Estado para que a realização do Plano de Manejo seja promovida por meio de estudos do meio biótico específicos, bem como os levantamentos fundiários e negociações interinstitucionais entre União, Estado e Município, para integração das ações a serem implementadas.

Quando da análise das restrições ambientais, pelo Plano de Manejo, deverão ser analisadas as necessidades do ponto de vista da população, notadamente de uma maior apropriação do entorno do parque, visando a sua real conservação e evitando-se processos de ocupações irregulares.

Sugere-se que a elaboração do Plano de Manejo, de responsabilidade dos órgãos estaduais e já em andamento, seja acompanhada pela municipalidade e feita de forma atrelada a um Projeto Estratégico Municipal, permitindo participação e acompanhamento do município de João Pessoa nas decisões a serem tomadas pelo estado, no âmbito de suas competências. Para tanto considera-se necessário:

- Constituição de grupo interinstitucional da União, Estado e Prefeitura para elaboração de proposta de uso dos limites da UC e do seu entorno segundo interesses urbanos.
- Realização de estudo projetual, por parte da prefeitura, com levantamento fundiário e proposição de intervenções mínimas nas áreas do entorno da UC.
- Sugestão de utilização de uma faixa com 10 metros de largura no entorno de toda a Unidade de Conservação, destinada à área de transição entre a área de preservação ambiental e a área urbana, devendo ser objeto, tanto do Plano de Manejo quanto da Prefeitura, a análise de localização da faixa de contorno com largura de 10 metros - se ocorrerá pela possibilidade de

utilização de parte da UC ou se será constituída por áreas externas. Essa faixa, estimada em 9km de extensão, pode ser ocupada por duas pistas que permitam o uso compartilhado por pedestres e ciclistas. O projeto estratégico deverá também analisar a possibilidade de composição da área a partir da retirada de ocupações irregulares, caso em que as famílias removidas contariam com prioridade em programas habitacionais da prefeitura ou do Estado.

- Análise da possibilidade de implantação de bolsões destinado à realização de atividades físicas, a cada 4Km, com áreas aproximadas de 150m².
- Definição da prefeitura como instituição responsável pela manutenção da área de integração urbana que circunda o Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Buraquinho, das áreas de lazer (destinadas às atividades físicas) e da área de visitação constituída pelo Jardim Botânico.

Figura 2: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Figura 3: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho – cenário atual



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Figura 4: Projeto estratégico para a Mata do Buraquinho – cenário prospectivo



Fonte: Consórcio PDMJP (2022).

Nota: Os passeios e ciclovia são contínuos no entorno do perímetro do parque, segundo implantação cuidadosa a partir de levantamentos dos indivíduos florestais. Os remansos de lazer poderão ocorrer apenas nas situações em que se identifiquem áreas externas à área do parque.

4.9.3 NOVAS CENTRALIDADES

A proposta de zoneamento dessa revisão do PDMJP propõe uma racionalização do uso das infraestruturas urbanas, em especial do sistema viário e do transporte coletivo.

Para isso, apropriou-se dos conceitos de cidade compacta e sustentável, do modelo de crescimento urbano orientado pelo DOTs, garantia da mobilidade universal e sustentável e da necessidade de ampliação das parcerias público-privadas.

No intuito de otimizar o espaço urbano e organizar suas diferentes funções, foram utilizadas as propostas de corredores do transporte público, planejados pela SEMOB, para usos e ocupações diferenciadas, com a ideia de fortalecer as centralidades existentes e estimular a criação de novas. Como resultado, espera-se menor necessidade de deslocamentos entre bairros, geração de emprego e renda e, conseqüentemente, melhoria de qualidade de vida da população.

No entanto, além das propostas de alterações de zoneamento, vislumbra-se a necessidade de que esses corredores recebam a infraestrutura compatível com os usos previstos e sejam dimensionados conforme a demanda prevista.

A efetiva concretização do que se espera necessita da participação direta da gestão pública, da população e dos interessados na transformação de áreas específicas da cidade, conforme sua vocação e importância no contexto urbano, para criação de novas centralidades.

Para tanto, é proposto o desenvolvimento de projetos específicos para novas centralidades ao longo dos corredores de transporte, pontuais ou ao longo de vias, desde que com extensões e delimitações precisas, de forma que possam se constituir em novas áreas de desenvolvimento econômico e inovação no território, abrindo usos que gerem oferta de emprego, comércio, serviços, lazer e cultura, além de moradia para diferentes faixas de renda.

Figura 5: Projeto estratégico para os eixos do transporte coletivo – cenário atual



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Figura 6: Projeto estratégico para os eixos do transporte coletivo - cenário prospectivo



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Conforme o interesse público da população afetada, direta e indiretamente, e de interessados, com justificativas que embasem adequadamente as proposições, poderão ser desenvolvidos projetos estratégicos para áreas específicas em porções do território que demandem intervenções de estruturação, requalificação, revitalização ou reestruturação urbana, com o objetivo de se tornarem novas centralidades urbanas ou para o fortalecimento daquelas existentes.

Os projetos específicos deverão delimitar a área de abrangência das intervenções, realizar os estudos para o desenvolvimento da área e cenário prospectivo, elencar as ações necessárias para implantação, os incentivos e benefícios esperados, a população abrangida e as responsabilidades das partes, com o respectivo cronograma de implantação.

Considerando a baixa capacidade de investimento público municipal, conforme apontado no Diagnóstico Técnico, espera-se que as responsabilidades das partes para a implantação das soluções previstas busquem a captação de recursos estaduais e federais, a ampliação das parcerias público-privadas e a aplicação de instrumentos urbanísticos nesses principais corredores, tais como a Operação Urbana Consorciada, Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Transferência do Direito de Construir.

Os projetos estratégicos deverão ser desenvolvidos de forma individual para cada localidade ou agrupados por região e deverão ser submetidos a consulta pública e aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano. Após aprovados pela prefeitura, deverão culminar em um plano de intervenções detalhadas e localizadas em plantas, além de termo de compromisso que formalize os compromissos firmados entre as partes — poder público e empreendedores interessados —, a ser aprovado por ato do poder executivo ou lei complementar, em caso de necessidade de alteração de parâmetros urbanísticos ou aplicação de instrumentos urbanísticos.

4.9.4 PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS RURAIS DA ÁREA INCORPORADA À ÁREA URBANA DE JOÃO PESSOA

A mancha urbana de João Pessoa ocupa grande parte do território municipal. A ocupação urbana se espalhou no sentido do rio Gramame, em busca dos menores custos da terra. Parte dessa ocupação se deu de forma irregular, inclusive em perímetro rural. Destaca-se que as áreas rurais de João Pessoa, assim definidas no macrozoneamento vigente, apresentam grande interação com as áreas urbanas.

Como forma de maior controle da ocupação dessa região pelo poder público municipal, a revisão do PDMJP propõe a ampliação do perímetro urbano para todo o território pessoense, criando uma macrozona de baixa densidade, com a devida demarcação das áreas de restrição ambiental.

Somado a isso, deve-se encaminhar, junto ao governo estadual, a adequada demarcação das áreas de proteção de manancial, garantindo o abastecimento das gerações atual e futura em toda a região metropolitana.

Como projeto estratégico para garantia das características rurais das áreas integradas à área urbana, na presente revisão do PDMJP, propõe-se:

- Criação de um programa de segurança alimentar, estimulando o uso dessas áreas para agricultura urbana.
- Aplicação de incentivos à manutenção de atividades rurais, com aplicação de alíquota diferenciada de IPTU.
- Facilitação para a comercialização da produção e incentivo à organização associativa.
- Apoio técnico para melhoria da produção, especialização da mão-de-obra, capacitação empresarial e tecnológica, além de outras.

4.9.5 CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA

O Centro Histórico de João Pessoa representa o início da cidade e tem uma importância singular enquanto patrimônio histórico e no imaginário da população pessoense. Assim, deve ser visto e constituído não apenas como uma área turística, mas como uma área viva e pulsante, resgatada para suas funções de centro urbano e incorporada ao cotidiano da comunidade local.

Para tanto, é proposto o projeto estratégico para fortalecimento do Centro Histórico, com a participação direta da população e dos interessados na transformação, seja da área como um todo ou de áreas específicas, conforme sua vocação e importância.

Dentre suas diretrizes de desenvolvimento, o projeto estratégico para o Centro Histórico tem:

- Manutenção das características históricas urbanas e edíficas.
- Intervenções de melhorias dos espaços públicos.
- Estímulo ao uso misto e a oferta de empregos e serviços.
- Ocupação dos imóveis subutilizados, não utilizados ou não edificados.

- Aplicação de instrumentos para a produção de moradia de interesse social.
- Organização de agenda de eventos públicos.
- Incentivo à utilização dos espaços públicos, melhorando as condições de segurança da área.
- Incentivo à manutenção dos prédios históricos públicos e particulares.
- Adoção de incentivos e contrapartidas.

Para a cumprimento dessas diretrizes, idealizou-se o Programa de Recuperação do Centro Histórico, com cinco pilares:

a) Pacotes de obras

Serão definidas áreas prioritárias para recuperação dentro da poligonal do Centro Histórico. Deverão ser priorizadas praças, mobiliários, iluminação pública, calçadas, pavimentação, acessibilidade e ajardinamento.

Para cada local, serão elaborados projetos e orçamentos que contemplem todas as obras previstas. Esses projetos deverão ser aprovados previamente no IPHAEP, no IPHAN e nos demais órgãos competentes, ficando disponíveis para execução pelo poder público ou por interessados privados.

b) Aplicação de Instrumentos Urbanísticos

Como forma de viabilizar a execução dos pacotes de obras, a proposta contempla a aplicação de instrumentos urbanísticos com características específicas para o Centro Histórico: Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Transferência do Direito de Construir.

Outorga Onerosa do Direito de Construir – Centro Histórico (OODCCH)

Como incentivo à revitalização do Centro Histórico, os interessados em aquisição de potencial construtivo poderão optar por fazê-lo dentro desse Programa. A fórmula de cálculo do valor da outorga seguirá os padrões estabelecidos para toda a cidade.

O interessado na aquisição deverá executar uma obra dentro dos pacotes já estabelecidos. Como benefício, ele receberá uma bonificação de 25%, calculado sobre o valor da obra executada. O valor da obra mais a bonificação de 25% serão abatidos do valor total

da outorga requerida. O saldo desse valor deverá ser depositado em um fundo municipal específico para recuperação das áreas públicas do Centro Histórico.

Transferência do Direito de Construir (TDC)

Os proprietários de imóveis dentro da poligonal do Centro Histórico poderão transferir o potencial construtivo não utilizado em seus lotes até o limite do índice de aproveitamento máximo da Macrozona Adensável Prioritária, acrescido de índices de majoração que variam conforme o tamanho do lote e estão indicados no Quadro 55.

A negociação dos valores do potencial transferido será feita entre adquirente e proprietário, que deverão elaborar e aprovar nos órgãos competentes o projeto de recuperação da edificação que cederá o potencial construtivo.

Essa transferência poderá ser renovada a cada 10 anos, condicionada a recuperação e manutenção da edificação durante esse período. Caberá ao adquirente o recolhimento de taxa de 3%, calculado sobre o valor do terreno cedente, ao fundo municipal específico para recuperação das áreas públicas do Centro Histórico.

O potencial construtivo do imóvel cedente seguirá a seguinte fórmula:

$$PCC = (C \times A \times i) - A_C$$

Onde:

PCC = Potencial Construtivo do Imóvel Cedente, em m².

C = índice de aproveitamento máximo da Macrozona Adensável Prioritária.

A = área total do terreno, em m².

A_C = área construída existente no terreno, em m².

I = índice de majoração, que varia conforme o tamanho do lote cedente e está indicado no quadro abaixo.

Quadro 55: Índice de majoração para o cálculo da TDC

Área do lote	i
Até 300 m ²	1,5
300 m ² até 1.000 m ²	1,2

1.000 m ² até 3.000 m ²	1,0
Acima de 3.000 m ²	0,8

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

c) Elaboração de agenda de eventos

Como forma de aumentar a dinâmica e a presença de pessoas nos espaços públicos, o poder executivo deverá promover uma agenda de eventos periódicos no Centro Histórico, priorizando e valorizando produtores e artistas locais. Sugere-se a realização de eventos culturais, feiras de alimentos e/ou artesanatos, entre outros.

O local para a realização desses eventos deverá ser, preferencialmente, compatibilizado com os pacotes de obras.

d) Aplicação de incentivos fiscais

Como forma de se incentivar o uso das edificações localizadas no Centro Histórico, deve-se prever incentivos fiscais, como a redução de IPTU para os imóveis ocupados, a redução do ISS para atividades instaladas ou a se instalarem nessa região e a redução do ITBI.

e) Incentivos para habitações sociais

Para evitar o espraiamento da cidade, otimizar o uso das infraestruturas já instaladas e aumentar a presença de moradias na poligonal do Centro Histórico, deve-se mapear imóveis com dívida ativa junto ao poder público e definir a poligonal do Centro Histórico como prioritária para desapropriações e projetos financiados, com foco nas habitações de interesse social.

A Figura 8, indicada na sequência, representa exemplo da aplicação de instrumento urbanístico (neste caso, a Transferência do Direito de Construir) com o objetivo de revitalização de edificações tombadas e melhoria de espaços públicos.

Figura 7: Projeto estratégico para o Centro Histórico– cenário atual



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Figura 8: Projeto estratégico para Centro Histórico – cenário prospectivo



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

4.9.6 REQUALIFICAÇÃO DA BR-230

A BR-230 concentra a função de principal via de conexão entre as regiões do município, de interligação perimetral, de ligação com a região metropolitana e de deslocamento de cargas para o Porto de Cabedelo. Com as características atuais, essa rodovia interrompe o tecido urbano, compartimentando-o e dificultando as demais ligações viárias.

Conforme apontado no Planmob (2020), essa via apresenta sinais de esgotamento, apresentando níveis de serviço péssimo em alguns trechos e em determinados horários.

O projeto estratégico para a BR-230 busca o encaminhamento pela municipalização dessa rodovia, permitindo que ela assuma características de importante via de ligação urbana. Com vistas a municipalização, as intervenções futuras devem ser pensadas de forma a minimizar a interferência em seu entorno, garantindo uma maior integração com o sistema viário e um ambiente mais adaptado ao trânsito urbano, inclusive quanto aos modais ativo e coletivo.

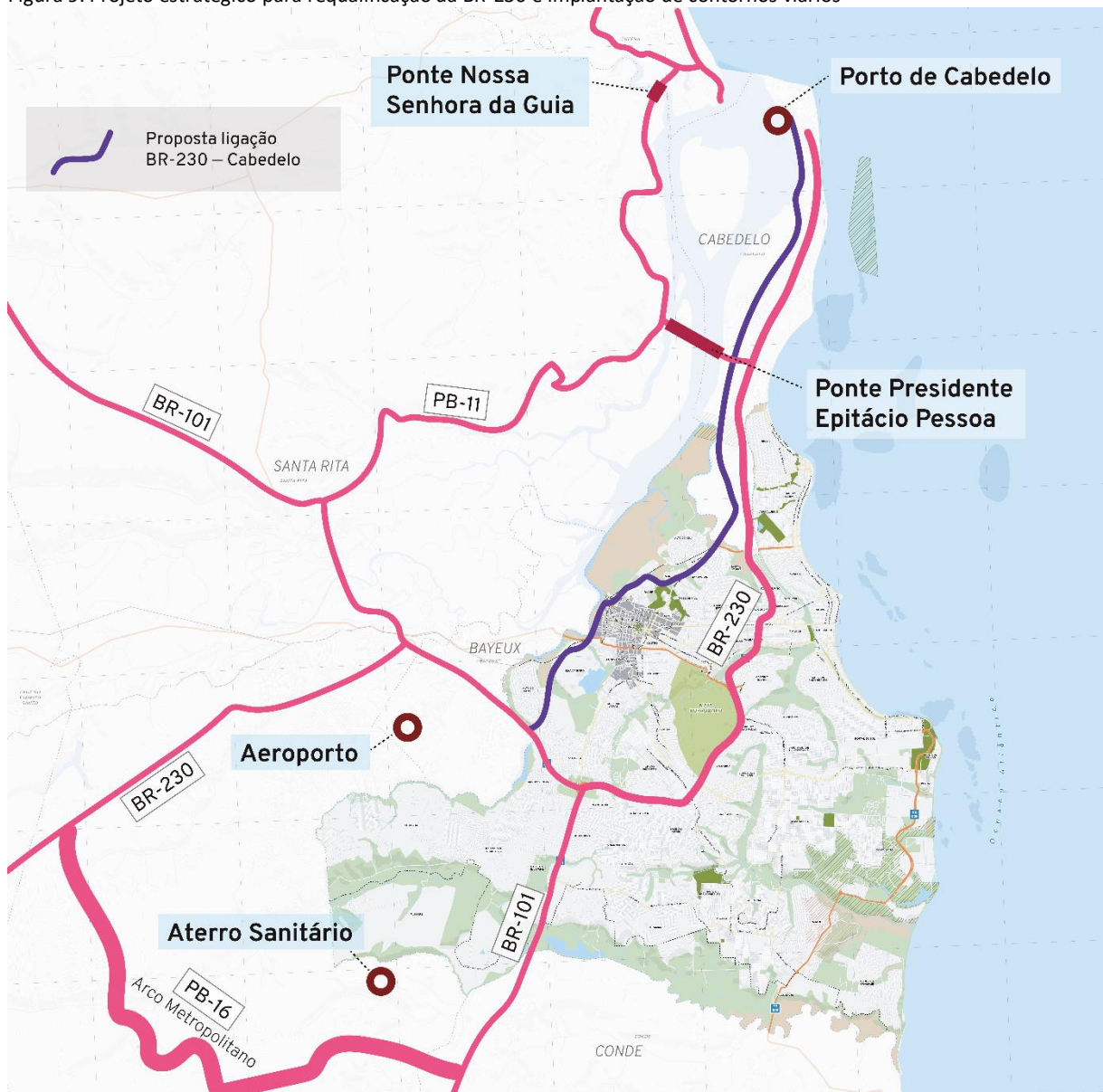
Para tanto, é necessário implantar alternativas para o deslocamento de cargas até o Porto de Cabedelo. Com esse objetivo, a SEMOB, com base nos estudos do Planmob (2020), tem planejada uma via marginal à linha férrea, conectada ao corredor Acesso Oeste, ligando a BR-230 e o Porto.

Ainda, o governo estadual tem previsto no Plano Estadual de Parcerias Público Privadas a concessão para construção do Arco Metropolitano, que contornaria trechos da BR-101 e da BR-230 por meio da conexão dessas rodovias com a PB-16 e a PB-11. Essa conexão, em conjunto com a construção de uma ponte ligando Santa Rita a Cabedelo, configuraria importante alternativa ao transporte de cargas até o porto. Essas duas alternativas de ligação entre a BR-230 e o Porto de Cabedelo são representadas na Figura 9.

Livre do tráfego de cargas, a BR-230 poderá se integrar ao sistema viário municipal, com foco no transporte público coletivo. Cumpre destacar que o projeto de reestruturação do Sistema de Transporte Coletivo Público do Município prevê a construção de uma série de terminais de integração (conforme indicado no Mapa 1). A maioria desses terminais se localiza às margens da BR-230.

A requalificação da BR-230, como importante ligação viária e corredor para o transporte público coletivo, serviria ainda à conformação de uma importante centralidade, reduzindo a necessidade de deslocamentos passando pelo Centro Histórico.

Figura 9: Projeto estratégico para requalificação da BR-230 e implantação de contornos viários



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

5. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Plano Diretor constitui a principal política pública de ordenamento do território urbano, uma vez que a complexidade do tecido urbano em expansão exige diretrizes para seu ordenamento, conforme a multiplicidade de usos do solo que abarca a dinâmica do espaço urbano em constante mutação (Asher, 2012). Isso fomenta a necessidade de um “compromisso urbano” para se confrontar com os desafios colocados aos territórios e da diminuição do avanço da exclusão socioterritorial presente no espaço urbano.

Para tal, o ordenamento do território deve ser um processo de planejamento que não pode se tratar de um fim em si mesmo, exigindo mecanismos de monitoramento e avaliação. Esses mecanismos são fundamentais para permitir que o processo seja flexível para solucionar os desafios que se apresentam no território, e tenha como norte a participação da sociedade nas tomadas de decisões.

O macrozoneamento, enquanto instrumento de ordenamento do território, estabelece um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo. Isso deve ser feito em concordância com as estratégias municipais de política urbana, ou seja, de acordo com interesses de governo e também do bem comum maior que ultrapasse períodos de governo. Os conceitos ou diretrizes trabalhadas no início deste relatório e que correspondem aos ODS, serviram de base para a definição da estratégia, entendendo o processo de planejamento dentro da dinâmica urbana de João Pessoa.

No reconhecimento da sua estrutura urbana, a capital paraibana tem consolidada a ligação do Centro Histórico, onde se iniciou o processo de ocupação, com a orla marítima, na região do Tambaú e arredores, tanto ao norte quanto ao sul. Isso vem dinamizando a ocupação junto ao litoral nas últimas décadas, devido, entre outros, ao potencial paisagístico da região e o crescimento do turismo na cidade.

A boa estruturação de toda faixa de ocupação praiana pode garantir elevada qualidade de vida para os cidadãos de João Pessoa, assim como oportunidades de negócios turísticos derivadas do aproveitamento dos potenciais da área. Menção importante aqui é o cuidado a ser tomado na proteção do patrimônio ambiental, representado, de forma geral, pelas falésias existentes na região do Altiplano até a Ponta do Seixas.

Nas outras áreas da cidade, a ocupação se desenvolveu com menor densidade, mas não menos dinâmicas. A concentração de serviços e comércios de maior porte em áreas

específicas traz a necessidade de descentralizar as atividades econômicas na medida em que se estrutura o crescimento urbano para as áreas mais ao sul. Nesse cenário, torna-se estratégico para João Pessoa a implantação dos eixos de transporte definidos no Plano de Mobilidade, articulando uso do solo e dinamizando a ocupação urbana com maior eficiência no uso da infraestrutura implantada. Os eixos viários serviram de base para a definição, no zoneamento, de zonas de comércio e serviço com o intuito de descentralizar as atividades pelo território.

A ocupação de características urbanas se espalhou entre os rios Marés, Paraíba e Gramame e, atualmente, ocupa boa parte do território municipal. De forma que mesmo as áreas com características rurais têm suas ocupações e usos com grande interação com as áreas urbanas – seja ao sul, onde fazem a transição da ocupação urbana para as margens do rio Gramame, ou a oeste, como manancial de abastecimento na região do Mumbaba.

Não é possível, assim, analisar o território de forma separada entre área rural e área urbana. Como também é preciso levar em consideração os processos regionais e metropolitanos já instalados em relação, principalmente, aos municípios de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita e Conde.

A necessidade de maior controle sobre o território municipal como um todo, para regular os conflitos e pressões por ocupação, levou o Plano Diretor a definir todo o território municipal como perímetro urbano, não fazendo qualquer diferenciação no macrozoneamento. Desta forma, será possível para o poder público municipal agir de forma mais ágil e integrada, inclusive com as outras escalas de planejamento.

Neste relatório, e assim será no projeto de lei do Plano Diretor, o zoneamento será apresentado para todo o território municipal, considerando as características de cada uma de suas porções. Desta forma, é preciso analisar macrozoneamento e zoneamento como um conjunto único que estrutura a cidade nos seus usos e ocupações (zoneamento) e na sua capacidade de suporte do território (macrozoneamento).

5.1 MACROZONEAMENTO

O macrozoneamento reflete a estratégia de ordenamento do território para João Pessoa. Para isso, deve levar em consideração determinados critérios que garantam o

equilíbrio entre sociedade, meio ambiente e economia, definindo grandes áreas de uso homogêneo, mas que guardam particularidades, a seguir constituidoras das zonas urbanas.

Levando em consideração esses critérios, o Plano Diretor vigente já define macrozonas de maior ou menor densidade. A proposta aqui apresentada consolida a estrutura urbana atual (com maior adensamento da região que vai do Centro Histórico ao Tambaú e parte da orla marítima), ao mesmo tempo em que faz revisões pontuais

O aumento de áreas adensáveis (sejam prioritárias ou não prioritárias, mas sempre compatíveis com a capacidade de suporte do território e a proteção do patrimônio paisagístico, ambiental, histórico e cultural) objetiva também impactar o preço da terra, ao aumentar a oferta no mercado. Com preços mais competitivos, é possível dar mais vazão à procura de moradia por instrumentos de mercado. Assim, o poder público pode direcionar melhor a política habitacional na medida que a oferta de mercado consegue se desconcentrar no território visto haver mais áreas para adensamento e, neste sentido, auxiliar no desenvolvimento urbano de João Pessoa na medida em que inclui um número maior de pessoas nas soluções habitacionais.

Corroborando o especificado no plano diretor vigente, o índice de aproveitamento continua sendo 1,0 (um) para quase a totalidade dos lotes (a exceção será a Macrozona de Baixa Densidade), variando o índice de aproveitamento máximo, a depender da macrozona. A aquisição de índices de aproveitamento maiores deverá ser feita pelos instrumentos de Outorga Onerosa e de Transferência do Direito de Construir, a serem detalhadas no próximo capítulo. Os objetivos de utilizar os instrumentos são equalizar os ônus e bônus do sistema urbano e garantir instrumentos de preservação do patrimônio paisagístico, ambiental, histórico e cultural de João Pessoa.

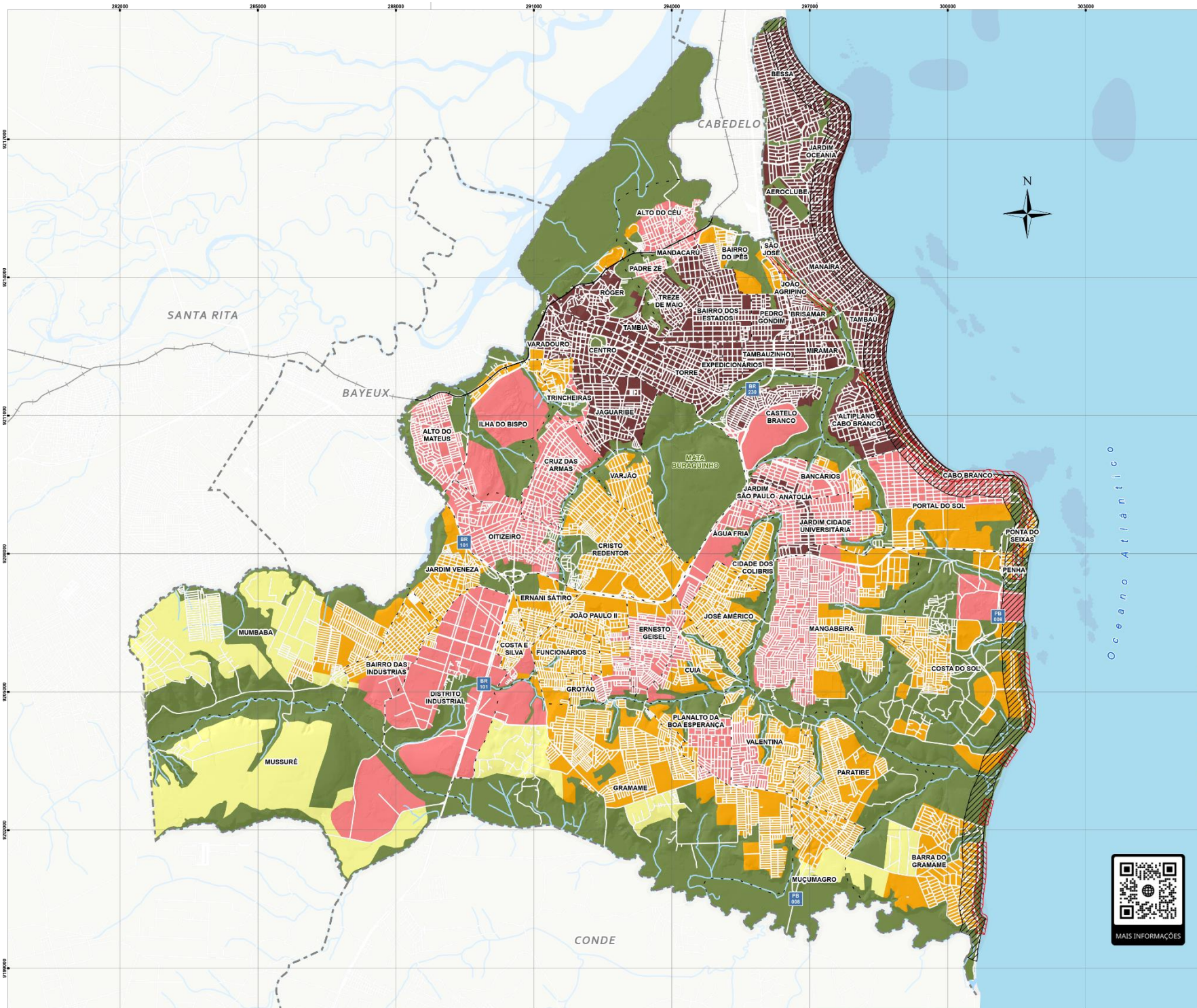
No quadro e no mapa a seguir, estão indicadas as macrozonas propostas para João Pessoa.

Quadro 56: Macrozoneamento municipal proposto

Macrozona	Descrição
<p>Macrozona Adensável 1 (MAD-1)</p>	<p>Áreas onde a disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental permitem a intensificação do uso e ocupação do solo.</p> <p>A compra de potencial construtivo poderá ser feita até o índice de aproveitamento máximo, mediante a comprovação de existência de infraestrutura de drenagem, rede de coleta de esgoto e abastecimento de água e pavimentação do sistema viário.</p> <p>Índice de Aproveitamento máximo superior as demais.</p> <p>Corresponde às regiões de maior densidade e dinâmica urbana, permitindo o uso eficiente da infraestrutura instalada.</p>
<p>Macrozona Adensável 2 (MAD-2)</p>	<p>Áreas onde a disponibilidade da infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental permitem uma intensificação moderada do uso e ocupação do solo.</p> <p>A compra de potencial construtivo poderá ser feita até o índice de aproveitamento máximo, mediante a comprovação de existência de infraestrutura de drenagem, rede de coleta de esgoto e abastecimento de água e pavimentação do sistema viário.</p> <p>Corresponde às regiões de grande potencial ou tendência de ocupação na próxima década com adensamento condicionado à existência das infraestruturas citadas acima.</p>
<p>Macrozona Adensável 3 (MAD-3)</p>	<p>Áreas onde a disponibilidade de infraestrutura básica e a capacidade de suporte ambiental restringem a intensificação do uso e ocupação do solo.</p> <p>O limite máximo de construção é o índice de aproveitamento básico.</p>

Macrozona	Descrição
Macrozona de Baixa Densidade (MBD)	<p>Áreas com características predominantemente rurais e áreas de mananciais, onde o controle de densidade se faz necessário para resguardar suas características a partir de usos e ocupações de baixas densidades, servindo de controle à expansão urbana. O índice de aproveitamento máximo da área é igual a 0,5, priorizando manter suas características rurais, aliadas à proteção e controle de recarga de manancial. Podem ser contempladas atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento sustentável e ao turismo, compatíveis com as fragilidades ambientais e garantindo a qualidade da água para abastecimento público, por meio da adoção de medidas de saneamento básico.</p>
Macrozona de Proteção Ambiental (MPA)	<p>Áreas onde o interesse social de preservação, manutenção e recuperação das características paisagísticas e ambientais impõe restrições de uso e ocupação do solo a serem melhor definidas no zoneamento e instrumentos próprios, quando for o caso. O índice de aproveitamento máximo será de 1,0.</p>

Fonte: Consórcio PDMJP (2022)



CONVENÇÕES:

- Limites Municipais
- Limites de Bairros
- Ferrovias
- Malha Viária
- Hidrografia
- Massa D'água
- Corais Oceano

Macrozoneamento Municipal - Proposta 1

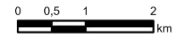
- Macrozona Adensável Prioritária
- Macrozona Adensável Não Prioritária
- Macrozona de Proteção Ambiental
- Macrozona Adensável Controlada
- Macrozona de Baixa Densidade
- Área de Influência das Falésias (100m)
- Área de Influência das Praias (500m)



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2022]¹ | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: fevereiro de 2022
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:



5.2 ZONEAMENTO

O zoneamento urbano deve estabelecer um detalhamento maior da estratégia de uso e ocupação do território a partir de diversos índices e controles. A métrica dada ao zoneamento tem por princípio traduzir a paisagem urbana que se quer gerar nas diferentes zonas. Com o objetivo de garantir a função social da cidade e da propriedade, o zoneamento também influencia e é influenciado pela dinâmica urbana, auxiliando a direcionar as decisões sobre o território a partir da sua capacidade de suporte.

João Pessoa possui um território complexo, que necessita de controle sobre o uso do solo, como já colocado no eixo de urbanismo e habitação e no macrozoneamento. É preciso pensar o zoneamento como instrumento facilitador na mediação dessa complexidade. Assim a proposta foi simplificada a partir das características do próprio território, formando áreas mais homogêneas e integradas, sempre próximas a áreas de comércio e serviço.

A relação entre uso do solo e mobilidade também deve ser levada em consideração. Isso significa reconhecer os eixos de transporte público, definidos pelo Plano de Mobilidade, como locais de alto potencial para desconcentrar as atividades econômicas pelo território. A condição ambiental de João Pessoa também suscitou cuidados, levando a propor maiores taxas de permeabilidade do solo, visto a condição da macrodrenagem municipal.

O zoneamento também dispõe de instrumentos urbanísticos para facilitar a aplicação da legislação e melhor direcionar o desenvolvimento urbano de acordo com o seu planejamento e gestão. A outorga onerosa e a transferência do direito de construir já foram citados no macrozoneamento. Auxiliam na compra de potencial construtivo, mas também na preservação ambiental e histórico-cultural, a partir dos lotes atingidos pelas zonas de preservação ambiental e das edificações tombadas pelo patrimônio histórico.

O Estudo de Impacto de Vizinhança, outro instrumento a ser regulamentado, também auxilia na gestão das zonas no intuito de vincular a implantação dos usos a partir do impacto que eles produzem no território. A depender do uso e da zona, o instrumento é utilizado para garantir a tomada de decisão sobre o controle e gestão do território. Sua exigência não exclui outras complementações de avaliação feitas a partir de especificidades técnico-operacionais de cada secretarias. Os usos condicionados serão permitidos desde que aprovados os respectivos estudos urbanísticos-ambientais.

Por fim, a fachada ativa, aplicável a algumas zonas de comércio e serviço, constitui incentivo para esses usos, por meio da flexibilização de parâmetros de ocupação do solo, como redução na medida do recuo frontal obrigatório ou desconsideração de parte da área construída do cálculo do índice de aproveitamento, por exemplo. As fachadas ativas são importantes elementos para a vitalidade das cidades, influenciando na percepção de segurança e de atratividade do espaço urbano ao usuário. Com mais comércio e serviço ao nível do solo, em contato direto com o passeio público, a cidade se torna mais dinâmica e inclusiva.

De forma geral, o zoneamento de João Pessoa possui seis grandes concepções de uso e ocupação descritas a seguir:

- Zonas Habitacionais: áreas predominantemente residenciais com incidência de comércio e serviços vicinais e de bairro, de diferentes densidades e características. Em algumas áreas há grande incidência de habitação transitória, a qual deve ser inclusive facilitada a depender da zona específica;
- Zonas de Comércio e Serviço: áreas predominantemente comerciais e de serviço de todas as categorias e portes, a depender da localização. Possui também alta densidade residencial em algumas dessas áreas. Em muitas áreas da cidade, são zonas destinadas à implantação de comércios e serviços em maior quantidade ou de maior porte do existente com o objetivo de trazer maior dinâmica urbana e menores deslocamentos pela cidade.
- Zonas Especiais de Preservação Ambiental: zonas de fragilidade ambiental ou de grande relevância paisagístico-ambiental, que devem ser prioritariamente preservadas para equilíbrio ambiental. Constituem áreas já definidas como unidades de conservação, assim como áreas de interesse de preservação, garantindo aos proprietários o uso do instrumento de transferência de potencial construtivo. Para áreas com restrição de uso, são permitidos usos de menor impacto e desde que os projetos específicos sejam validados ambientalmente e urbanisticamente pelos instrumentos de controle.
- Zonas Industriais: áreas de concentração de usos industriais de diversos portes e de comércio e serviços especiais ou de grande porte, onde o uso

residencial deve ser desincentivado devido à incompatibilidade com o entorno.

- Zona de Baixa Densidade: áreas de baixa densidade, com lote mínimo de 20 mil m² e usos, em grande parte, rurais. A zona serve de controle da expansão urbana e deve manter prioritariamente suas características rurais, aliadas à proteção e controle de recarga de manancial. É restrito o uso intensivo da ocupação, podendo contemplar atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento sustentável e ao turismo.
- Setor especial: de uso institucional que se sobrepõe ao zoneamento como forma de garantir áreas com uso e ocupação específicos, a depender do tipo de equipamento, prioritariamente vinculados ao sistema de esgotamento sanitário.

O Quadro 57, apresentado abaixo, indicada cada uma das zonas e sua concepção.

Quadro 57: Zoneamento municipal proposto

Zona	Descrição
Zona Habitacional 1 (ZH-1)	É caracterizada predominantemente pela ocupação habitacional com maior densidade, conforme sua infraestrutura básica constituída. Pode também ser ocupada por outros usos compatíveis, principalmente de comércio e serviços vicinais e de bairro.
Zona Habitacional 2 (ZH-2)	É definida como área de ocupação habitacional de densidade média, conforme sua infraestrutura básica. Pode também ser ocupada por outros usos compatíveis, principalmente de comércio e serviços vicinais e de bairro.

Zona	Descrição
Zona Habitacional 3 (ZH-3)	Abrange a Zona Costeira do território municipal, incluindo áreas que são patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico. Está localizada na faixa de 500 m de largura de restrição da orla marítima, a partir da linha de testada da primeira quadra da orla em direção ao interior continente.
Zona Habitacional 4 (ZH-4)	Corresponde ao planalto geográfico do Altiplano e do Portal do Sol, com restrições de uso e ocupação a depender das condições ambientais e da existência de infraestrutura básica, além das restrições da orla marítima.
Zona Habitacional 5 (ZH-5)	Corresponde à Ponta do Seixas, à Penha, à porção noroeste do bairro Costa do Sol e à Barra do Gramame, com uso e ocupação específicos a depender das condições ambientais, da existência de infraestrutura básica e da restrição da orla marítima. Pretende-se incentivar atividades econômicas de baixo e médio impacto relacionadas ao desenvolvimento sustentável e ao turismo.
Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS-1)	Corresponde à área que deu origem à ocupação de João Pessoa, com usos diversos e consolidados, abrangendo faixa de delimitação das áreas tombadas e de restrição do Centro Histórico da cidade. O disciplinamento das ocupações nesta área fica sujeito a análise e deliberação dos Institutos Preservação do Patrimônio Histórico Estadual e Federal (IPHAEP e IPHAN).

Zona	Descrição
Zona de Comércio e Serviço 2 (ZCS-2)	Área definida pela sua função polarizadora, abrangendo faixa de delimitação das áreas tombadas e de restrição do Centro Histórico da cidade, cuja concentração de atividades e grau de complexidade requer controle e restrições de uso e ocupação, por meio de regulamentos específicos e análise dos Institutos de Preservação do Patrimônio Histórico a que estão submetidos.
Zona de Comércio e Serviço 3 (ZCS-3)	Corresponde às áreas formadas por corredores de estruturação urbana, parcialmente em área com restrição da orla marítima. Apresenta concentração de usos residenciais e de comércio e serviço de todos os portes, aliando uso do solo e sistema viário. Nessas áreas, pretende-se estimular o desenvolvimento de centralidades.
Zona de Comércio e Serviço 4 (ZCS-4)	Corresponde às áreas formadas por corredores de transporte público, com usos residenciais e de comércio e serviço de pequeno e médio porte, com potencial para estimular a convivência de usos habitacionais e não habitacionais e para o desenvolvimento de centralidades, aliando uso do solo e sistema viário.
Zona de Comércio e Serviço 5 (ZCS-5)	Porção norte do polo turístico de Cabo Branco, com restrição da orla marítima, possibilidade de maior ocupação, definição de lotes menores e maior diversidade de usos previstos, incluindo habitações multifamiliares, hotelaria, comércio e serviço e usos turísticos correlatos.
Zona de Comércio e Serviço 6 (ZCS-6)	Porção sul do polo turístico de Cabo Branco, com restrições da orla marítima e menor taxa de ocupação do que a porção norte, com definição de lotes maiores e uso previsto para grandes equipamentos turísticos de hotelaria, comércios, serviços e usos correlatos.

Zona	Descrição
Zona de Comércio e Serviço 7 (ZCS-7)	Áreas com grandes equipamentos, localizadas estrategicamente ao longo das rodovias federais e dos principais corredores de tráfego. São definidas pela necessidade de articulação do espaço urbano com o sistema viário existente, proporcionando a implantação de empreendimentos de grande porte.
Zona Especial de Proteção Ambiental 1 (ZEPA-1)	Corresponde à áreas de falésias, às reservas florestais da Mata do Buraquinho, Três Lagoas, Parque Arruda Câmara, Parque Solon de Lucena, Parque Linear Parahyba, Parque Cuiá, Parque Lauro Pires Xavier, Parque Augusto dos Anjos, Bosque das Águas, o Parque Estadual do Cabo Branco, Parque das Trilhas e os ecossistemas de manguezais e restingas, os maceiós, estuários, áreas preservadas definidas por legislação federal e a área de interesse de proteção da paisagem onde está localizado o Hotel Tambaú. A ocupação dessa área deve atender à legislação federal e aos planos de manejo, quando couber.
Zona Especial de Proteção Ambiental 2 (ZEPA-2)	Áreas de interesse de preservação ambiental de João Pessoa. Composta por áreas ambientalmente frágeis, planícies de inundação, áreas de falésias mortas (paleofalésias), vales dos rios e seus estuários, córregos, lagoas e suas nascentes, disciplinadas por legislações ambientais específicas. Incorporam também áreas que servem de contenção, amortização e transição entre áreas mais consolidadas e áreas ambientalmente frágeis que precisem ser resguardadas. O uso dessas zonas deve ser analisado caso a caso com estudos de viabilidade ambiental, não descartando o uso de outros instrumentos de análise.

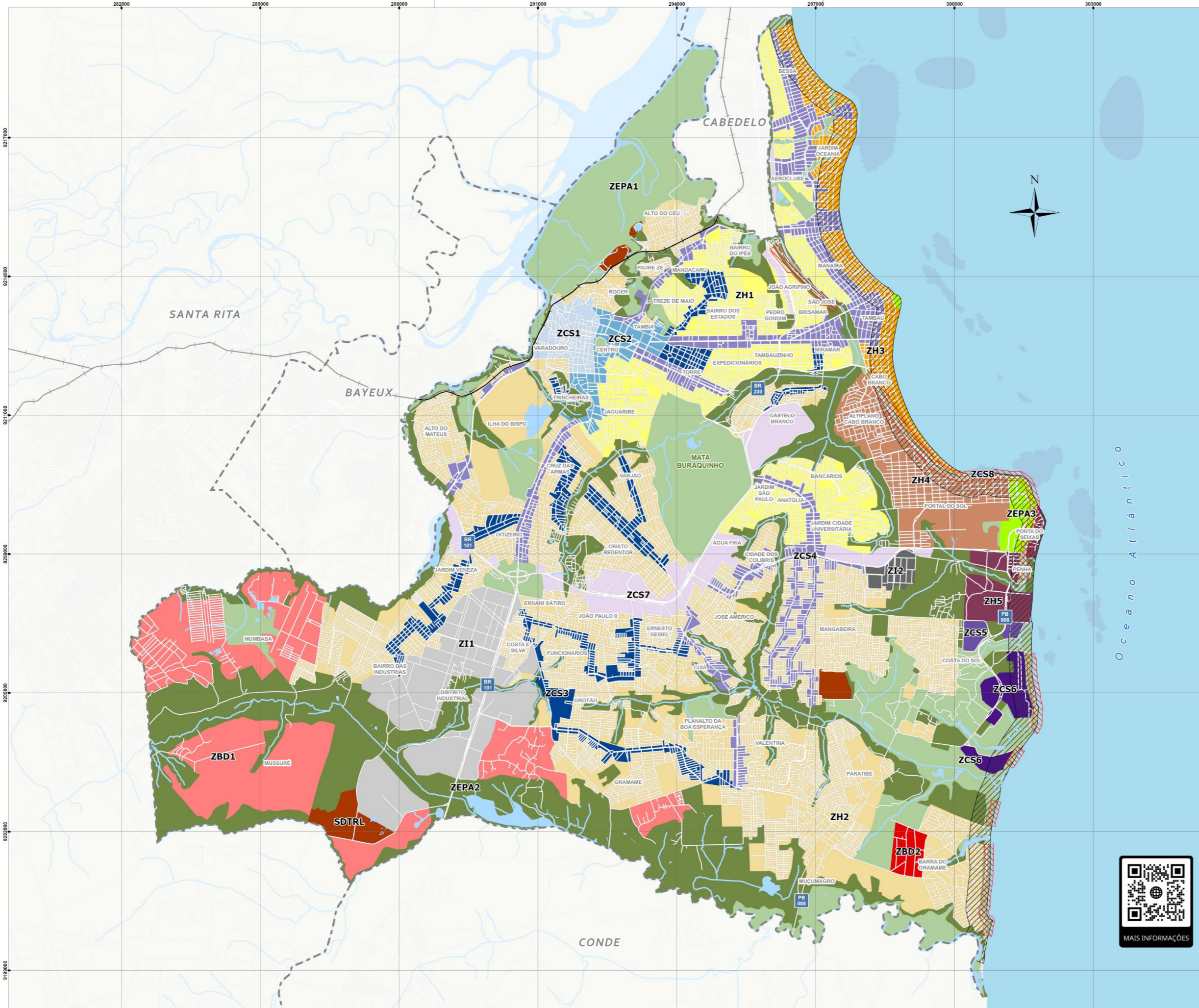
Zona	Descrição
Zona Especial de Proteção Ambiental 3 (ZEPA-3)	Corresponde a porção da orla do Cabo Branco, com as restrições de uso e ocupação da orla marítima e das condições ambientais. É destinada a usos predominantes de hotelaria e restaurantes, com grande potencial paisagístico e turístico. O uso dessas zonas deve ser analisado caso a caso com estudos de viabilidade ambiental, não descartando o uso de outros instrumentos de análise.
Zona Industrial 1 (ZI-1)	Corresponde ao Distrito Industrial, Bairro das Indústrias, Costa e Silva e Gramame, ao longo da BR-101, com uso e ocupação predominante de médias e grandes indústrias e serviços.
Zona Industrial 2 (ZI-2)	Corresponde a área industrial no Mangabeira, com uso e ocupação predominante de pequenas e médias indústrias e serviços.
Zona de Baixa Densidade (ZBD)	Áreas de baixa densidade, com lote mínimo de 20 mil m ² e usos, em grande parte, rurais. A zona tem função de controle da expansão urbana e deve manter, prioritariamente, suas características rurais, aliadas à proteção e controle de recarga de manancial, restringindo o uso intensivo da ocupação. Pode contemplar atividades econômicas ligadas ao desenvolvimento sustentável e ao turismo.
Zona de Deposição e Tratamento de Resíduos Líquidos (ZDTRL)	Áreas destinadas a equipamentos urbanos do sistema de esgotamento sanitário às quais devem ser dados parâmetros de uso e ocupação a depender das especificidades dos seus projetos. Poderão ser exigidas contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais.
Zona de Deposição e Tratamento de Resíduos Sólidos (ZDTRS)	Área destinada ao aterro sanitário em que serão estabelecidos parâmetros de uso e ocupação do solo específicos. Poderão ser exigidas contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais.

Zona	Descrição
Setor Especial de Áreas Verdes (SEAV)	Preponderante ao zoneamento municipal, incide em áreas localizadas na ZEPA-2, a fim de garantir o desenvolvimento e utilização destas áreas e a preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas em parceria com a iniciativa privada.

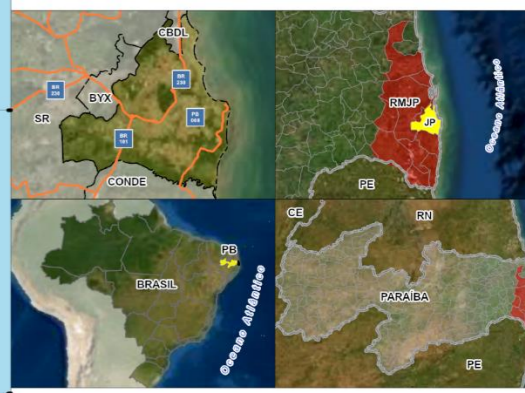
Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Quando da exigência de infraestrutura básica, citada no Quadro 57, o empreendedor deverá comprovar minimamente a existência de coleta e tratamento de esgoto, abastecimento de água, sistema viário pavimentado e adequado e drenagem da via pública, como condicionante para a emissão de Alvarás de Construção.

Na sequência é apresentado o Mapa 5, com a espacialização do zoneamento proposto.



- CONVENÇÕES:**
- Ferrovias
 - Hidrografia
 - Limites Municipais
 - Malha Viária
 - Corais Oceano
 - Massa D'água
 - Mata Buraquinho
- Zoneamento Municipal - Proposta 1**
- ZBD1, Zona de Baixa Densidade 1
 - ZBD2, Zona de Baixa Densidade 2
 - ZCS1, Zona de Comércio e Serviço 1
 - ZCS2, Zona de Comércio e Serviço 2
 - ZCS3, Zona de Comércio e Serviço 3
 - ZCS4, Zona de Comércio e Serviço 4
 - ZCS5, Zona de Comércio e Serviço 5
 - ZCS6, Zona de Comércio e Serviço 6
 - ZCS7, Zona de Comércio e Serviço 7
 - ZCS8, Zona de Comércio e Serviço 8
 - ZEP1, Zona Especial de Preservação Ambiental 1
 - ZEP2, Zona Especial de Preservação Ambiental 2
 - ZEP3, Zona Especial de Preservação Ambiental 3
 - ZH1, Zona Habitacional 1
 - ZH2, Zona Habitacional 2
 - ZH3, Zona Habitacional 3
 - ZH4, Zona Habitacional 4
 - ZH5, Zona Habitacional 5
 - ZI1, Zona Industrial 1
 - ZI2, Zona Industrial 2
 - SDTRL, Setor de Deposição e Tratamento de Resíduos Líquidos
 - Área de Influência das Falésias (100m)
 - Área de Influência das Praias (500m)



REFERÊNCIAS:

ELABORAÇÃO: CONSÓRCIO JOÃO PESSOAL SUSTENTÁVEL
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
 SISTEMA DE PROJEÇÃO: UTM - UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR - DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2000 | Fuso 25S
 FONTES: CONSÓRCIO PDMJP [2022]¹ | ANA [2020]
 IBGE [2010,2020] | DIGEOC [2021]
 AESA [2020] | PMJP [2021]

DATA: fevereiro de 2022
 ESCALA: 1:80.000
 ESCALA GRÁFICA:

6. INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Com base no Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/2001), este documento se apropriará de instrumentos urbanísticos para garantir o “desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”.

A aplicação destes instrumentos torna-se necessária para que sejam viabilizadas, de forma satisfatória, as diretrizes constantes do Capítulo I do Estatuto da Cidade e aquelas que nortearão a política urbana municipal. Ressalta-se que, apesar de os instrumentos do Estatuto da Cidade terem maior aplicabilidade na área urbana, seu embasamento e influência são municipais e de certa forma até regionais.

Na sequência deste Relatório, são apresentados e conceituados os instrumentos urbanísticos previstos no Termo de Referência e que poderão ser aplicados na revisão do PDMJP, de forma a cumprir seus objetivos e a garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

6.1 OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

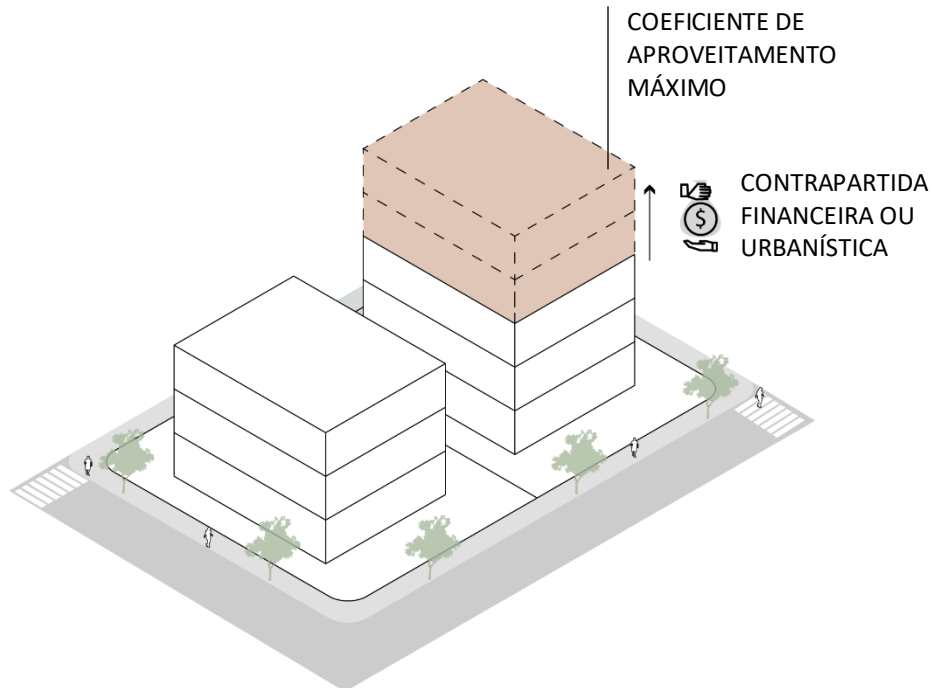
Consubstanciado nos artigos 28 a 31 da lei, a outorga onerosa do direito de construir remete ao instituto do solo criado e ao direito de construir. O solo criado é a possibilidade de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico estabelecido pelo Poder Público. Pelo estabelecimento do coeficiente de aproveitamento, o Poder Público poderá indicar, no Plano Diretor, quais áreas urbanas poderão ter edificações acima desse limite estabelecido, atingindo o coeficiente de aproveitamento máximo.

O Plano Diretor, mediante contrapartida, poderá fixar áreas em que o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente básico adotado. Para tanto, será prevista lei específica que estabeleça:

- I. A fórmula de cálculo para a cobrança.
- II. Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga.
- III. A contrapartida do beneficiário.

A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada nas Macrozonas Adensável Prioritária (MAP) e Adensável Não-Prioritária (MANP) – desde que comprovada existência de infraestrutura e capacidade de suporte ambiental.

Figura 10: Exemplo de área sujeita à Outorga Onerosa do Direito de Construir



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

6.2 TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Previsto no artigo 35 do Estatuto, refere-se à possibilidade de o proprietário transferir para outro imóvel, seu ou de terceiro, o potencial construtivo nele existente e não utilizado.

Com isso, se o imóvel for considerado necessário para implantar equipamentos urbanos e comunitários, preservar interesse ambiental, paisagístico, social ou cultural, ou ainda servir o programa de regularização fundiária ou urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, admite-se que o Poder Público autorize a transferência do potencial construtivo, desde que:

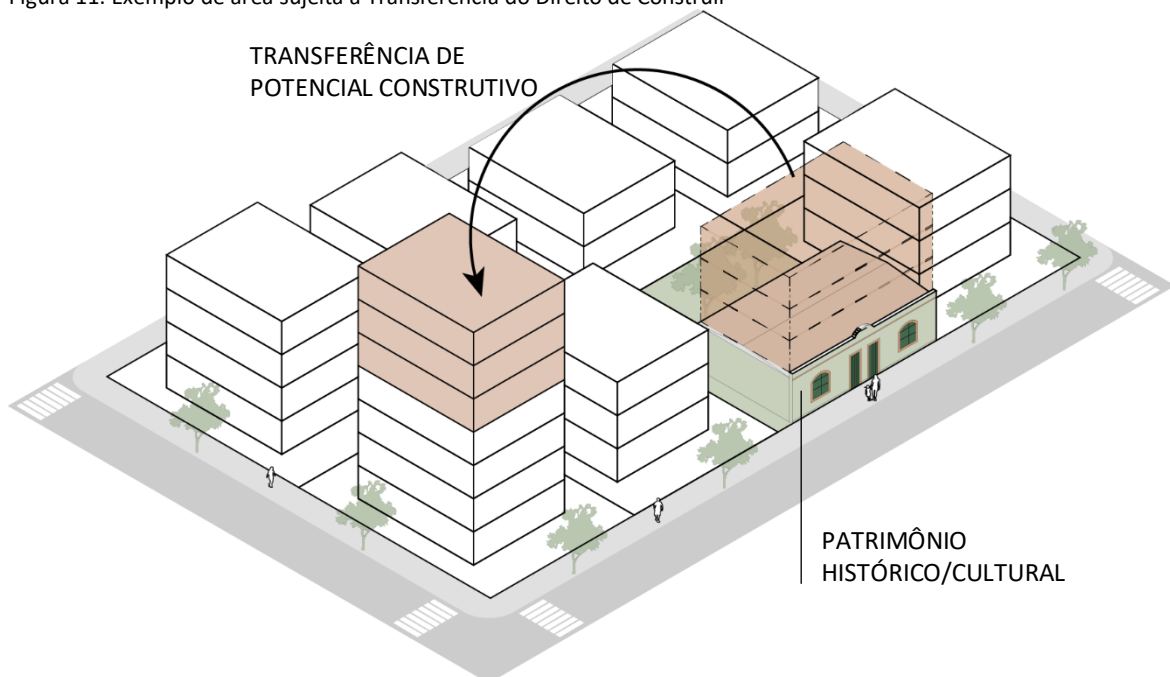
- Exista lei municipal baseada no Plano Diretor.
- O imóvel seja considerado relevante.

- Sejam estabelecidas minuciosamente as condições por meio de lei municipal.

Com isso, pretende-se corrigir as distorções urbanísticas, preservar a memória urbana e implantar equipamentos urbanos comunitários. Em João Pessoa, o instrumento deve ser utilizado no caso de edificações tombadas e áreas de interesse de preservação na seguinte medida:

- Preservação histórico-cultural: o proprietário pode transferir o valor do coeficiente que excede a área construída até o máximo permitido na macrozona.
- Preservação ambiental: todo e qualquer lote em Zona Especial de Preservação Ambiental pode transferir o valor do coeficiente que excede a área construída até o máximo.

Figura 11: Exemplo de área sujeita à Transferência do Direito de Construir



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

6.3 ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Consiste no estudo prévio para a concessão de alvarás para a instalação de atividades comerciais (ou empreendimentos definidos em lei que possam causar impacto na qualidade

de vida da população). Junto ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA), possibilita a atitude preventiva na ordenação urbana.

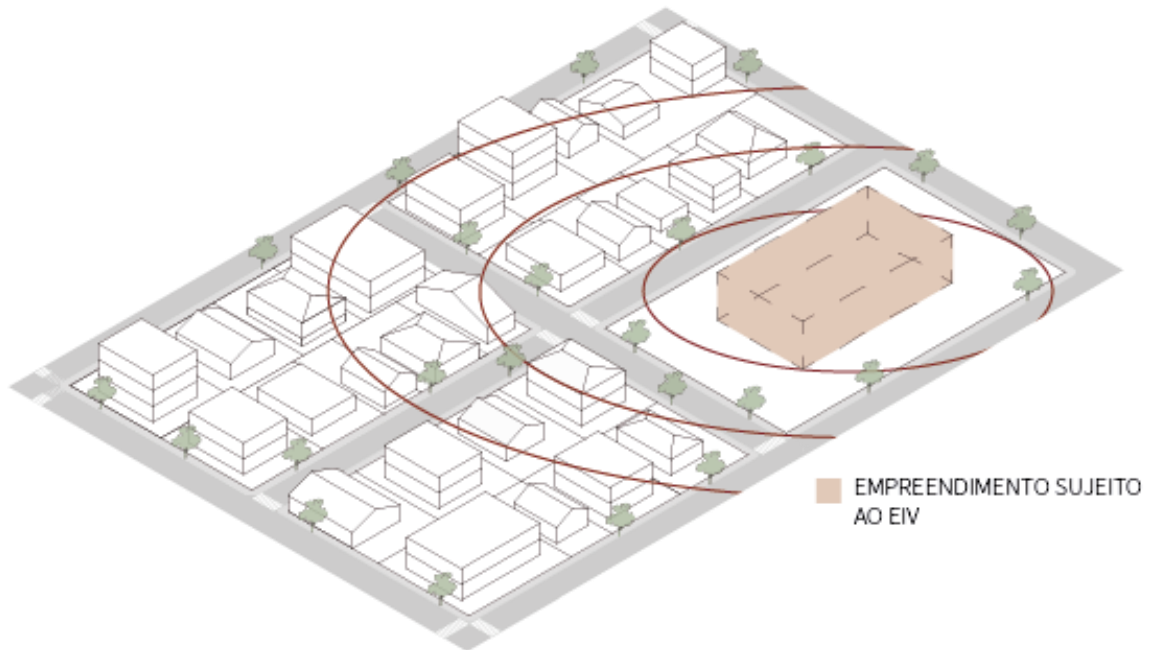
Esse instrumento, previsto nos artigos 36, 37 e 38 do Estatuto da Cidade, promove a aplicação concreta do princípio da sustentabilidade das cidades e da prevenção. Seu objetivo é proteger a estrutura social já existente, a fim de evitar os efeitos negativos sobre a qualidade de vida das pessoas. Para a implementação do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), são necessários os seguintes pressupostos:

- Lei municipal que defina quais os empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao desenvolvimento sustentável da cidade.
- O conteúdo da Lei municipal deverá conter o adensamento populacional, equipamentos urbanos e comunitários, o uso e ocupação do solo, a valorização imobiliária, o tráfego e circulação, ventilação e iluminação e a paisagem urbana.

Com isso, objetiva-se contemplar os efeitos negativos e positivos que incidirão na qualidade da vida da população, de modo a atingir o objetivo da lei e o ordenamento racional, equilibrado e responsável do território, cumprindo a função social da propriedade da cidade. Os usos obrigatórios para elaboração do EIV, independentemente de outras inclusões que a lei específica faça, são aqueles definidos no zoneamento. São usos de maior porte e cujos efeitos negativos e positivos devem ser mensurados para a obtenção de alvará, a depender da zona em que se inserem. A análise do EIV pode inclusive concluir pela impossibilidade de implantação da atividade, se os efeitos negativos superarem os positivos. Além disso, sua aplicação não exime a responsabilidade de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental, como disposto em lei específica.

Para o caso específico deste Plano Diretor, propõe-se que a exigência de tal instrumento seja de modo distinto por Zona Urbana, ou seja, opta-se por não elaborar uma lista de empreendimentos que exigiriam obrigatoriamente a elaboração do EIV, mas, sim, indicar quais deles (conforme o tipo e porte do empreendimento) e em quais Zonas há permissão condicionada à aprovação de EIV.

Figura 12: Empreendimento Imobiliário sujeito ao Estudo de Impacto de Vizinhança

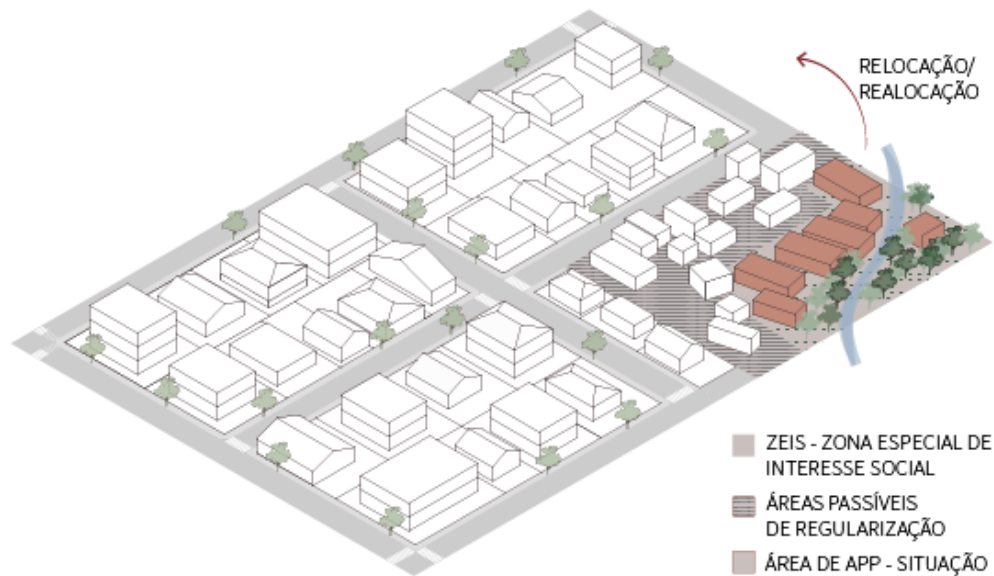


Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

6.4 ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

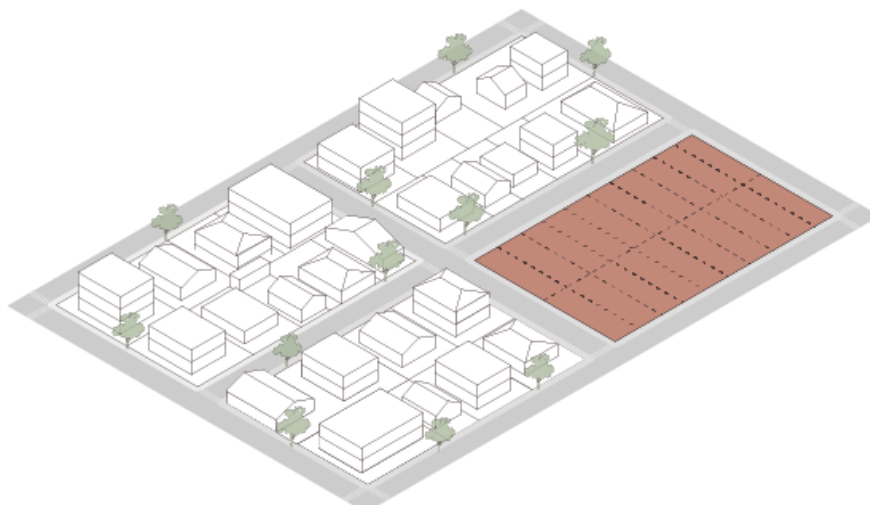
A demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) visa proporcionar áreas para habitação de interesse social. As ZEIS podem ser estabelecidas tanto em áreas já ocupadas, nas quais forem verificadas precariedade de infraestrutura e irregularidades urbanísticas (Figura 13), quanto em áreas não ocupadas (Figura 14), prevendo a promoção à habitação popular. Tais áreas atendem, também, processos de realocação da população, em casos de ocupação em áreas de preservação.

Figura 13: Exemplo de área passível de regularização e de habitação em área de risco



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

Figura 14: Exemplo de demarcação de área para ZEIS



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

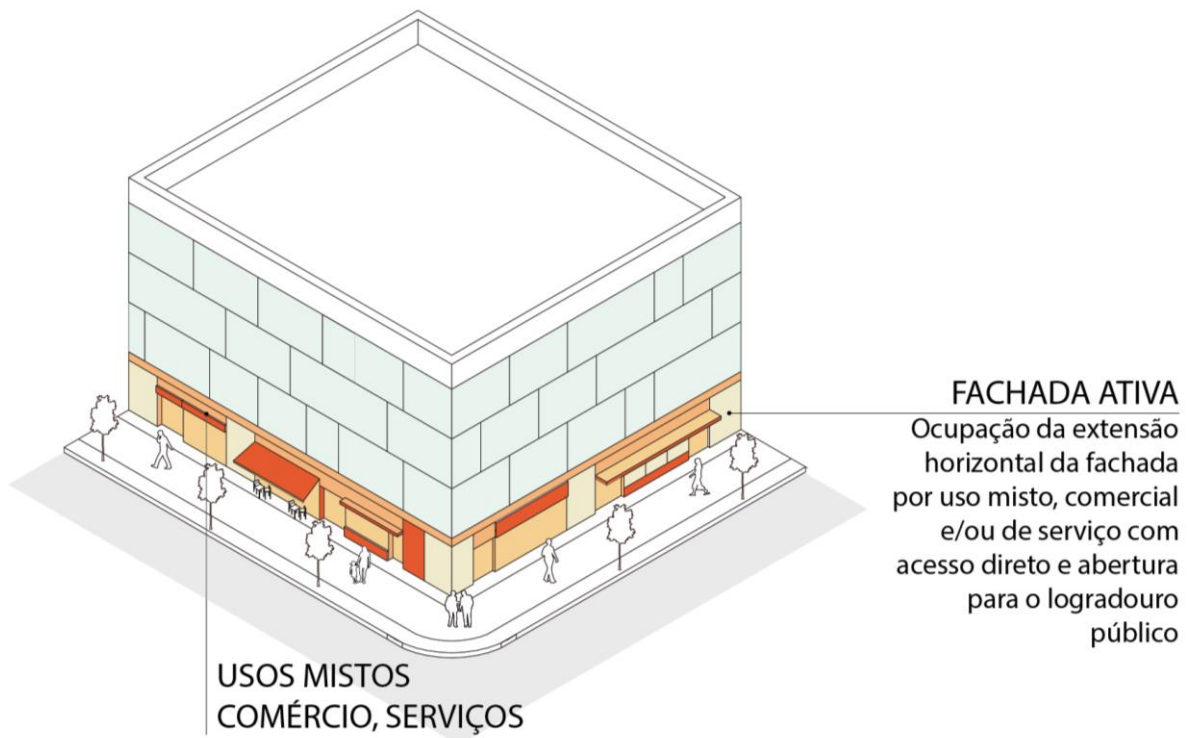
6.5 FACHADA ATIVA

A fachada ativa constitui incentivo a usos mistos, permitindo maior integração entre comércio, serviço e habitação. É constituída por meio da flexibilização de parâmetros de ocupação do solo tornando-se importante elemento para a vitalidade das cidades, influenciando na percepção de segurança e de atratividade do espaço urbano ao usuário. Com

mais comércio e serviço ao nível do solo, em contato direto com o passeio público, a cidade se torna mais dinâmica e inclusiva.

O instrumento possibilita a redução do recuo frontal obrigatório, podendo chegar a zero a depender das condições específicas das vias onde será apresentado, e a não contabilidade da área comercial e de serviço construída no pavimento térreo do cálculo do índice de aproveitamento. A lei específica deve definir esses parâmetros de forma objetiva, para possibilitar a aprovação de projetos que façam uso do instrumento. A fachada ativa poderá ser utilizada nas Zonas de Comércio e Serviço 1, 2, 3 e 4.

Figura 15: Proposta de fachada ativa a ser adotada em algumas zonas de João Pessoa



Fonte: Consórcio PDMJP (2022)

6.6 TERRITÓRIO DE ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO

O Território de Estruturação e Requalificação (TER) permite definir áreas que se sobrepõem ao zoneamento, com o objetivo de estabelecer meios e medidas indutoras de desenvolvimento urbano, bem como novas centralidades e subcentralidades no território, obedecidos os objetivos, as diretrizes e as estratégias dispostas no Plano Diretor.

O instrumento é proposto para a conversão de porções do território com desenvolvimento aquém de sua potencialidade. Fica instituído para aplicação na região da Ilha do Bispo. Novas áreas poderão ser incluídas a posteriori com o objetivo de conformar novas centralidades sempre na conjunção dos eixos viários definidos pelo zoneamento como Zonas de Comércio e Serviço 3 e 4.

Pela aplicação desse instrumento, seria permitido aos empreendedores interessados a utilização de outros índices de ocupação daqueles definidos no zoneamento, desde que cumpridas as obrigações a serem aprovadas em projeto de urbanização específico.

O projeto de urbanização deve ser aprovado pela equipe municipal, pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano e em consulta pública. Deve apresentar as contrapartidas do empreendedor para desenvolver a área. Fica instituído como premissas projetuais a serem consideradas na elaboração dos projetos de urbanização:

- I. Otimizar a infraestrutura básica e os equipamentos disponíveis.
- II. Atrair investimentos para o desenvolvimento sustentável.
- III. Incentivar instalação de atividades econômicas indutoras da geração de emprego e renda.
- IV. Promover uso misto, em especial o residencial, aliado ao comércio e serviços, propiciando a integração entre as atividades urbanas e criando melhores condições sociais e de habitabilidade.
- V. Aplicar os instrumentos urbanísticos adequados, possibilitando, quando cabível, a isenção de pagamento de Outorga Onerosa do Direito de Construir.
- VI. Incentivar o uso misto do espaço urbano, ofertar áreas de lazer à população, ofertar possibilidades de negócios ao empresariado e ampliar o sistema viário de ligação entre vias de grande fluxo.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de Julho de 2001**: Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 9 dez. 2021.

BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. c2021. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria Especial de Articulação Social. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SILVA, Edilson Bernardo da. **POLUIÇÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL: UM ESTUDO SOBRE A INTERCEMENT BRASIL S.A.** 2017. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, PB, 23/11/2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17535>. Acesso em: 1 dez. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Lei Complementar Nº 3, de 30 de dezembro de 1992**. Institui o plano diretor da cidade de João Pessoa. João Pessoa, PB, 30 dez. 1992.



PLANO
DIRETOR
JOÃO PESSOA

A CIDADE QUE EU QUERO

